

# Diário Oficia **ESTADO DO TOCANTINS**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXV - ESTADO DO TOCANTINS, QUARTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 2023 Nº 6377



## ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

#### ATO Nº 1.604 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## DESIGNAR

as servidoras adiante indicadas para o exercício das Funções Comissionadas de Administração abaixo especificadas, na Secretaria da Saúde:

- 1. DAYANA PUGAS DA CRUZ LIMA NASCIMENTO, matrícula 93546-1,
- 2. MARINETE NASCIMENTO ALVES JULIO, matrícula 725940-1, FCA-1.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 25 dias do mês de julho de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

## WANDERLEI BARBOSA CASTRO Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe da Casa Civil

SUMÁRIO	
ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	2
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	3
POLÍCIA MILITAR	3
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	3
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	7
SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	14
SECRETARIA DA CULTURA	15
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	15
SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE	20
SECRETARIA DA FAZENDA	22
SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS	41
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	41
SECRETARIA DA SAÚDE	41
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	55
SECRETARIA DO TURISMO	56
AGETO	58
ATI	62
TOCANTINS PARCERIAS	63
NATURATINS	64
ITERTINS	64
JUCETINS	65
UNITINS	65
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	66
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	68

## ATO Nº 1.605 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### DESIGNAR

FLÁVIO MOREIRA BARBOSA, matrícula 790671-5, para o exercício da Função Comissionada de Administração - FCA-2, na Secretaria da Saúde.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 25 dias do mês de julho de 2023, 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

## WANDERLEI BARBOSA CASTRO Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe da Casa Civil

#### ATO Nº 1.607 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## DESIGNAR

ELZA SIQUEIRA SAMPAIO, matrícula 348305-2, para o exercício da Função Comissionada de Administração - FCA-6, na Secretaria Executiva da Governadoria, a partir de 18 de julho de 2023.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 26 dias do mês de julho de 2023: 202º da Independência. 135º da República e 35º do Estado.

## WANDERLEI BARBOSA CASTRO Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe da Casa Civil

## ATO Nº 1.608 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## NOMEAR

WILBER RODRIGUES DA FRAGA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Agricultura e Pecuária, a partir de 3 de julho de 2023.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 26 dias do mês de julho de 2023; 202º da Independência, 135º da República e 35º do Estado.

## WANDERLEI BARBOSA CASTRO Governador do Estado

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe da Casa Civil

## **CASA CIVIL**

## PORTARIA CCI Nº 1.320 - CSS, DE 25 DE JULHO DE 2023.

Republicada para correção

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1°, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato n° 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica n° 15, de 30 de novembro de 2022, resolve

## CEDER

ao Ministério Público do Estado do Tocantins a Assistente Administrativa ERLENE MIRANDA ARAÚJO MOURA, matrícula 1273175-1, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2023, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe

## PORTARIA CCI Nº 1.326 - DISP, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

## DISPENSAR

da Função Comissionada de Administração - FCA-1 a servidora DAYANA PUGAS DA CRUZ LIMA NASCIMENTO, matrícula 93546-1, lotada na Secretaria da Saúde.

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe

## PORTARIA CCI Nº 1.327 - DISP, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

## DISPENSAR

da Função Comissionada de Administração - FCA-2 o servidor ANTÔNIO MARCOS SOARES RABELO, matrícula 11650370-1, lotado na Secretaria da Saúde.

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe



WANDERLEI BARBOSA CASTRO

Governador do Estado

DEOCLECIANO GOMES FILHO Secretário-Chefe da Casa Civil

**DISNÉA DIAS SERAFIM**Diretora do Diário Oficial do Estado

## PORTARIA CCI Nº 1.329 - DISP, DE 26 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007. resolve

## DISPENSAR

da Função Comissionada de Administração - FCA-3 a servidora ELZA SIQUEIRA SAMPAIO, matrícula 348305-2, lotada na Secretaria Executiva da Governadoria, a partir de 18 de julho de 2023.

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe

## PORTARIA CCI Nº 1.330 - RVG, DE 26 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato n° 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 1º de agosto de 2023, a Portaria CCI nº 2.021 - CSS, de 16 de dezembro de 2022, publicada na edição 6.231 do Diário Oficial do Estado, mediante a qual o Professor da Educação Básica CLÁUDIO CARVALHO BENTO, matrícula 629252-5, é cedido ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe

## PORTARIA CCI Nº 1.331 - RVG, DE 26 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato n° 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 25 de julho de 2023, a Portaria CCI nº 1.908 - CSS, de 5 de dezembro de 2022, publicada na edição 6.223 do Diário Oficial do Estado, na parte em que mantém a Professora da Educação Básica CRISTINA DONATO LEANDRO, matrícula 918559-3, cedida ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins.

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe

## PORTARIA CCI Nº 1.332 - CSS, DE 26 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1°, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato n° 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e no art. 24 da Lei 2.859, de 30 de abril de 2014, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica e Operacional n° 1, de 1° de janeiro de 2021, resolve

## CEDER

ao Município de Gurupi a Professora da Educação Básica CRISTINA DONATO LEANDRO, matrícula 918559-3, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, no período de 25 de julho a 31 de dezembro de 2023, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho Secretário-Chefe

## **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

## PORTARIA Nº 229/2023/DGP, DE 10 DE JULHO DE 2023.

Agrega Bombeiro Militar e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do art. 7°, da Lei Complementar n° 131, de 30 de setembro de 2021, c/c art. 24-F, inciso I e o parágrafo único, do art. 24-G e o art. 26, da Lei Federal n° 13.954, de 16 de dezembro de 2019, Decreto n° 6.030, de 30 de dezembro de 2019, art. 107, §1°, inciso II, §2°, §8° a §10, art. 121, inciso I, art. 122, inciso I e §1°, da Lei n° 2.578, de 20 de abril de 2012 e,

Considerando que o Militar requereu sua transferência para a reserva remunerada após cumprir os requisitos legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º AGREGAR, TC QOBM/A RG 00.049-93 JOÃO NETO DA SILVA - Matr. 790130-1, a partir do dia 12 de julho de 2023, devendo permanecer agregado até a publicação do ato de transferência para a Reserva Remunerada no Diário Oficial do Estado, ficando adido ao QCG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de julho de 2023.

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM Comandante-Geral e de Ações de Defesa Civil

## PORTARIA Nº 232/2023/DGP, DE 21 DE JULHO DE 2023.

Eleva Praças a graduação de Cadete III do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do art. 7°, da Lei Complementar n° 131, de 30 de setembro de 2021, c/c art. 15, §2°, da Lei n° 2.578, de 20 de abril de 2012,

## RESOLVE:

Art. 1º ELEVAR à graduação de Cadete III, a partir de 3 de julho de 2023, por conclusão do 2º ano e consequentemente matrícula no 3º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO), do Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul, conforme ATO Nº 006/DivEns/ABM/2023, de 12 de julho de 2023, os bombeiros militares abaixo:

GRADUAÇÃO	RG MILITAR	NOME	MATRÍCULA
CAD III QPES	00.754-22	JHONATAN DE FIGUEIREDO MARQUES	11763809/1
CAD III QPES	00.749-22	AECIO REIS DE CARVALHO	11764015/1
CAD III QPES	00.761-22	JEAN MARTINS FREITAS CARVALHO	11764074/1
CAD III QPES	00.762-22	SAMUEL DE OLIVEIRA ALMEIDA	11764147/1
CAD III QPES	00.755-22	PEDRO IGNACIO MENEGHETTI SCHEID	11763973/1
CAD III QPES	00.759-22	MIRELLA BARBOSA CAMELO	11763850/1
CAD III QPES	00.752-22	JOÃO AGENOR RESPLANDES MORAIS JUNIOR	11761202/1
CAD III QPES	00.757-22	JULIANNA MILHOMEM DA SILVA GOMES	11764031/1
CAD III QPES	00.756-22	JOSE NILTON VIEIRA NUNES	11764040/1
CAD III QPES	00.750-22	LUCAS VIEIRA DIAS SOUZA	11760958/1
CAD III QPES	00.764-22	MOISES BRUNO LOPES BISSOTO	11553669/3
CAD III QPES	00.763-22	MARCO ANTONIO MARQUES BELEM	11764058/1
CAD III QPES	00.765-22	AIANDER JUNIOR SILVA BARROS	11763817/1
CAD III QPES	00.758-22	BRUNO VINÍCIUS MÜTZENBERG	11764082/1
CAD III QPES	00.751-22	LEIA SANTOS NAZARETH	11760982/1
CAD III QPES	00.753-22	PEDRO JORGE SOARES CORREA	11763957/1
CAD III QPES	00.760-22	EDUARDO SOUSA LIMA FERREIRA	11764180/1

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM Comandante-Geral e de Ações de Defesa Civil

#### PORTARIA Nº 236/2023/DGP. DE 21 DE JULHO DE 2023.

Suspende férias de militar e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 7º, da Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021, combinado c/ art. 153, inciso II, art. 87, §2º, inciso II, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012 e art. 31, da Portaria nº 024/2014/ DAREH. de 16 de maio de 2014.

## RESOLVE:

Art. 1º DECLARO QUE SUSPENDI, por extrema necessidade do serviço, 21 (vinte e um) dias das férias regulamentares da CB QPBM RG 00.577-14 ROODIELMA WILLIAMS GOMES SANTOS BORGES - Matr. 1272454-2, referentes ao período aquisitivo de 15/09/2021 a 14/09/2022, que estavam previstas para fevereiro de 2023, conforme suplemento do BG 1526, de 3 de janeiro de 2023, assegurando-lhe o direito de usufruir os dias em data oportuna.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a fevereiro de 2023.

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM Comandante-Geral e de Ações de Defesa Civil

## **POLÍCIA MILITAR**

## PORTARIA Nº 67/2023 - DAL/PMTO.

O CORONEL QOPM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I e IV do §1º do art. 42, da Constituição Estadual do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a realização de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aquisição de Envelopes de Segurança, na garantia da cadeia de custodia dos vestígios do local de crime, visando atender as necessidades da Policia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, em favor das empresas: FABRICIO MANOEL DA SILVA - CNPJ: 38.249.580/0001-28, R\$ 9.262,98 (nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos) e SAFELOCK PRODUTOS DE SEGURANÇA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 42.153.841/0001-89 R\$ 12.339,56 (doze mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos), conforme Processo SGD nº 2023/09030/000214.

Art. 2º Remeta-se para o Diário Oficial do Estado para publicação.

Quartel do Comando Geral, em Palmas - TO, 25 de julho de 2023.

Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM Comandante-Geral da PMTO

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

## PORTARIA Nº 1086/2023/GASEC, DE 13 DE JULHO DE 2023.

Republicada para correção

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b, da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.316, de 12 de março de 2019, e na conformidade do disposto na Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado nº 3.778, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.061, de 1º de abril de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais à servidora NEILA PEREIRA DOS SANTOS, Número Funcional 440891/4, Técnica em Contabilidade, CPF nº XXX.XXX.991-87, integrante do Quadro Geral do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-a nos correspondentes padrões/referências, constantes na Tabela IV, do Anexo VI, da Lei nº 2.669/2012, a partir das datas de preenchimento de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO (considerando prescrição)
HORIZONTAL	II-B	II-C	18/04/2014	01/05/2015
VERTICAL	II-C	III-C	18/04/2016	01/05/2016
HORIZONTAL	III-C	III-D	18/04/2018	01/05/2018
VERTICAL	III-D	IV-D	18/04/2020	01/05/2020

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado conforme observado no art. 4º, da Lei nº 3.901, de 31 de março de 2022, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## PORTARIA Nº 1144/2023/GASEC, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b da Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019.

CONSIDERANDO, a Portaria nº 883/2023/GASEC, de 28/06/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.360, de 30/06/2023, que concedeu, mediante determinação judicial, as progressões do servidor público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor público;

CONSIDERANDO, ainda, que a Administração tem o poder/ dever de rever seus atos, quando eivados de vícios ou ilegalidades;

## RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 883/2023/GASEC, de 28/06/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.360, de 30/06/2023, que concedeu evoluções funcionais ao servidor público ROBSON JOHNSON URBANO DANTAS, Número funcional 591029/3, Agente de Polícia, CPF nº XXX.XXX.164-91, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins;

## PARA ONDE SE LÊ:

ORD	NUM FUNC	VINC	NOME DO SERVIDOR	HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO	DATA DO FINANCEIRO	TIPO DE PROGRESSÃO		NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO
657.	591029	3	ROBSON JOHNSON URBANO DANTAS	01/10/2019	01/11/2019	HORIZONTAL	G	Н

## LEIA-SE:

ORD	NUM FUNC	VINC	NOME DO SERVIDOR	HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO	DATA DO FINANCEIRO	TIPO DE PROGRESSÃO		NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO
657.	591029	3	ROBSON JOHNSON URBANO DANTAS	01/07/2020	01/08/2020	HORIZONTAL	G	Н

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## PORTARIA Nº 1150/2023/GASEC, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 16, inciso VI, alínea b da Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019, e em cumprimento ao Acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0004780-04.2023.8.27.2700, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impetrado em 13/04/2023.

CONSIDERANDO a decisão judicial e a necessidade de regularização da situação funcional do servidor público;

## RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 719/2023/GASEC, de 29/05/2023, publicada no Diário Oficial nº 6340, de 31/05/2023, na parte especificada abaixo:

ORD.	NUM FUNC	VÍNC	NOME DO SERVIDOR	HABILITAÇÃO PARA CONCESSÃO	DATADO	TIPO DE PROGRESSÃO	NÍVEL/ REFERÊNCIA ATUAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA PROGRESSÃO
202	1067737	1	EDUARDO HENRIQUE DO NASCIMENTO CONFESSOR	05/09/2021	01/10/2021	PROGRESSÃO VERTICAL	02-II-J	02-III-J

Art. 2º CONCEDER, mediante determinação judicial:

As Evoluções Funcionais abaixo elencadas ao servidor público EDUARDO HENRIQUE DO NASCIMENTO CONFESSOR, Número Funcional 1067737/1, Escrivão de Polícia, CPF nº XXX.XXX.021-34, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, posicionando-o nos correspondentes nível/referência constantes do Anexo II, da Lei nº 1.545/2004, cujos valores retroativos provenientes da decisão judicial, anteriores à data da publicação deste ato, deverão ser pagos mediante o regime de precatória ou Requisição de Pequeno Valor - RPV, nos termos do artigo 100, da Constituição Federal, respeitada a prescrição quinquenal.

	TIPO DE PROGRESSÃO	CLASSE/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS	DATA DO EFEITO FINANCEIRO
	VERTICAL	PADRÃO III	05/09/2021	01/10/2021
ĺ	HORIZONTAL	L	10/12/2022	01/01/2023

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2186/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/000105

INTERESSADO(A): ROSA MARIA ARRUDA ALENCAR AMARAL

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Assistente Administrativo NÚMERO FUNCIONAL: 543643/3

CPF: XXX.XXX.251-34

ÓRGÃO: Secretaria da Fazenda

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 26.12.2022 a 03.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 21 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 34/35.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 2187/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/000092

INTERESSADO(A): RAINEL BARBOZA ARAÚJO

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Professor Normalista NÚMERO FUNCIONAL: 318337/1

CPF: XXX.XXX.721-72

ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 07.11.2022 a 09.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 03 de julho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 57/58.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2188/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001409

INTERESSADO(A): MARIA JULIA SILVA NETA

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Assistente Administrativo NÚMERO FUNCIONAL: 599272/1

CPF: XXX.XXX.161-91

ÓRGÃO: Secretaria de Cidadania e Justiça

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 16.07.2022 a 29.06.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 23 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 33/34.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2189/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001221

INTERESSADO(A): MARIA IVONE DOS SANTOS MOTA

ASSUNTO: Abono de Permanência

CARGO: Nutricionista

NÚMERO FUNCIONAL: 299380/1

CPF: XXX.XXX.662-49 ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 25.06.2022 a 06.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 03 de julho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 37/38.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 2191/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001136

INTERESSADO(A): MARIA DO SOCORRO COSTA AIRES LOUREIRO

ASSUNTO: Abono de Permanência

CARGO: Jornalista

NÚMERO FUNCIONAL: 366850/2

CPF: XXX.XXX.601-91

ÓRGÃO: Junta Comercial do Estado do Tocantins

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 22.12.2022 a 05.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 26 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 29/30.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2196/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001314 INTERESSADO(A): JOÃO LUIZ DE SOUZA

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Motorista

NÚMERO FUNCIONAL: 53445/2

CPF: XXX.XXX.378-21

ÓRGÃO: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 11.11.2021 a 05.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 23 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 30/31.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2197/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001259

INTERESSADO(A): GERCINA GOMES DOS SANTOS

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Técnico em Enfermagem NÚMERO FUNCIONAL: 141516/4

CPF: XXX.XXX.111-34 ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 06.12.2022 a 03.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 28 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 22/23.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 2198/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/000836

INTERESSADO(A): FRANCISCA MARQUES DOS SANTOS OLIVEIRA

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Professor da Educação Básica NÚMERO FUNCIONAL: 554604/3

CPF: XXX.XXX.333-49

ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 27.09.2022 a 03.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 22 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 32/34.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 2203/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/000694

INTERESSADO(A): CANDIDA ANTONIA DOS SANTOS

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Professor Normalista NÚMERO FUNCIONAL: 704614/1

CPF: XXX.XXX.611-87

ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 25 de setembro de 2022, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 22 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 28/29.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2206/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/000706

INTERESSADO(A): JOSÉ ALBERTO DE ARAUJO SANTIAGO

ASSUNTO: Abono de Permanência

CARGO: Motorista

NÚMERO FUNCIONAL: 234269/4

CPF: XXX.XXX.581-72

ÓRGÃO: Instituto de Terras do Estado do Tocantins

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 14 de abril de 2022, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 19 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 23/24.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 2207/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001100

INTERESSADO(A): VALMIR DA SILVA VERAS

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Professor da Educação Básica NÚMERO FUNCIONAL: 456278/2

CPF: XXX.XXX.791-72

ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 27.07.2022 a 02.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 22 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 24/26.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2208/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/000924

INTERESSADO(A): TÂNIA MARCIA GOMES BORGES ROURE

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Assistente Administrativo NÚMERO FUNCIONAL: 590281/1

CPF: XXX.XXX.621-00 ÓRGÃO: Secretaria do Turismo

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 16.11.2022 a 05.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 22 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 47/48.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2209/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/000036

INTERESSADO(A): RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Professor Normalista NÚMERO FUNCIONAL: 400637/1

CPF: XXX.XXX.961-15

ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 21.03.2021 a 05.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 21 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 38/39.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 2210/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001261

INTERESSADO(A): LAURA BARREIRA NETA ALVES

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Professor Normalista NÚMERO FUNCIONAL: 595734/1

CPF: XXX.XXX.011-49

ÓRGÃO: Secretaria da Educação

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 19.07.2020 a 29.06.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 23 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 25/26.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2211/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2022/24830/004656 INTERESSADO(A): FRANCES LEIA ARIELO

ASSUNTO: Abono de Permanência CARGO: Auxiliar de Enfermagem NÚMERO FUNCIONAL: 144001/2

CPF: XXX.XXX.528-21 ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 01.11.2021 a 01.01.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 19 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 137/138.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## DESPACHO Nº 2212/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2023/24830/001235

INTERESSADO(A): EUDA FERREIRA LEITE PARTATA

ASSUNTO: Abono de Permanência

CARGO: Enfermeiro

NÚMERO FUNCIONAL: 480700/3

CPF: XXX.XXX.791-15 ÓRGÃO: Secretaria da Saúde

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) requerente, no período de 19.06.2021 a 03.07.2023, equivalente ao valor de sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 22 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 25/26.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 2213/2023/GASEC

PROCESSO Nº: 2022/24830/005021

INTERESSADO(A): RUBENS MARCELO SARDINHA

ASSUNTO: Abono de Permanência

CARGO: Auditor Fiscal da Receita Estadual

NÚMERO FUNCIONAL: 1058223/2 CPF: XXX.XXX.418-04

ÓRGÃO: Secretaria da Fazenda

Tendo em vista a documentação que instrui os presentes autos, CONCEDO Abono de Permanência ao(à) servidor(a) em referência, a partir de 09 de janeiro de 2019, até a data em que se der sua aposentadoria, em valor equivalente a sua Contribuição Previdenciária, com base no art. 47, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, bem como nos termos da Informação Técnica, de 21 de junho de 2023, da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins às fls. 26/27.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 12 de julho de 2023.

PAULO CÉSAR BENFICA FILHO Secretário de Estado da Administração

## SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 497, DE 19 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 07 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, I, II e IV da Constituição do Estado do Tocantins.

CONSIDERANDO a Proposta de Portaria nº 309/2023, oriunda da Gerência de Gestão de Pessoas (GGP);

CONSIDERANDO a conveniência e a oportunidade da Administração.

## RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, por necessidade de serviço, o servidor LOURIVALDO RODRIGUES DA SILVA, Agente Especialista Socioeducativo, matrícula nº 44900-2, para responder pela Chefia do Centro de Internação Provisória da Região Norte, em substituição ao servidor FRANCISCO DA PAIXÃO LOBO DOS SANTOS, matrícula nº 11602732-1, no período de 03 de julho de 2023 à 01 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 19 dias do mês de julho de 2023.

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 498, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 7 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, consoante disposto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Despacho nº 460/2023, oriundo da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no qual traz a indicação de servidores para fiscalização e execução dos Contratos nº 37/2023, 38/2023, 39/2023, 40/2023, 41/2023, 42/2023, 44/2023, 45/2023, 46/2023, 47/2023, 48/2023, 49/2023 e 54/2023 celebrados nos autos do processo nº 2022/17010/001054;

CONSIDERANDO o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências:

CONSIDERANDO o art. 13, Inciso IX, da Instrução Normativa  $n^{\circ}$  02/2008, de 07 de maio de 2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

## RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem os encargos de gestor, fiscal e suplente de contrato, citados a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	ÁREA CONTEMPLADA	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE
37/2023 38/2023 39/2023 40/2023 41/2023 42/2023 44/2023 45/2023 46/2023 47/2023 48/2023 49/2023 54/2023	2022/17010/001054	Aquisição de materiais de consumo e permanente (utensilios, expediente e EPI) para atender as necessidades da Secretaria da Cidadania e Justiça e Unidades vinculadas, através de SRP.	Secretaria da Cidadania e	Allan Garcia Farias Monteiro Matrícula: 799996	Alailson Pereira Dias da Silva. Matrícula:1137085	Elenice Correia da Silva Matrícula: 904081

- Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato, dentre outras:
- I controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar a solicitação de prorrogação ou necessidade de nova contratação a área responsável;
- II manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando o saldo para não ultrapassar o valor contratado;
- III conhecer as responsabilidades do contratado relativo a todas as obrigações tributárias, fiscais e previdenciárias;
- IV zelar para que a prestação do serviço/entrega de materiais esteja rigorosamente dentro do prazo de vigência do contrato;
- V verificar se consta na NF/Fatura a indicação correta da retenção dos tributos exigíveis, conforme contrato;
- VI zelar pela correta instrução processual, juntada de documento e cronologia dos fatos;
  - VII manter sob sua guarda o processo de contratação;
- VIII observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;
- IX anotar em formulário próprio, na parte que lhe couber, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - X atestar as notas fiscais para pagamento;
- XI aplicar à contratada as penalidades e glosas prevista no contrato;
- XII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- XIII acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- XIV estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades;
- XV encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações formulados pela contratada em relação ao instrumento contratual.

- Art. 3º São atribuições do Fiscal e Suplente, dentre outras:
- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas do Contrato;
- II anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- III certificar/conferir a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual e/ou recebimentos dos materiais;
- IV manter cópia dos documentos (contrato, termos aditivos, editais, termo de referência, projeto básico, etc.,) relacionados ao contrato para dirimir eventuais dúvidas sobre o cumprimento das obrigações da contratada;
- V informar a Área Responsável pelo Controle dos Contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar em aplicação de penalidades;
- VI solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem sua competência;
- VII conferir se o quantitativo de pessoas que estão prestando os serviços está de acordo com o contrato assinado (que deverá coincidir com o Projeto Básico/Termo de Referência e propostas);
- VIII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- IX determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório ao Gestor para ciência e apreciação das providências;
- X relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- XI opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência;
- XII responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- XIII manifestar-se ao supervisor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;
- XIV exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.
  - XV indicar eventuais glosas das faturas.
- Art. 4º Em complemento as atribuições descritas no art. 2º, os trabalhos de fiscalização, aplicam-se lhes as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
  - Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 499, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 7 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, consoante disposto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Despacho nº 475/2023, oriundo da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no qual traz a indicação de servidores para fiscalização e execução dos Contratos nº 66/2023. 67/2023 e 68/2023 celebrados nos autos do processo nº 2022/17010/000316;

CONSIDERANDO o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 13, Inciso IX, da Instrução Normativa nº 02/2008, de 07 de maio de 2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem os encargos de gestor, fiscal e suplente de contrato, citados a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	ÁREA CONTEMPLADA	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE
66/2023 67/2023 68/2023	2022/17010/000316	Aquisição de insumos visando a confecção de uniformes para servir aos reeducandos.		Cleonicio Ferreira Lacerda Lima Filho Matrícula: 847036-3	Marcos Roberto Valle Matrícula:11585587-1	Eliezer Pereira Barbosa Matrícula:11578637-1

- Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato, dentre outras:
- I controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar a solicitação de prorrogação ou necessidade de nova contratação a área responsável;
- II manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando o saldo para não ultrapassar o valor contratado;
- III conhecer as responsabilidades do contratado relativo a todas as obrigações tributárias, fiscais e previdenciárias;
- IV zelar para que a prestação do serviço/entrega de materiais esteja rigorosamente dentro do prazo de vigência do contrato;
- V verificar se consta na NF/Fatura a indicação correta da retenção dos tributos exigíveis, conforme contrato;
- VI zelar pela correta instrução processual, juntada de documento e cronologia dos fatos;
  - VII manter sob sua guarda o processo de contratação;
- VIII observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;
- IX anotar em formulário próprio, na parte que lhe couber, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - X atestar as notas fiscais para pagamento;
- XI- aplicar à contratada as penalidades e glosas prevista no contrato;
- XII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- XIII acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

- XIV estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades;
- XV encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações formulados pela contratada em relação ao instrumento contratual
  - Art. 3º São atribuições do Fiscal e Suplente, dentre outras:
- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas do Contrato;
- II anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- III certificar/conferir a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual e/ou recebimentos dos materiais;
- IV manter cópia dos documentos (contrato, termos aditivos, editais, termo de referência, projeto básico, etc.,) relacionados ao contrato para dirimir eventuais dúvidas sobre o cumprimento das obrigações da contratada;
- V informar a Área Responsável pelo Controle dos Contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar em aplicação de penalidades;
- VI solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem sua competência;
- VII conferir se o quantitativo de pessoas que estão prestando os serviços está de acordo com o contrato assinado (que deverá coincidir com o Projeto Básico/Termo de Referência e propostas);
- VIII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- IX determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório ao Gestor para ciência e apreciação das providências;
- X relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- XI opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência;
- XII responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- XIII manifestar-se ao supervisor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;
- XIV exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.
  - XV indicar eventuais glosas das faturas.
- Art. 4º Em complemento as atribuições descritas no art. 2º, os trabalhos de fiscalização, aplicam-se lhes as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
  - Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 500, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 7 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, consoante disposto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Despacho nº 480/2023, oriundo da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no qual traz a indicação de servidores para fiscalização e execução dos Contratos nº 55/2023, 56/2023, 57/2023, 58/2023, 59/2023, 60/2023, 61/2023, 62/2023, 63/2023, 64/2023 e 65/2023 celebrados nos autos do processo nº 2023/17010/000487;

CONSIDERANDO o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 13, Inciso IX, da Instrução Normativa nº 02/2008, de 07 de maio de 2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

## RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem os encargos de gestor, fiscal e suplente de contrato, citados a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	ÁREA CONTEMPLADA	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE
55/2023 56/2023 57/2023 58/2023 59/2023 60/2023 61/2023 62/2023 63/2023 64/2023 65/2023	2023/17010/000487	Aquisição de materiais de consumo para manutenção predial.	Secretaria da Cidadania e Justiça e suas unidades vinculada	Obede Batista Barbosa Matricula 11578360-1	Pablo Nunes Souza Matricula:11613068-4	Pedro Henrique Assunção Magalhães Matricula:11751150-1

- Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato, dentre outras:
- I controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar a solicitação de prorrogação ou necessidade de nova contratação a área responsável;
- II manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando o saldo para não ultrapassar o valor contratado;
- III conhecer as responsabilidades do contratado relativo a todas as obrigações tributárias, fiscais e previdenciárias;
- IV zelar para que a prestação do serviço/entrega de materiais esteja rigorosamente dentro do prazo de vigência do contrato;
- V verificar se consta na NF/Fatura a indicação correta da retenção dos tributos exigíveis, conforme contrato;
- VI zelar pela correta instrução processual, juntada de documento e cronologia dos fatos;
  - VII manter sob sua guarda o processo de contratação;
- VIII observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;
- IX anotar em formulário próprio, na parte que lhe couber, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - X atestar as notas fiscais para pagamento;
- XI aplicar à contratada as penalidades e glosas prevista no contrato:
- XII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- XIII acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

- XIV estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades;
- XV encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações formulados pela contratada em relação ao instrumento contratual
  - Art. 3º São atribuições do Fiscal e Suplente, dentre outras:
- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas do Contrato;
- II anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- III certificar/conferir a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual e/ou recebimentos dos materiais;
- IV manter cópia dos documentos (contrato, termos aditivos, editais, termo de referência, projeto básico, etc.,) relacionados ao contrato para dirimir eventuais dúvidas sobre o cumprimento das obrigações da contratada;
- V informar a Área Responsável pelo Controle dos Contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar em aplicação de penalidades;
- VI solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem sua competência;
- VII conferir se o quantitativo de pessoas que estão prestando os serviços está de acordo com o contrato assinado (que deverá coincidir com o Projeto Básico/Termo de Referência e propostas);
- VIII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- IX determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório ao Gestor para ciência e apreciação das providências;
- X relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- XI opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência;
- XII responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- XIII manifestar-se ao supervisor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;
- XIV exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.
  - XV indicar eventuais glosas das faturas.
- Art. 4º Em complemento as atribuições descritas no art. 2º, os trabalhos de fiscalização, aplicam-se lhes as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
  - Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 501, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 7 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, consoante disposto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Despacho nº 485/2023, oriundo da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no qual traz a indicação de servidores para fiscalização e execução do Contrato nº 69/2023 celebrados nos autos do processo nº 2023/17010/000652;

CONSIDERANDO o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 13, Inciso IX, da Instrução Normativa nº 02/2008, de 07 de maio de 2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

## RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem os encargos de gestor, fiscal e suplente de contrato, citados a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	ÁREA CONTEMPLADA	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE
69/2023	2023/17010/000652	Fornecimento de água potável (tratada) para atender as dependências do CEIP NORTE de Santa Fé do Araguaia-TO.	Secretaria da Cidadania e Justiça	Allan Garcia Farias Monteiro Matrícula: 799996-2	Rodrigo Américo de Freitas Matrícula: 11602295-1	Igor Freitas Alves Andrade Matrícula:11684550-3

- Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato, dentre outras:
- I controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar a solicitação de prorrogação ou necessidade de nova contratação a área responsável;
- II manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando o saldo para não ultrapassar o valor contratado;
- III conhecer as responsabilidades do contratado relativo a todas as obrigações tributárias, fiscais e previdenciárias;
- IV zelar para que a prestação do serviço/entrega de materiais esteja rigorosamente dentro do prazo de vigência do contrato;
- V verificar se consta na NF/Fatura a indicação correta da retenção dos tributos exigíveis, conforme contrato;
- VI zelar pela correta instrução processual, juntada de documento e cronologia dos fatos;
  - VII manter sob sua guarda o processo de contratação;
- VIII observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;
- IX anotar em formulário próprio, na parte que lhe couber, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - X atestar as notas fiscais para pagamento;
- XI aplicar à contratada as penalidades e glosas prevista no contrato;
- XII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- XIII acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

- XIV estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades;
- XV encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações formulados pela contratada em relação ao instrumento contratual
  - Art. 3º São atribuições do Fiscal e Suplente, dentre outras:
- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas do Contrato;
- II anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- III certificar/conferir a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual e/ou recebimentos dos materiais;
- IV manter cópia dos documentos (contrato, termos aditivos, editais, termo de referência, projeto básico, etc.,) relacionados ao contrato para dirimir eventuais dúvidas sobre o cumprimento das obrigações da contratada:
- V informar a Área Responsável pelo Controle dos Contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar em aplicação de penalidades;
- VI solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem sua competência;
- VII conferir se o quantitativo de pessoas que estão prestando os serviços está de acordo com o contrato assinado (que deverá coincidir com o Projeto Básico/Termo de Referência e propostas);
- VIII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- IX determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório ao Gestor para ciência e apreciação das providências;
- X relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- XI opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência;
- XII responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- XIII manifestar-se ao supervisor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;
- XIV exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.
  - XV indicar eventuais glosas das faturas.
- Art. 4º Em complemento as atribuições descritas no art. 2º, os trabalhos de fiscalização, aplicam-se lhes as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
  - Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 502, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 7 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, consoante disposto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Despacho nº 471/2023, oriundo da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no qual traz a indicação de servidores para fiscalização e execução do Contratos nº 34/2023 e 35/2023 celebrados nos autos do processo nº 2022/17010/000318;

CONSIDERANDO o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 13, Inciso IX, da Instrução Normativa nº 02/2008, de 07 de maio de 2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem os encargos de gestor, fiscal e suplente de contrato, citados a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	ÁREA CONTEMPLADA	GESTOR	FISCAL	SUPLENTE
34/2023 35/2023		Aquisição de Veículos Automotores (Viaturas Veladas)	e Justiça e suas unidades		Aguinaldo Dias de Souza Matrícula: 341967-7	Manoel do Carmo Ferreira de Souza Matrícula: 1207717-4

#### Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato, dentre outras:

- I controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar a solicitação de prorrogação ou necessidade de nova contratação a área responsável;
- II manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando o saldo para não ultrapassar o valor contratado;
- III conhecer as responsabilidades do contratado relativo a todas as obrigações tributárias, fiscais e previdenciárias;
- IV zelar para que a prestação do serviço/entrega de materiais esteja rigorosamente dentro do prazo de vigência do contrato;
- V verificar se consta na NF/Fatura a indicação correta da retenção dos tributos exigíveis, conforme contrato;
- VI zelar pela correta instrução processual, juntada de documento e cronologia dos fatos;
  - VII manter sob sua guarda o processo de contratação;
- VIII observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;
- IX anotar em formulário próprio, na parte que lhe couber, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - X atestar as notas fiscais para pagamento;
- XI aplicar à contratada as penalidades e glosas prevista no contrato:
- XII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- XIII acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- XIV estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades;

- XV encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações formulados pela contratada em relação ao instrumento contratual.
  - Art. 3º São atribuições do Fiscal e Suplente, dentre outras:
- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas do Contrato;
- II anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- III certificar/conferir a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual e/ou recebimentos dos materiais;
- IV manter cópia dos documentos (contrato, termos aditivos, editais, termo de referência, projeto básico, etc.,) relacionados ao contrato para dirimir eventuais dúvidas sobre o cumprimento das obrigações da contratada;
- V informar a Área Responsável pelo Controle dos Contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar em aplicação de penalidades;
- VI solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassem sua competência;
- VII conferir se o quantitativo de pessoas que estão prestando os serviços está de acordo com o contrato assinado (que deverá coincidir com o Projeto Básico/Termo de Referência e propostas);
- VIII solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- IX determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório ao Gestor para ciência e apreciação das providências;
- ${\sf X}$  relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- XI opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 30 (trinta) dias do final da vigência:
- XII responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- XIII manifestar-se ao supervisor do contrato, acerca da exequibilidade de ajuste contratual, por via de relatório que deverá ser juntado aos autos;
- XIV exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.
  - $\ensuremath{\mathsf{XV}}$  indicar eventuals glosas das faturas.
- Art. 4º Em complemento as atribuições descritas no art. 2º, os trabalhos de fiscalização, aplicam-se lhes as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
  - Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 503, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 07 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins.

CONSIDERANDO o Memorando nº 07/2023, oriundo da Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SASPDCA);

CONSIDERANDO o princípio da isonomia, da publicidade e da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO que a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos;

CONSIDERANDO, também, que a referida publicação não traz prejuízo ao erário, ao passo que Administração Pública deve corrigir seus atos com defeitos sanáveis, conforme preleciona o art. 55 da Lei 9.784/1999.

#### RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 417, de 30 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.362, de 04 de julho de 2023, em que versa sobre a remoção do servidor MEIRISVAN MIRANDA BRANDAO, matricula nº 11603224-1:

- I ONDE SE LÊ: [...], "Agente de Segurança Socioeducativo ...";
- II LEIA-SE: [...], ""Agente Especialista Socioeducativo..."
- Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 504, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 07 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins.

CONSIDERANDO a Proposta de Portaria nº 330/2023, oriunda da Gerência de Gestão de Pessoas (GGP);

CONSIDERANDO, também, o art. 35, §1°, I, da Lei 1.818/2007, em que a remoção pode ocorrer de ofício, por conveniência da Administração Pública;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência e a oportunidade da Administração.

## RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, por necessidade de serviço, o servidor JOEL FEITOZA ARAUJO E BRITO, Agente de Segurança Socioeducativo, matrícula nº 1262874-2, do Centro de Internação Provisória de Gurupi para o Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas, a partir de 20 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

#### PORTARIA SECIJU/TO Nº 505. DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 07 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins.

CONSIDERANDO a Proposta de Portaria nº 328/2023, oriunda da Gerência de Gestão de Pessoas (GGP);

CONSIDERANDO também, o art. 83, §3º, da Lei 1.818/2007, em que o servidor faz jus a 30 (trinta) dias de férias, após 12 (doze) meses de exercício:

CONSIDERANDO por fim, a conveniência e a oportunidade da Administração.

#### RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER, nos termos do art. 83, §3º, da Lei nº 1.818/2007, a fruição de 15 (quinze) dias das férias da servidora ELMA GONÇALVES REGO, Agente de Segurança Socioeducativo, matrícula sob nº 1017888-5, a partir de 24/07/2023 à 07/08/2023, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, suspensas pela Portaria nº 951, de 23 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.217, de 28 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 506, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 07 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins.

CONSIDERANDO a Proposta de Portaria nº 329/2023, oriunda da Gerência de Gestão de Pessoas (GGP);

CONSIDERANDO, também, o art. 35, §1°, I, da Lei 1.818/2007, em que a remoção pode ocorrer de ofício, por conveniência da Administração Pública;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência e a oportunidade da Administração.

## RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, por necessidade de serviço, o servidor JOSE RIBAMAR SANTANA, Analista I, matrícula nº 11690461-2, da Unidade Penal Feminina de Palmas para a Gerência de Ações sobre Drogas, a partir de 19 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 508, DE 24 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 07 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, com base na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO o Relatório de Comunicação Interna - Comunicado Interno nº 073/2023, da Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP), no qual relata a conduta ilibada do servidor Samuel Alves Fonseca para lidar com situação adversa inerente ao desempenho de sua função, conforme disciplina a Lei Estadual nº 1.818/2007.

CONSIDERANDO, em especial, os fatos ocorridos em 18 de maio de 2023 na UPRP, bem como ao brilhante trabalho prestado como Policial Penal

#### RESOLVE:

Art. 1º Externar REFERÊNCIAS ELOGIOSAS ao servidor SAMUELALVES FONSECA, Policial Penal, nº Funcional 11581417-1, em virtude do comprometimento, ética e profissionalismo desempenhados em função de suas atribuições, na Unidade Penal Regional de Palmas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

## PORTARIA SECIJU/TO Nº 511. DE 26 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 242 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, de 07 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins.

CONSIDERANDO a Proposta de Portaria nº 331/2023, oriunda da Gerência de Gestão de Pessoas (GGP);

CONSIDERANDO, também, que o art. 86, da Lei 1.818/2007, especifica que as férias podem ser suspensas ou interrompidas por necessidade do serviço;

CONSIDERANDO, por fim, a conveniência e a oportunidade da Administração.

## RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por necessidade de serviço, nos termos do art. 86, da Lei nº 1.818/2007, a fruição de 15 (quinze) dias das férias da servidora BÁRBARA RISOMAR DE SOUSA, Diretora de Planejamento e Convênios, nº Funcional 866160-1, previstas para o período de 18/07/2023 à 01/08/2023, referente ao período aquisitivo de 2020/2021, garantindo-lhe o direito de usufruí-la em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e a servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 26 dias do mês de julho de 2023.

DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

#### EXTRATO DE PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

PORTARIA SECIJU/TO Nº 507/2023

DATA DA PORTARIA: 20 DE JULHO DE 2023

PROCESSO: 2023/17010/001079

CONCEDENTE: SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

ORDENADOR DE DESPESAS: DEUSIANO PEREIRA DE AMORIM

SUPRIDO: ELIZABETH MIRANDA CARVALHO SILVA

RESPONSÁVEL PELO ATESTO: ROBSON FERREIRA SIILVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17010.14.422.1160.2324

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30 e 33.90.39

VALOR DO ADIANTAMENTO: R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

PRAZO DE APLICAÇÃO: FICA ESTIPULADO O PRAZO DE 60

(SESSENTA) DIAS

PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 30 (TRINTA) DIAS APÓS A

EXPIRAÇÃO DO PRAZO DE APLICAÇÃO.

## EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 71/2023

Republicado para correção

PROCESSO: 2021/17010/00215

CONTRATO: 071/2023

CONTRATANTE: Secretaria da Cidadania e Justiça.

CONTRATADO: SAGA SOCIEDADE ANONIMA GOIAS DE AUTOMOVEIS

CNPJ: 01.104.751/0001-10

OBJETO: O presente termo tem por objeto a aquisição de veículo automotor para atender as necessidades da Secretaria da Cidadania

e Justiça.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023

VALOR TOTAL: R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais).

FIRMADO EM: 17/07/2023.

VIGÊNCIA: O contrato terá a sua vigência adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data de sua assinatura ou até a utilização do quantitativo, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO: Após a expiração da vigência, ainda subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à garantia dos materiais entreques, quando for o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17010.02.421.1160.2341.0000

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

FONTE: 700

SIGNATÁRIOS: Deusiano Pereira de Amorim, pela contratante e Luiz

Sérgio de Oliveira Maia, pela contratada.

## SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

## **EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO**

PROCESSO: 2018/63010/00002

CONTRATO: 023/2019

ADITIVO Nº: 8º aditivo de prazos contratual e execução

CNPJ: 01.661.223/0001-62

CONTRATANTE: Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação -

**SEINF** 

CONTRATADO: Só Terra Construções e Projetos Ltda.

OBJETO: Alterar a Cláusula Sexta - Do Prazo do Contrato e da Execução, sendo prorrogado o prazo do Contrato por mais 210 (duzentos e dez) dias

e a Execução por mais 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 26/08/2022

VIGÊNCIA: Contratual: 23/04/2023 e Execução: 22/02/2023 SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheira Rodrigues - Contratante

Jorge Abdalla Dias - Contratada

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO**

PROCESSO: 2018/63010/00002

CONTRATO: 023/2019

ADITIVO Nº: 8º Termo Aditivo de Prazo

CONTRATANTE: Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação

- SEINF

CONTRATADA: Só Terra Construção e Projetos LTDA - ME.

CNPJ: 01.661.223/0001-62

OBJETO: Alterar a Cláusula Sexta - Do Prazo do Contrato e da Execução, sendo prorrogado o prazo do Contrato por mais 210 (duzentos e dez) dias

e a Execução por mais 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 26/08/2022

VIGÊNCIA: Execução 22/02/2023 e Contratual 23/02/2023 SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Contratante

Jorge Abdalla Dias - Contratada

## **SECRETARIA DA CULTURA**

#### PORTARIA Nº 69/2023/GABSEC/SECULT, DE 24 DE JULHO DE 2023.

O Secretário da Secretaria da Cultura - SECULT, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.421, de 08 de março de 2019 Termo de Cooperação nº 01/2023 e ato nº 437 - NM, publicado no DOE edição nº 6.281, de 02 de março de 2023;

## RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo identificados, para sem nenhum prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o cargo de fiscais de Convênio/Colaboração, dos termos elencados a seguir:

NUMERO DO PROJETO	NUMERO DO TERMO	OBJETO DO TERMO	FISCAL/MATRÍCULA	CIDADE
010422.00350/2023	77010108/2023	APOIAR A REALIZAÇÃO DO ARRAIÁ DO TAQUARI	BELIZA MARTINS PINHEIRO CÂMARA 11709030 - 2	PALMAS-TO

Parágrafo único. Os fiscais designados nesta Portaria receberão comunicação interna de ordem de fiscalização, (03) três dias antes do evento.

## Art. 2º São atribuições dos fiscais:

- I ler atentamente o termo de convênio, plano de trabalho, cronograma de execução, especialmente quanto à especificação do objeto;
- II ter conhecimento das normas disciplinadoras de convênios e colaborações para fiscalizar sua correta aplicação;
- III verificar o cumprimento das condições acordadas no termo de Convênio/Colaboração e plano de trabalho, técnicas e administrativas, em todos os aspectos;
- IV orientar o convenente sobre a correta execução do Convênio/Colaboração, bem como, levar aos mesmos o conhecimento das situações de risco, recomendando medidas e estabelecendo prazos para a solução;
- V anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Convênio/Colaboração, informando à concedente, aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas e defeitos observados;
- VI representar à concedente, contra irregularidades, ainda que não diretamente relacionadas à execução do Convênio/Colaboração, acerca de circunstâncias de que tenha conhecimento em razão do ofício;
- VII buscar, em caso de dúvida, auxílio junto às áreas técnicas competentes sobre assuntos alheios ao seu conhecimento.
- VIII fazer relatório circunstanciado quanto a execução do projeto e anexar ao projeto em até 5 (cinco) dias úteis após sua fiscalização.
  - Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Sebastião Pinheiro de Souza Secretário da Cultura

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

## PORTARIA-SEDUC Nº 960, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, com base no Parecer CEE/TO/CEB nº 380, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/012112, resolve:

Art. 1º CREDENCIAR, pelo período de três anos, o Centro de Ensino Pereira Martins, situado à Rua Manoel Rodrigues Bezerra, s/nº, Qd. 3, Lote 3, Centro, no município de Campos Lindos, para ofertar, de forma presencial, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

## PORTARIA-SEDUC Nº 961, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, com base no Parecer CEE/TO/CEB nº 384, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/012709, resolve:

Art. 1º RENOVAR, pelo período de quatro anos, o Reconhecimento do Ensino Médio, ofertado pelo Colégio Estadual Irio Oliveira Souza, situado na Rua José Soares, nº 600, no município de São Sebastião do Tocantins

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

## PORTARIA-SEDUC Nº 963, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, com base no Parecer CEE/TO/CEB nº 386, de 22 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/011428, resolve:

Art. 1º RENOVAR, pelo período de quatro anos, a Renovação do Reconhecimento do Ensino Fundamental - Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA, 3º Segmento, ofertados pela Escola Estadual Bartolomeu Bueno da Silva, situada na Avenida Araguaia nº 258, Centro, no município de Carmolândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

## PORTARIA-SEDUC Nº 965, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, com base no Parecer CEE/TO/CEB nº 389, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/001501, resolve:

Art. 1º RENOVAR, pelo período de quatro anos, o Reconhecimento Ensino Fundamental - Anos Finais e do 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, ofertado pela Escola Estadual Ana Maria de Jesus, situada na Avenida Ana Maria de Jesus, Nº 1020, Centro, no município de Alvorada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

## PORTARIA-SEDUC Nº 967, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, publicada no DOE nº 5.506, em 17/12/2019, e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 391, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/013257, resolve:

Art. 1º RENOVAR, pelo período de quatro anos, o Reconhecimento do Ensino Médio, ofertado pelo Colégio Militar do Estado do Tocantins Santa Terezinha, situado à Rua 13 de Maio, nº 79, Centro, no município de Miracema do Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos ao dia 1º de janeiro de 2022.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

## PORTARIA-SEDUC Nº 968, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins, consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, com base no Parecer CEE/TO/CEB nº 393, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/013584, resolve:

Art. 1º RECONHECER, pelo período de cinco anos, o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio, ofertados pela Escola Estadual Ayrton Senna, situada à Avenida José Wilson Siqueira Campos, Qd. 7, Lotes 1 a 16, povoado Alto Bonito, no município de Lizarda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

## PORTARIA-SEDUC Nº 969, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins; consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, com base no Parecer CEE/TO/CEB nº 394, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/000112, resolve:

Art. 1º RENOVAR, pelo período de três anos, o Reconhecimento do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, ofertado pela Escola Municipal Amazonas, situada no Projeto de Assentamento Progresso, zona rural do município de Pequizeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

## PORTARIA-SEDUC Nº 970, DE 25 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado do Tocantins, consoante a Resolução CEE/TO nº 037/2019, com base no Parecer CEE/TO/CEB nº 467, de 14 de julho de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/013539, resolve:

Art. 1º RENOVAR, pelo período de quatro anos, o Reconhecimento do Ensino Médio, ofertado pelo Centro de Ensino Médio Castro Alves, situado na Quadra 305 Norte, APM 10, APE 01 e 02, Plano Diretor Norte, no município de Palmas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

FÁBIO PEREIRA VAZ Secretário de Estado da Educação

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Republicado para correção

PROCESSO: 2022/27000/002198

CONTRATO Nº: 028/2023

CONTRATANTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTRATADA: MOVEISTO FAB. DE MOVEIS LTDA

CNPJ: 08.898.003/0001-04

OBJETO: Aquisição de mobiliário de sala de aula para atender estudantes e professores do Ensino Fundamental e Médio, da Rede Estadual de Educação.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é adstrito aos créditos orçamentários.

VÁLOR: R\$ 4.347.100,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cem reais)

mil e cem reais). CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: 27010.12.368.1156.2007

NATUREZA DE DESPÉSA: 4.4.90.52 FONTES: 569.0000 / 540.0000 DATA DE ASSINATURA: 16/06/2023

SIGNATÁRIOS: Fábio Pereira Vaz - Representante Legal da Contratante José Carlos Paz dos Santos - Representante Legal da Contratada

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 242, DE 29 DE MAIO DE 2023.

AUTORIZA o Funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem e APROVA o Plano de Curso ofertado pelo Centro de Ensino Pereira Martins, em Campos Lindos, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins; pelo inciso XII, alínea g, do art. 33 do Regimento Interno; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 037, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.506, de 17 de dezembro de 2019 e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 381/2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/012061, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, pelo período de três anos, o Funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem a ser ofertado na forma presencial pelo Centro de Ensino Pereira Martins, situado na Rua Manoel Rodrigues Bezerra, s/nº, Qd. 3, Lote 3, Centro, no município de Campos Lindos, neste Estado.

Art. 2º APROVAR o respectivo Plano de Curso, do curso mencionado no art.  $1^{\rm o}$ 

Art. 3º AUTORIZAR a instituição inserir o Curso Técnico em Enfermagem, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, para efeito de validade nacional dos diplomas a serem expedidos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 243, DE 29 DE MAIO DE 2023.

AUTORIZA o Funcionamento do Ensino Médio em Tempo Integral e CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio no ano letivo de 2022, ofertados pela Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Ultimo de Carvalho, em Couto Magalhães, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 037, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.506, de 17/12/2019 e na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 382/2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/011050,resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, pelo período de três anos, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023, o funcionamento do Ensino Médio em Tempo Integral, ofertado pela Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Último de Carvalho, situada na Rua 02, s/n, distrito de Peixilândia, em Couto Magalhães, neste Estado.

Art. 2º CONVALIDAR os estudos realizados no ano letivo de 2022, pelos estudantes da 1ª série do Ensino Médio em Regime de Tempo Integral, conforme ata de resultados finais anexada ao processo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 244, DE 29 DE MAIO DE 2023.

AUTORIZA o Funcionamento do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, e CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, ofertados nos anos letivos de 2019 a 2022, pela Escola Vagalume, em Palmas, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins; pelo inciso XII, alínea g, do art. 33 do seu Regimento Interno; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 037, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.506, de 17/12/2019 e na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 383/2023,de 29/05/2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/011436,resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, pelo período de cinco anos, o funcionamento do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, ofertados pela Escola Vagalume, localizada na Orla 14, Graciosa, Alameda 14, Q. 14, Lote 01, em Palmas, neste Estado, produzindo efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, nos anos letivos de 2019 a 2022, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 245, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados no Colégio Estadual Irio Oliveira Souza, em São Sebastião do Tocantins, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 384, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/012709, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados pelo Colégio Estadual Irio Oliveira Souza, situado à Rua José Soares, nº 600, em São Sebastião do Tocantins, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 247, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 3º Segmento, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Bartolomeu Bueno da Silva, em Carmolândia, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 386, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/011428, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 3º Segmento referentes ao ano letivo de 2022, ofertados pela Escola Estadual Bartolomeu Bueno da Silva, situada na Avenida Araguaia nº 258, Centro, em Carmolândia, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas nos autos do processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 250, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e do 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Ana Maria de Jesus, em Alvorada, neste Estado

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 389, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/001501, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e do 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, ofertados pela Escola Estadual Ana Maria de Jesus, situada na Avenida Ana Maria de Jesus, Nº 1020, Centro, Alvorada, neste estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 251, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, referente ao ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Salmon do Amaral Brito, em Lagoa do Tocantins, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 392, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/0012819, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, referente ao ano letivo de 2022, ofertados pela Escola Estadual Salmon do Amaral Brito, situada na Avenida Goiás, 390, Centro, na cidade de Lagoa do Tocantins, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 252, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Ayrton Senna, situada no Povoado Alto Bonito, em Lizarda, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 393, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/013584, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio, ofertados pela Escola Estadual Ayrton Senna, situada na Avenida José Wilson Siqueira Campos, Qd. 7, Lotes 1 a 16, Povoado Alto Bonito, em Lizarda, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 260, DE 29 DE MAIO DE 2023.

APROVA o Plano de Curso do Curso Técnico em Enfermagem Integrado a EJA, proposto pelo Colégio Estadual Frederico Pedreira Neto, em Palmas, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fulcro na Resolução CEE-TO Nº 037, de 29 de maio de 2019, publicada no DOE nº 5.506, em 17/12/2019, e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 402, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo -SGD nº 2023/27000/005749, resolve:

Art. 1º APROVAR o Plano de Curso do Curso Técnico em Enfermagem Integrado a Educação de Jovens e Adultos - EJA, proposto pelo Colégio Estadual Frederico José Pedreira Neto, situado na Quadra 106 Sul, Alameda 2, Lote 1, em Palmas, neste Estado.

Art. 2º REVOGAR a Resolução nº 160, de 15 de julho de 2020, publicada no DOE nº 5.696, de 30 de agosto de 2020, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, que Aprovou o Plano de Curso.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir do ano letivo de 2022.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 261, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Alair Sena Conceição, em Figueirópolis, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 403, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/006096, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados pela Escola Estadual Alair Sena Conceição, situada na Av. Amazonas, 1641, Centro, em Figueirópolis, neste estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 262, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 3º Segmento, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados no Centro de Ensino Médio Taquaralto, em Palmas, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 404, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/005983, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 3º Segmento, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados pelo Centro de Ensino Médio Taquaralto, situado na avenida Perimetral Norte, esquina com rua 14, Quadra 55, Lotes 12/17, em Palmas, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 263, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio no ano letivo de 2022; da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 3º Segmento, referentes ao segundo semestre do ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Liberdade, em Palmas, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 405, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/000574, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio referentes ao ano letivo de 2022 e da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 3º Segmento, referentes ao segundo semestre do ano letivo de 2022, ofertados pela Escola Estadual Liberdade, situada na Área Verde 09, Rua 40, esquina com 35, Setor Liberdade - Aureny III, Palmas, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 264, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio, referente ao ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Vale do Sol, em Palmas, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 406, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/001647, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio, referente ao ano letivo de 2022, ofertados pela Escola Estadual Vale do Sol, situada na Rua NC 11, Área Constitucional "G" S/N, Setor Vale do Sol, município de Palmas, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 267, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, do 4º ao 9º ano, no ano letivo de 2022, ofertados no Colégio Girassol de Tempo Integral José Seabra Lemos, em Gurupi, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 409, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/006698, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, do 4º ao 9º ano, referente ao ano letivo de 2022, ofertados pelo Colégio Girassol de Tempo Integral José Seabra Lemos, situada na Rua Presidente Castelo Branco, 2190, Centro, na cidade de Gurupi, neste estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 269, DE 29 DE MAIO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais, no ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Vila Guaracy, em Gurupi, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN nº 411, de 29 de maio de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/006336, resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais, referentes ao ano letivo de 2022, ofertados na Escola Estadual Vila Guaracy, situada na Rua A, nº 91, Vila Guaracy, na cidade de Gurupi, neste estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 270, DE 29 DE MAIO DE 2023.

DESATIVA a Instituição de Ensino Escola Rural Benedito Póvoa, no município de Taipas do Tocantins, neste Estado

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V, do art. 10, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133, da Constituição Estadual do Tocantins; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 037/2019; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CLN Nº 412/2023, exarado no Processo Administrativo - SGD nº 2023/27000/006505, resolve:

Art. 1º DESATIVAR, para fins de regularização junto ao Censo Escolar do Ministério da Educação, a Escola Rural Benedito Póvoa, que encerrou suas atividades em 31 de dezembro de 2010, situada na Fazenda Umburuçu, s/nº, Zona Rural, no município de Taipas do Tocantins, neste Estado

Art. 2º Fica o acervo passivo desta unidade de ensino sob a guarda e responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Taipas do Tocantins, bem como a emissão de documentos referentes à vida escolar dos estudantes, em cumprimento à Resolução CEE/TO nº 037/2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins- CEE/TO, em Palmas - TO, aos 29 dias do mês de maio de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 307, DE 14 DE JULHO DE 2023.

AUTORIZA o Funcionamento do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio, ofertados pelo Colégio Militar do Estado do Tocantins - La Salle, e CONVALIDA os Estudos realizados pelos estudantes nos anos letivos de 2019 a 2022, em Augustinópolis, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins; pelo inciso XII, alínea g, do art. 33 do seu Regimento Interno; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 037, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.506, de 17/12/2019, e Resolução nº 026, de 22/02/2001, tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 463/2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/012975, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, pelo período de cinco anos, o funcionamento do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio, ofertados pelo Colégio Militar do Estado do Tocantins - La Salle, situado à Rua Boa Vista, 250 - Bairro Boa Vista, Augustinópolis, neste Estado, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023.

Art. 2º CONVALIDAR, os estudos realizados pelos estudantes, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo mediante descrição a seguir:

- I Ensino Fundamental anos finais, ofertados nos anos de 2019 a 2022;
  - II Ensino Médio, ofertado nos anos de 2020 a 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 14 dias do mês de julho de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 308, DE 14 DE JULHO DE 2023.

AUTORIZA o Funcionamento do Ensino Médio, ofertado pelo Colégio Militar do Estado do Tocantins Professora Maria Guedes, e CONVALIDA as Estudos realizados pelos estudantes nos anos letivos de 2020 a 2022, em Palmeirópolis, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pelo art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins; com fulcro na Resolução CEE/TO nº 037, de 29 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.506, de 17/12/2019, e Resolução nº 026, de 22/2/2001, tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 464/2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2023/27000/008083, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, pelo período de cinco anos, com efeitos legais retroativos a 1º de janeiro de 2023, o funcionamento do Ensino Médio, ofertado pelo Colégio Militar do Estado do Tocantins Professora Maria Guedes, localizada na Avenida das Palmeiras, nº 902, Centro, no município de Palmeirópolis, neste Estado.

Art. 2º CONVALIDAR, Estudos realizados pelos estudantes nos anos letivos de 2020 a 2022, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 14 dias do mês de julho de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 311, DE 14 DE JULHO DE 2023.

CONVALIDA os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio, no ano letivo de 2022, ofertado no Centro de Ensino Médio Castro Alves, neste Estado.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, no uso das atribuições a ele conferidas pelo inciso V do art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferidas no art. 133 da Constituição Estadual do Tocantins, com fulcro na Resolução CEE/TO nº 026, de 22 de fevereiro de 2001; e tendo em vista o Parecer CEE/TO/CEB nº 467, de 14 de julho de 2023, exarado no Processo Administrativo SGD nº 2022/27000/013539. resolve:

Art. 1º CONVALIDAR os estudos realizados pelos estudantes do Ensino Médio, ofertados pelo Centro de Ensino Médio Castro Alves, situado Quadra 305 Norte, APM 10, APE 01 e 02, Plano Diretor Norte, em Palmas, neste Estado, conforme atas de resultados finais anexadas ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação do Tocantins, em Palmas - TO, aos 14 dias do mês de julho de 2023.

EVANDRO BORGES ARANTES
Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/TO

## SECRETARIA DOS ESPORTES E JUVENTUDE

## PORTARIA - 58/2023/ASSEJUR-SEJU/SEJU, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 8.666 e demais legislações correlatas, resolve:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Convênio, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, Processo Finalístico nº 2023/79011/000040 e Convênio nº 79010.000028/2023, do contrato/documento equivalente elencado a seguir:

Fiscal de Convênio: JEFERSON ROMERO SOARES - Matrícula:

11761270-1

Substituto de Fiscal de Convênio: VINICIUS TAVARES DE ARRUDA -

Matrícula: 11526300-4

Convênio: 79010.000028/2023

Concedente: Secretaria de Estado dos Esportes e Juventude Convenente: INSTITUTO BRASIL MAIS SOCIAL - IBMS

Objeto: Torneio Interestadual.

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Convênio:

- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Termo de Convênio;
- II anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Gerência de Convênios sobre tais eventos;
- III determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente através de relatório a Gerência de Convênios para ciência e apreciação das providências;
- IV relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do Convênio;
- V opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do objeto, antes do final da sua vigência, logo após encaminhar para a Gerência de Convênios para as devidas providências;
- VI justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;
- VIII observar a execução do Convênio, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual:
- X exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do convênio em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições e contrários.

ELENIL DA PENHA ALVES DE BRITO Secretário de Estado dos Esportes e Juventude

## PORTARIA Nº 59/2023/ASSEJUR-SEJU/SEJU.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado;

Considerando a Portaria nº 45/2023 que instituiu a Comissão de Seleção do Chamamento 01/2023, para realização do Projeto Esporte Verão 2023;

Considerando que a referida Comissão, após análise documental, decidiu por considerar a Federação Tocantinense de Desporto Escolar, vencedora nas modalidades Esporte Recreativo, Beach Soccer e Futvôlei, bem como a Federação Tocantinense de Futvôlei, única concorrente na modalidade Futvôlei, APTAS a firmar Termo de Colaboração para a finalidade do instrumento convocatório.

#### RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, a decisão da Comissão de Chamamento e declarar APTAS a Celebrar Termos de Colaboração com a Secretaria de Estado dos Esportes e Juventude - SEJU, nos termos do Edital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de Julho de 2023.

GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE, AOS 14 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2023.

ELENIL DA PENHA ALVES DE BRITO Secretário de Estado dos Esportes e Juventude

## RELATÓRIO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DAS ENTIDADES DO CHAMAMENTO PÚBLICO № 02/2023

SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE VISANDO A REALIZAÇÃO DO ESPORTE VERÃO 2023. (PROCESSO SGD Nº 2023/79010/000069).

Reuniu-se em sessão reservada a Comissão de Seleção, instituída através da Portaria 45/2023/GABSEC/SEJU, de 14/06/2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, para dar continuidade à análise e julgamento dos documentos de habilitação do referido Chamamento Público.

Na presente sessão foi analisada a documentação apresentada pelas entidades interessadas: FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE DESPORTO ESCOLAR, que se inscreveu na modalidade Beach Soccer, Vôlei de Praia e Atividades Recreativas; e a FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE FUTVÔLEI, a qual se inscreveu para a modalidade de Futvôlei.

Já fora realizado análise preliminar de habilitação, tendo a FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE BEACH SOCCER e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ARAGUAIA sido INABILITADAS, em razão da ausência de documentos comprobatórios de cadastramento. Restando HABILITADAS a FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE DESPORTO ESCOLAR, e a FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE FUTVÔLEI, nas modalidades as quais concorreram.

Passemos aos critérios técnicos dos demais documentos:

 Os planos de trabalho apresentado por ambas as instituições habilitadas preenchem os requisitos legais necessários, bem como a finalidade do projeto.

A pontuação recebida pela entidade FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE DESPORTO ESCOLAR na modalidade Esporte Recreativo pelos documentos apresentados é de 12 pontos, conforme o quadro descrito no item 12 do ETP:

- 1. Portfólio de Execução de eventos esportivos na modalidade 0 pts.
- 2. Portfólio de Execução de eventos esportivos de qualquer natureza 03 pts.
- 3. Atestado de Capacidade Técnica demonstrando a realização de eventos 0 pts.
  - 4. Plano de Trabalho 03 pts.
  - 5. Projeto Técnico 03 pts.

6. Economicidade - 03 pts.

A pontuação recebida pela entidade FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE DESPORTO ESCOLAR na modalidade Beach Soccer pelos documentos apresentados é de 10 pontos, conforme o quadro descrito no item 12 do ETP:

- Portfólio de Execução de eventos esportivos na modalidade
   O pts.
- 2. Portfólio de Execuçao de eventos esportivos de qualquer natureza 03 pts.
- 3. Atestado de Capacidade Técnica demonstrando a realização de eventos 0 pts.
  - 4. Plano de Trabalho 03 pts.
  - 5. Projeto Técnico 03 pts.
  - 6. Economicidade 01 pts.

A pontuação recebida pela entidade FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE DESPORTO ESCOLAR na modalidade Vôlei de Praia pelos documentos apresentados é de 14 pontos, conforme o quadro descrito no item 12 do ETP:

- 1. Portfólio de Execução de eventos esportivos na modalidade 03 pts.
- 2. Portfólio de Execução de eventos esportivos de qualquer natureza 03 pts.
- 3. Atestado de Capacidade Técnica demonstrando a realização de eventos 0 pts.
  - 4. Plano de Trabalho 03 pts.
  - 5. Projeto Técnico 03 pts.
  - 6. Economicidade 02 pts.

A pontuação recebida pela entidade FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE FUTVÔLEI na modalidade Futvlôlei pelos documentos apresentados é de 12 pontos, conforme o quadro descrito no item 12 do ETP:

- 1. Portfólio de Execução de eventos esportivos na modalidade 3 pts.
- 2. Portfólio de Execução de eventos esportivos de qualquer natureza 03 pts.
- 3. Atestado de Capacidade Técnica demonstrando a realização de eventos 0 pts.
  - 4. Plano de Trabalho 03 pts.
  - 5. Projeto Técnico 03 pts.
  - 6. Economicidade 0 pts.

A Comissão de Seleção conclui, com base no Edital que as Federações supracitadas encontram-se devidamente habilitadas e, após a análise e julgamento, conclui-se que as mesmas atenderam as exigências contidas do instrumento convocatório, estando aptas a formalizarem Termo de Colaboração.

Submeta-se referida Decisão ao Secretário de Estado dos Esportes e Juventude para que decida sobre a homologação do certame.

Palmas - TO, aos 13 dias do mês de Julho de 2023.

Vinicius Tavares de Arruda Titular

Eugênia Alves Vieira Titular Eric Sales Figueiredo Titular

## **SECRETARIA DA FAZENDA**

#### EXTRATO DO 1º TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2021/SECONT

CONVÊNIO: Nº 05/2021/SECONT

ADITIVO Nº: 1º

PROCESSO: Nº 2021/25000/000636 CONVENENTE: SECRETARIA DA FAZENDA

CONVENIADA: SOCIEDADE DE ENSINO SERRA DO CARMO LTDA

- Mantenedora da FACULDADE SERRA DO CARMO-FASEC

OBJETO: Constitui o objeto do Termo Aditivo a continuidade do CONVÊNIO Nº 05/2021, em prol a concessão de Estágio Curricular Não

Obrigatório.

Valor Total: sem ônus

VIGÊNCIA: 02/09/2023 a 02/09/2025 DATA DA ASSINATURA: 20/07/2023

SIGNATÁRIO: Júlio Edstron Secundino Santos - Secretário da Fazenda

- Arnaldo Pereira Bringel - Diretor Geral - FASEC.

## EXTRATO DO 2º TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2019

ADITIVO: Nº 2º

CONVÊNIO: Nº 07/2019

PROCESSO: Nº 2019/25000/000588

CONVENENTE: SECRETARIA DA FAZENDA

CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ

OBJETO: Constitui objeto do presente convênio a continuidade da Agência de Atendimento Fazendária no município de ITAPORÃ/TO, pertencente

à Agência Avançada de Colinas do Tocantins/TO.

VALOR TOTAL: sem ônus

VIGÊNCIA: 18/07/2023 a 18/07/2024. DATA DA ASSINATURA: 18/07/2023

SIGNATÁRIOS: Júlio Edstron Secundino Santos - Secretário da Fazenda

- José Rezende Silva - Prefeito.

## SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

## ATO DECLARATÓRIO Nº 562, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/6860/501566, formalizado pela Srª MARIA LÚCIA QUIDUTES, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x01-82, residente e domiciliada no município de GURUPI - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 392/2022, às fls. 18/19 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo HYUNDAI / CRETA 16 A ACTION, ANO FAB. / MOD. 2021/2022, PLACA xxD xx19 e RENAVAM xxxxx045935;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 563, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/6860/501565, formalizado pela Srª LAYENNA MARTINS PIRES AQUINO, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x21-15, residente e domiciliada no município de GURUPI - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 393/2022, às fls. 19/20 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo CHEVROLET / COBALT 1.4 LTZ, ANO FAB. / MOD. 2016/2016, PLACA xxM xx03 e RENAVAM xxxxx404530:
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022:
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 564, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2020/6040/505034, formalizado pelo Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA PEREIRA BARROS, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x11-13, residente e domiciliado no município de PALMAS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 403/2022, às fls. 34/35 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo FIAT / SIENA 1.4, ANO FAB. / MOD. 2021/2021, PLACA xxA xx91 e RENAVAM xxxxx053288;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

## ATO DECLARATÓRIO Nº 565, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/9540/502972, formalizado pelo Sr. LOURIVAL PEREIRA GAMA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x41-49, residente e domiciliado no município de ARAGUAÍNA - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 422/2022, às fls. 15/16 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo YAMAHA / YBR150 FACTOR ED, ANO FAB. / MOD. 2021/2022, PLACA xxC xx15 e RENAVAM xxxxx858341;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022:
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 566, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/9540/503032, formalizado pelo Sr. GULTEMBERGE QUIRINO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x31-20, residente e domiciliado no município de ARAGUAÍNA - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 420/2022, às fls. 18/19 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo HONDA/CG 160 FAN ESDI, ANO FAB. / MOD. 20016/2016, PLACA xxG xx94 e RENAVAM xxxxx496026;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022:
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 567, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/6430/500370, formalizado pelo Sr. MAURO CESAR DE SOUSA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x31-04, residente e domiciliado no município de ARAGUATINS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 423/2022, às fls. 23/24 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo RENAULT/DUSTER ICO16 CVT, ANO FAB. / MOD. 2021/2022, PLACA xxC xx16 e RENAVAM xxxxx356280;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 568, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3°, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/6040/505367, formalizado pela Srª ANA ESTELA GOETTEN, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x61-04, residente e domiciliada no município de PALMAS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e PARECER SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 418/2022, às fls. 14/15 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo PEUGEOT/2008 ALLURE EAT6, ANO FAB. / MODELO 2017/2018, PLACA xxI xx85 e RENAVAM xxxxx747616;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

## ATO DECLARATÓRIO Nº 569, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/7030/500104, formalizado pela Srª EVA ALVES GUIDA RODRIGUES, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x31-68, residente e domiciliada no município de BARROLÂNDIA - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e PARECER SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 419/2022, às fls. 20/21 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo CHEV / ONIX 10TAT HB, ANO FAB. / MODELO 2021/2022, PLACA xxD xx49 e RENAVAM xxxxx872118;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 570, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2020/6040/500426, formalizado pela Srª RAYKA OLIVEIRA SOARES VALADARES, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x91-68, residente e domiciliada no município de PALMAS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e PARECER SEFAZ/GIPVA/PALMAS/DOR Nº 406/2022, às fls. 46/47 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo TOYOTA / YARIS SA XL15LIVE, ANO FAB. / MODELO 2020/2021, PLACA xxF xx26 e RENAVAM xxxxx803382;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 571, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2021/6640/500105, formalizado pela Srª ANTONIA EDIR RODRIGUES, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x61-49, residente e domiciliada no município de ARAGUAÍNA - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e PARECER SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 408/2022, às fls. 61/62 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo CHEV/ONIX 1.0MT HB, ANO FAB. / MODELO 2021/2021, PLACA xxB xx73 e RENAVAM xxxxx459613;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022:
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 572, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/7270/500841, formalizado pela Srª IRANY NUNES DA COSTA, inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x31-00, residente e domiciliada no município de PALMAS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e PARECER SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 409/2022, às fls. 17/18 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo GM / CORSA CLASSIC, ANO FAB. / MODELO 2003/2003, PLACA xxP xx59 e RENAVAM xxxxx836830;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

## ATO DECLARATÓRIO Nº 573, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2018/6040/505071, formalizado pelo Sr. ARBALDINO TOFFOLI, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x99-87, residente e domiciliado no município de PALMAS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VI, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e PARECER SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 410/2022, às fls. 46/47 dos autos;

#### DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo CHEV / PRISMA 1.4AT LT, ANO FAB. / MODELO 2019/2019, PLACA xxE xx70 e RENAVAM xxxxx410856;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 574, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §2º, do art. 70, da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/6040/504311, formalizado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE NO ESTADO DO TOCANTINS - SINTRAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.x28/xx01-69, com sede no município de PALMAS - TO, em conformidade com o art. 70, inciso III, alínea "d", da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/DOR Nº 416/2022, às fls. 43/44 dos autos:

## DECLARA:

- 1. A não incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, nos termos do Art. 70, inciso III, alínea, "d", da Lei nº 1.287/2001, referente ao veículo I / FORD RANGER XLTCD4A32C, ANO FAB./MOD. 2021/2022, PLACA xxC xx97 e RENAVAM xxxxx906195;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A não incidência ora declarada alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 575, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2021/6040/502939, formalizado pelo Sr. FRANCISCO GILBERTO AIRES DE ALMEIDA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.23-04, residente e domiciliado no município de PALMAS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/DOR Nº 411/2022, às fls. 32/33 dos autos;

#### DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo HONDA / CIVIC EXL CVT, ANO FAB. / MOD. 2021/2021, PLACA xxE xx00 e RENAVAM xxxxx721214;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022:
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 576, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2021/6640/500386, formalizado pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nºxxx.xxx.x51-53, residente e domiciliado no município de ARAGUAÍNA-TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/DOR Nº 412/2022, às fls. 25/26 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo FIAT / SIENA 1.4, ANO FAB. / MOD. 2021/2021, PLACA xxC xx96 e RENAVAM xxxxx212472;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

## ATO DECLARATÓRIO Nº 577, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/9540/500880, formalizado pelo Sr. FRANCISCO FRANCINAL PINHEIRO, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x83-04, residente e domiciliado no município de ARAGUAÍNA - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/ SEFAZ/GIPVA/PALMAS/DOR Nº 413/2022, às fls. 19/20 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo HONDA / CG 160 TITAN, ANO FAB. / MOD. 2019/2019, PLACA xxQ xx63 e RENAVAM xxxxx885762;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 578, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2020/6640/501058, formalizado pelo Sr. ANTONIO PEREIRA DA SILVA NETO, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x31-20, residente e domiciliado no município de ARAGUAÍNA - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 414/2022, às fls. 24/25 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo CHEVROLET / ONIX 1.0MT LT, ANO FAB. / MOD. 2018/2019, PLACA xxJ xx19 e RENAVAM xxxxx785663;
- A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 579, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2020/6640/501023, formalizado pelo Sr. ADAIL BEZERRA DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x88-49, residente e domiciliado no município de ARAGUAÍNA - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/ DOR Nº 415/2022, às fls. 26/27 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo TOYOTA / YARIS SA XS 15CNT, ANO FAB. / MOD. 2021/2022, PLACA xxB xx11 e RENAVAM xxxxx867922;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022:
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL Superintendente de Administração Tributária

## ATO DECLARATÓRIO Nº 580, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o §3º, do art. 71, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 3.019, de 30.09.15, e;

Considerando a solicitação constante do Processo Administrativo Tributário nº 2022/7130/500196, formalizado pelo Sr. NEUTON DE SANTANA FILHO, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.x41-91, residente e domiciliado no município de DIANÓPOLIS - TO, em conformidade com o art. 71, inciso VIII, da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei nº 2.006, de 17.12.08, e PARECER/SEFAZ/GIPVA/PALMAS/DOR Nº 427/2022, às fls. 22/23 dos autos;

## DECLARA:

- 1. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, referente ao veículo FIAT / CRONOS DRIVE 1.3, ANO FAB. / MOD. 2021/2022, PLACA xxD xx40 e RENAVAM xxxxx729544;
- 2. A presente Declaração tem validade para o exercício fiscal de 2022;
- O benefício fiscal de que trata este Ato perderá a validade se deixar de serem atendidas as exigências legais pertinentes e as condições que o mantiver;
- 4. A isenção ora declarada, alcançará exclusivamente o veículo mencionado no item 1, enquanto não cessar o evento;
  - 5. Este Ato Declaratório entra em vigor nesta data.

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2023/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO ANEXO 1 // RE Art 62 incide I olineas "a" a "h" de incide II a 6 11

Emitido em: 17/07/23 09:22

	PREVISÃO	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	%	Até o Bimestre	%	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.863.490.198,00	(a) 12.062.745.545,00	(b) 2.901.432.654,71	(b/a) 24,05	(c) 7.290.952.706,32	(c/a) 60,44	4.771.792.838,68
RECEITAS CORRENTES	11.433.178.670.00	11.562.496.871.00	2.569.804.651.29	22,23	6.923.030.421.41	59.87	4.639.466.449.59
MPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.570.237.567.00	3.570.237.567.00	696.692.306.67	19.51	1.941.210.789.90	54.37	1.629.026.777.10
Impostos	3.301.240.304,00	3.301.240.304,00	648.564.281,61	19,65	1.797.514.252,57	54,45	1.503.726.051,43
Taxas	268.997.263,00	268.997.263,00	48.128.025,06	17,89	143.696.537,33	53,42	125.300.725,67
Contribuição de Melhoria	-				-	-	-
CONTRIBUIÇÕES	800.479.284,00	800.479.284,00	147.296.205,51	18,40	378.660.899,61	47,30	421.818.384,39
Contribuições Sociais	711.105.115,00	711.105.115,00	130.726.642,87	18,38	336.844.516,35	47,37	374.260.598,65
Contribuições Econômicas Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	89.374.169,00	89.374.169,00	16.569.562,64	18,54	41.816.383,26	46,79	47.557.785,74
Contribuição para Emisades Provinção Social e de Pormação Professional Contribuição para o Custelo do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	
Contribulgato para o cuserio de iluminação Publica RECEITA PATRIMONIAL	425.152.785.00	426.854.181.00	429.994.326.63	100.74	631.877.471.25	148.03	205.023.290.25
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	119.860,00	119.860,00	28.538,53	23,81	86.986,17	72,57	32.873,83
Valores Mobiliários	420.076.925.00	420.078.321.00	425.813.285.43	101.37	617.329.869.96	146.96	197.251.548.96
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	2.300.000.00	2.300.000.00	2.847.970.94	123,82	8.785.456.26	381.98	6.485.456.26
Exploração de Recursos Naturais	2.656.000,00	2.656.000,00	2.209,52	0,08	20.414,37	0,77	2.635.585,63
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-		-	-	-
Cessão de Direitos	-	1.700.000,00	1.302.322,21	76,61	5.654.744,49	332,63	3.954.744,49
Demais Receitas Patrimoniais	-				-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	-		-		-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	92.045.236,00 58.687.996,00	92.045.236,00 58.687.996,00	6.987.865,81 6.945.774,23	7,59 11,84	25.005.726,79 24.911.210,38	27,17 42,45	67.039.509,21 33.776.785,62
serviços Administrativos e Comerciais Gerais Serviços e Altividades Referentes à Navegação e ao Transporte	30.007.996,00	30.007.996,00	0.945.774,23	11,84	24.911.210,38	42,45	33.770.785,62
Serviços e Atividades referentes a Navegação e ao i ransporte Serviços e Atividades referentes à Saúde			1	1	]	]	:
Serviços e Autolades reletentes a Saude Serviços e Autolades Financeiras	117.240.00	117.240.00	41.956.58	35.79	94.041.41	80,21	23.198.59
Outros Serviços	33.240.000.00	33.240.000.00	135.00	55,75	475.00	55,21	33.239.525.00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.333.758.158,00	6.331.374.963,00	1.268.904.112.68	20,04	3.748.372.806,06	59,20	2.583.002.156,94
Transferências da União e de suas Entidades	5.101.296.325,00	5.098.913.130,00	1.054.156.177,41	20,67	3.116.549.407,22	61,12	1.982.363.722,78
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	_					-	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-					-	
Transferências de Instituições Privadas	1.351.304,00	1.351.304,00	193.162,33	14,29	428.191,13	31,69	923.112,87
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.231.075.529,00	1.231.075.529,00	214.554.772,94	17,43	631.395.207,71	51,29	599.680.321,29
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	
Demais Transferências Correntes OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.000,00 211.505.640.00	35.000,00 341.505.640.00	19.929.833.99	5.84	197.902.727.80	57.95	35.000,00 143.602.912.20
OU FAS RECEITAS COMERNIES Multas Administrativas. Contratuais e Judiciais	211.505.640,00 57.373.917.00	341.505.640,00 57.373.917.00	19.929.833,99	5,84	197.902.727,80	57,95 17.81	143.602.912,20 47.157.593.25
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais Indenizações, Restitulições e Judiciais	7.877.934,00	7.877.934,00	2.554.519,16 966.430,71	4,45 12,27	2.678.244,06	17,81 34,00	47.157.593,25 5.199.689,94
inderinzações, Restitutições e Resalardientos Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	7.677.934,00	7.677.934,00	900.430,71	12,27	2.070.244,00	34,00	5. 199.009,94
Bens, Direitos e valores incorporados ao Patrimonio Publico Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	12.700.00	12,700.00	5.344.55	42.08	12.999.26	102.36	299.26
Demais Receitas Correntes	146.241.089.00	276.241.089.00	16.403.539.57	5.94	184.995.160.73	66.97	91.245.928.27
RECEITAS DE CAPITAL	430.311.528.00	500.248.674.00	331.628.003.42	66.29	367.922.284.91	73.55	132.326.389.09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	233.564.450,00	301.118.401,00	301.849.966,63	100,24	305.085.360,20	101,32	3.966.959,20
Operações de Crédito - Mercado Interno	199.550.450,00	267.104.401,00	301.849.966,63	113,01	305.085.360,20	114,22	37.980.959,20
Operações de Crédito - Mercado Externo	34.014.000,00	34.014.000,00	-	-	-	-	34.014.000,00
ALIÉNAÇÃO DE BENS	28.052.225,00	28.052.225,00	25.075.827,64	89,39	28.634.751,86	102,08	582.526,86
Allenação de Bens Móvels	1.168.130,00	1.168.130,00					1.168.130,00
Alienação de Bens Imóveis	26.884.095,00	26.884.095,00	25.075.827,64	93,27	28.634.751,86	106,51	1.750.656,86
Allenação de Bens Intangíveis AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRESTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.595.945,00 165.098.908.00	3.595.945,00 167.482.103.00	620.938,55 4,080,794,06	17,27 2,44	1.451.143,92 32.750.531.62		2.144.801,08 134.731.571,38
Transferências de União e de suas Entidades	161.833.908.00	164.217.103.00	4.080.794.06	2,44	32.750.531,62		131.466.571.38
Transferências do Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	101.033.800,00	104.217.100,00	4.000.754,00	2,40	32.730.331,02	10,04	131.400.371,30
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1					_	
Transferências de Instituções Privadas	15.000,00	15.000,00					15.000,00
Transferências de Outras Înstituições Públicas	3.250.000,00	3.250.000,00			-	-	3.250.000,00
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Demais Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	476,54	-	497,31	- -	497,31
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-		-		-	
Demais Receitas de Capital			476,54		497,31	li	497,31
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.020.320.278,00	1.020.320.278,00	209.155.124,44	20,50	552.001.252,79	54,10	468.319.025,21
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)  OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	12.883.810.476,00	13.083.065.823,00	3.110.587.779,15	23,78	7.842.953.959,11	59,95	5.240.111.863,89
OPERAÇÕES DE CREDITOR REFIRANCIAMENTO (IV) Operações de Crédito - Mercado Interno Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	· -	-	· -	1	
Operações de Credito - Mercado interno Mobiliária		-				1	-
MODIMENTS CONTREBUSI	1					1	-
Contratual Operacióes de Crédito - Mercado Externo				]	]	]	
Mobiliária						]	
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.883.810.476,00	13.083.065.823,00	3.110.587.779,15	23,78	7.842.953.959,11	59,95	5.240.111.863,89
DÉFICIT (VI)							
					7.842.953.959.11	59,95	5.240.111.863,89
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.883.810.476,00	13.083.065.823,00	3.110.587.779,15	23,78		59,95	5.240.111.003,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.883.810.476,00	13.083.065.823,00 783.304.927,59	3.110.587.779,15	23,78	783.304.927,59	59,95	5.240.111.063,09
TOTAL (VII) = (V + VI) SALDOS DE EXPECICOS ANTERIORES   Recursos Arrecadados em Exercicios Anteriores - RPPS   Superint   Franciero Utilizado near fortation anteriores   RPPS	12.883.810.476,00		3.110.587.779,15	23,78		59,95	5.240.111.063,09

									Continuação
	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS E	MPENHADAS		DESPESAS I	LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS
DESPESAS	INICIAL (d)	ATUALIZADA (e)	No Bimestre	Até o Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	SALDO (i) = (e-h)	ATÉ O BIMESTRE (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÂRIAS) (VIII)	11.265.122.742,00	12.302.099.507,14	2.493.746.096,49		5.533.490.680,12	2.323.269.289,84	5.891.986.372,44	6.410.113.134,70	5.638.439.648,04
DESPESAS CORRENTES	9.839.568.947,00	10.662.483.476,14	2.225.332.437,97	6.163.403.447,89	4.499.080.028,25	2.174.414.994,92	5.590.753.322,03	5.071.730.154,11	5.353.197.352,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.593.470.142,00	6.698.658.972,55	1.385.648.812,08	3.747.818.396,86	2.950.840.575,69	1.385.189.125,47	3.745.943.495,05	2.952.715.477,50	3.579.764.467,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	79.359.880,00	139.380.380,00	49.248.431,49	130.601.921,63	8.778.458,37	83.298.039,08	130.023.390,41	9.356.989,59	130.019.224,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.166.738.925,00	3.824.444.123,59	790.435.194,40	2.284.983.129,40	1.539.460.994,19	705.927.830,37	1.714.786.436,57	2.109.657.687,02	1.643.413.660,05
Transferências a Municípios	-	-		-	-	-	-	-	
Demais Despesas Correntes	3.166.738.925,00	3.824.444.123,59	790.435.194,40	2.284.983.129,40	1.539.460.994,19	705.927.830,37	1.714.786.436,57	2.109.657.687,02	1.643.413.660,05
DESPESAS DE CAPITAL	1.159.909.765,00	1.459.027.787,00	268.413.658,52	605.205.379,13	853.822.407,87	148.854.294,92	301.233.050,41	1.157.794.736,59	285.242.295,98
INVESTIMENTOS	1.070.459.052,00	1.318.916.117,00	269.848.379,87	503.718.071,70		110.360.134,49	202.680.467,60	1.116.235.649,40	186.696.444,14
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.994.470,00	7.674.470,00		-	7.674.470,00	-	-	7.674.470,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	86.456.243,00	132.437.200,00	- 1.434.721,35	101.487.307,43	30.949.892,57	38.494.160,43	98.552.582,81	33.884.617,19	98.545.851,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	265.644.030,00	180.588.244,00		-	180.588.244,00	-	-	180.588.244,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (IX)	1.391.743.034,00	1.337.326.543,45	227.099.177,70	593.618.047,96	743.708.495,49	227.879.972,10	592.871.437,90	744.455.105,55	551.661.476,50
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.656.865.776,00	13.639.426.050,59	2.720.845.274,19	7.362.226.874,98	6.277.199.175,61	2.551.149.261,94	6.484.857.810,34	7.154.568.240,25	6.190.101.124,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XI)		-			-		-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.656.865.776,00	13.639.426.050,59	2.720.845.274,19	7.362.226.874,98	6.277.199.175,61	2.551.149.261,94	6.484.857.810,34	7.154.568.240,25	6.190.101.124,54
SUPERÁVIT (XIII)				480.727.084,13			1.358.096.148,77		1.652.852.834,57
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.656.865.776,00		2.720.845.274,19	7.842.953.959,11	6.277.199.175,61	2.551.149.261,94	7.842.953.959,11	7.154.568.240,25	7.842.953.959,11
RESERVA DO RPPS	226.944.700,00	226.944.700,00			226.944.700,00			226.944.700,00	

	PREVISÃO	PREVISÃO		RECEITAS R	REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.020.320.278,00	1.020.320.278,00	209.155.124,44	20,50	552.001.252,79	54,10	468.319.025,21
RECEITAS CORRENTES	1.020.320.278,00	1.020.320.278,00	209.155.124,44	20,50	552.001.252,79	54,10	468.319.025,21
RECEITA TRIBUTÁRIA		-	-	-	-	-	-
Impostos		-	-	-		-	-
Taxas			-	-		-	-
Contribuição de Melhoria RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.020.320.278.00	1.020.320.278.00	208.508.465.11	20.44	544.052.050.29	53.32	476.268.227.71
RECEITA DE CONTRIBUÇÕES Contribuições Sociais	1.020.320.278,00	1.020.320.278,00	208.508.465,11	20,44	544.052.050,29	53,32	476.268.227,71
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.020.320.270,00	1.020.320.270,00	200.000.400,11	20,44	344.032.030,25	55,52	470.200.227,71
Contribuição para o Custelo do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL				-			
Receitas Imobiliárias		-	-	-	-	-	
Receitas de Valores Mobiliários		-	-	-		-	
Receita de Concessões e Permissões		-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras .	-	-	-	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público		-	-	-	-	-	
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais RECEITA AGROPECUÁRIA			-	-		-	-
RECEITA AGROPECUARIA Receita de Produção Vegetal		-	-	-		1	-
Receita da Produção vegetal Receita da Produção Animal e Derivados			1	-		1	
Outras Receitas Aoronecuárias			]	]		]	
Outlas receives Agricoleculais RECEITA INDUSTRIAL	:		]	1		]	
Receita da Indústria Extrativa Mineral				-			
Receita da Indústria de Transformação				-			
Receita da Indústria de Construção			-	-		-	
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		-	646.659,33	-	7.919.810,49	-	- 7.919.810,49
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	646.659,33	-	7.919.810,49	-	- 7.919.810,49
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-		-	-
Serviços e Atividades referentes à Saúde			-	-		-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	1	-	-	-	-
Outros Serviços TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		-	-	-		1	-
Transferences CORRENTES Transferêncies intergovernamentais		1	]	]		]	
Transferências de Instituições Privadas		]	1	1			
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas			-	-		-	
Transferências de Convênios		-	-	-	-	-	
Demais Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	29.392,01	-	- 29.392,01
Multas e Juros de Mora		-	-	-	-	-	
Indenizações e Restituições			-	-		-	-
Receita da Dívida Ativa  Receita Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS		-	-	-		1	-
кесена Decorrentes de Aportes Menolicos para Amortização de Deficit Atuanai do кмм. Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-		1	-
wicinas e autos de mora das recenas de Capital Receitas Correntes Diversas			]	]	29.392.01	]	- 29.392.01
RECEITAS DE CAPITAL					20.002,01		25.052,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				]			
Operações de Crédito Internas		-	-	-		-	
Operações de Crédito Externas		-	-	-		-	
ALIENAÇÃO DE BENS		-	-	-		-	-
Alienação de Bens Móveis		-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-		-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		-	1	-		1 -1	-

ITANOS PENENCIPO LIE CAPTIAL
Transferências intergovernamentais
Transferências de institutiones Privades
Transferências de institutiones Problicas
Transferências de Cutras instituções Públicas
Demais Transferências de Captal
DUFAS RECEITAS DE CAPTIAL
Hetigralização de Captal Social
DIV. AN. Prov. da Arnottiz, de Emp. e Financ.
Receita Autérios pro betientores de Titalos do Tesouro Nacional Resgatados
Receita Autérios pro betientores de Titalos do Tesouro Nacional Resgatados
Receita Autérios pro betientores de Titalos do Tesouro Nacional Construção-CEPAC
Outras Receitas de Captal

Continua (2/5)

			DESPESAS E	MPENHADAS		DESPESAS	ΙΟΙΙΙΝΑΝΑΝ		Continuação
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INIGIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	No Bimestre	Até o Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) DESPESAS CORRENTES	1.391.743.034,00 1.211.743.034.00		227.099.177,70 160.152.063.50	593.618.047,96 440.682,259,19	743.708.495,49 726.939.502.44				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.132.996.372.00		152.575.173.65	420.306.432.36	667.915.496.09		420.187.689.68		380.276.704.95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000.000,00	43.055.218,18	6.119.989,97	11.157.039,67	31.898.178,51	6.119.989,97	11.157.039,67	31.898.178,51	11.157.039,67
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.746.662,00	36.344.615,00	1.456.899,88	9.218.787,16	27.125.827,84	1.456.899,88	9.218.787,16	27.125.827,84	7.919.810,49
DESPESAS DE CAPITAL	180.000.000,00	169.704.781,82	66.947.114,20	152.935.788,77	16.768.993,05	67.506.085,68	152.307.921,39	17.396.860,43	152.307.921,39
INVESTIMENTOS	-	-		-		-			-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-		-		-			-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000.000,00	169.704.781,82	66.947.114,20	152.935.788,77	16.768.993,05	67.506.085,68	152.307.921,39	17.396.860,43	152.307.921,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4	-	-	-	-	-	-	-	-

M. Constant de con

02 - A diferença apresentada entre a "Previsão inicial da receita" e a "Dotação inicial da despesa(d)" no valor de R\$ 226.944.700,00 se refere ao valor da Reserva do RPPS, demonstrado na linha "Reserva do RPPS".

103 - Conform responsented for Manual do Demonstration Fiscais - MIDT (17) edição, o défici ou superênti será appurado pelas diferença entre as receilas realizadas e (RS 644 857 810.034) house um superânde (RS 644 857 810.034) house um superânde (RS 644 857 810.034) pelas despessas injuidadas (RS 644 857 810.034) house um superânde (RS 648 857 810.034) pelas despessas injuidadas (RS 644 857 810.034) house um superânde (RS 648 857 810.034) pelas despessas injuidadas (RS 648 857 810.034) house um superânde (RS 648 857 810.034) pelas despessas injuidadas (RS 648 857 810.034) house um superânde (RS 648 857 810.034) pelas despessas injuidadas (RS 648 857 810.034) pelas despessas emperândas (RS 648 857 810.034) pelas despessas injuidadas (RS 648 857 810.034) pelas despessas emperândas (RS 648

1.852.852.834.77.

05 - Na Linha Superávit Financeiro, utilizada para Créditos Adicionais, no campo saldo de exercicios anteriores (classificação contábil - 522130100), apresenta o valor de R\$ 783.304 927,59 referentes à abertura de créditos adicionais, conforme legislação e quadro a seguir:

JG ACRESCIDA	DEC/LEI	DATA	FONTE	MARCADOR	VALOR
47500 - FUNDO DE APERF. PROF. E REEQU. TECNICO DO TCE	6594	01/03/2023	759	0000240	6.260.55
0100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIARIO	6583	02/02/2023	760	0000000	35.050.00
0100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIARIO	6594	01/03/2023	759	0000240	228.00
1100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIARIO	6594	01/03/2023	760	0000000	14.855.09
100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIARIO	6610	03/04/2023	756	0000000	1.948.00
100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIARIO	6610	03/04/2023	759	0000240	765.00
1100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIARIO	6623	02/05/2023	760	0000000	556.00
100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6583	02/02/2023	500	0000000	10.000.00
0100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6594	01/03/2023	500	0000000	10.000.00
0200 - CASA CIVIL	6610	03/04/2023	500	0000000	125.00
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6583	02/02/2023	752	0000000	1.220.62
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6584	02/02/2023	700	0000000	445.00
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6584	02/02/2023			
			703	0000000	300.00
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6594	01/03/2023	500	0000000	4.053.93
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6594	01/03/2023	752	0000000	2.292.19
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6594	01/03/2023	755	0000000	532.53
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6611	03/04/2023	500	0000000	13.544.99
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6632	01/06/2023	500	0000000	1.352.32
0300 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6632	01/06/2023	501	0000260	700.0
0400 - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	6623	02/05/2023	755	0000000	6.0
0600 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	6623	02/05/2023	500	0000000	600.0
0900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6583	02/02/2023	501	0000260	72.50
0900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6594	01/03/2023	501	0000260	100.0
0900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6610	03/04/2023	501	0000260	131.50
0900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6623	02/05/2023	501	0000260	1.633.3
0900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6632	01/06/2023	500	0000000	860.5
0900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6632	01/06/2023	501	0000260	150.0
0900 - FUNDO ESTADUAL DE PROTECAO E DEFESA CIVIL	6583	02/02/2023	500	0000000	60.0
0900 - FUNDO ESTADUAL DE PROTECAO E DEFESA CIVIL	6594	01/03/2023	501	0000260	200.0
1100 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	6632	01/06/2023	759	0000240	5.000.0
8800 - AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS -	6632	01/06/2023	500	0000000	500.0
18800 - AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS -	6633	01/06/2023	500	0000000	119.14
0100 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6623	02/05/2023	500	0000000	633.5
0100 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6624	02/05/2023	500	0000000	716.43
70100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6594	01/03/2023	500	0000000	8.000.0
	****				
70100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6633	01/06/2023	500	0000000	1.145.0
89200 - FUNDO PENITENCIARIO ESTADUAL - FUNPES	6594	01/03/2023	712	0000239	340.0
39200 - FUNDO PENITENCIARIO ESTADUAL - FUNPES	6610	03/04/2023	712	0000239	325.14
39200 - FUNDO PENITENCIARIO ESTADUAL - FUNPES	6632	01/06/2023	712	0000239	1.674.82
00100 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA. COMÉRCIO E SERVICOS	6623	02/05/2023	501	0000260	24.45
0100 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	6632	01/06/2023	501	0000260	400.5
3000 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO TO - FAPT	6623	02/05/2023	500	0000000	42.00
18700 - FUNDO DE ASSIST. A SAUDE DOS SERV. PUBL.DO TO	6595	01/03/2023	500	0000000	29.194.25
18700 - FUNDO DE ASSIST. A SAUDE DOS SERV. PUBL.DO TO	6611	03/04/2023	500	0000000	17.902.98
18700 - FUNDO DE ASSIST, A SAUDE DOS SERV. PUBL.DO TO	6624	02/05/2023	500	0000000	23.709.5
18700 - FUNDO DE ASSIST, A SAUDE DOS SERV, PUBL.DO TO	6633	01/06/2023	500	0000000	20.101.5
50100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6594	01/03/2023	500	0000000	42.012.0
50100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6623	02/05/2023	500	0000000	453.91
50100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6623	02/05/2023	755	0000000	1.546.0
50100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6632	01/06/2023	500	0000000	1.000.0
7900 - FUNDO DE MODERN. E DESENVOLVIMENTO FAZENDARIO	6623	02/05/2023	755	0000000	1.880.0
8000 - FUNDO EST.DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	6610	03/04/2023	761	0000000	54.435.3
88000 - FUNDO EST.DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	6623	02/05/2023	761	0000000	27.0
8100 - AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6594	01/03/2023	500	0000000	3.500.0
88100 - AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6623	02/05/2023	500	0000000	35.0
8100 - AGÉNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6632	01/06/2023	500	0000000	1.732.2
	***				
88300 - FUNDO DE DESENV. ECON. SUST. DO ESTADO DO	6623	02/05/2023	759	0000240	1.500.0
70100 - SECRETARIA DA EDUCACAO	6595	01/03/2023	573	0000000	2.986.4
0100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	6611	03/04/2023	540	0000000	9.370.2
70100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	6611	03/04/2023	540	1070214	3.981.3
70100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	6611	03/04/2023	573	0000000	29.615.9
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	600	0000248	721.00
05500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	600	0000250	1.877.90
05500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	600	0000251	3.845.2
05500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	601	0000231	66.0
05500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023			237.4
			601	3110215	
05500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	602	0000247	30.00
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	603	0000215	689.90
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	635	0000000	85.00
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	636	0000000	63.24
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6584	02/02/2023	754	0000000	31.682.7
	6584				
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		02/02/2023	759	0000240	654.86
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	600	0000247	30.5
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	600	0000248	478.3
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	600	0000250	130.5
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	600	0000251	1.616.6
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	603	0000215	1.528 1
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	636	0000000	115.2
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	754	0000000	8.670.2
		***************************************			
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6595	01/03/2023	759	0000240	135.0
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6611	03/04/2023	600	0000250	2.508.4
	6611	03/04/2023	602	0000250	3.040.8
	6611	03/04/2023	635	0000000	4.162.5
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE					
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		03/04/2023	754	0000000	4.905.2
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6611	02/05/2023	500	1002102	43.518.4
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6624		501	0000260	513.0
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		02/05/2023	301		323.8
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6624 6624	02/05/2023		0000215	
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE 5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023	601	0000215	9007
5500 - FINDO ESTADUAL DE SAUDE  5500 - FINDO ESTADUIA.	6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602	0000250	
5500 - FUNDO ESTADUIAL DE SAUDE	6624 6624 6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602 602	0000250 0000251	806.71 257.99
5500 - FUNDO ESTADUIAL DE SAUDE	6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602	0000250	257.9
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6624 6624 6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602 602	0000250 0000251 0000215	257.99 893.51
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602 602 603 603	0000250 0000251 0000215 3120215	257.99 893.52 2.941.68
5500 - FUNDO ESTADUIA, DE SAUDE	6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602 602 603 603 603	0000250 0000251 0000215 3120215 0000000	257.99 893.52 2.941.68 500.00
\$500 - FINDO ESTADUIA. DE SAUDE	6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602 602 603 603 603 631 759	0000250 0000251 0000215 3120215 0000000 0000240	257.99 893.52 2.941.68 500.00 643.78
5500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602 602 603 603 603	0000250 0000251 0000215 3120215 0000000	257.99 893.52 2.941.68 500.00
05500 - FUNIO ESTADUAL DE SAUDE	6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624 6624	02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023 02/05/2023	601 602 602 603 603 603 631 759	0000250 0000251 0000215 3120215 0000000 0000240	257.1 893.1 2.941.1 500.1 643.

Continua (3/5 Continuação

305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6633	01/06/2023	602	0000250	2.034.936,00
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6633	01/06/2023	602	0000251	939 953 00
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6633	01/06/2023	603	0000215	4.180.878,00
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6633	01/06/2023	631	3110000	194.732,00
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6633	01/06/2023	631	3120000	5.000.000.00
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6633	01/06/2023	759	0000240	220.800.00
310100 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - SSP	6584	02/02/2023	703	0000000	30 239 00
324800 - Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins -	6583	02/02/2023	713	0000000	44.529.360,00
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6583	02/02/2023	500	0000231	2 600 000 00
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6584	02/02/2023	500	000000	62.997,00
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6584	02/02/2023	700	0000103	85.702.00
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6594	01/03/2023	500	0000000	471.782.00
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6595	01/03/2023	500	0000000	122,00
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA 330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6595	01/03/2023	700	0000103	177.497.68
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6624	02/05/2023	700	0000000	399.185.91
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA 330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	6632	02/05/2023	500	0000000	134.500.00
344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6584	02/02/2023	500	0000103	148.158,00
344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6584	02/02/2023	700	0000000	456.610,00
344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6610	03/04/2023	756	0000000	1.324.980,00
344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6611	03/04/2023	500	0000103	84.142,00
344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6611	03/04/2023	700	0000000	57.289,00
344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6595	01/03/2023	700	0000000	558.327,00
345100 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS	6623	02/05/2023	500	0000000	180.000,00
370100 - SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LIPRANO.	6583	02/02/2023	500	0000000	1.500.000,00
370100 - SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LIRBANO	6594	01/03/2023	500	0000000	400.347,00
370100 - SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E	6610	03/04/2023	500	0000000	245.000,00
DESENVOLVIMENTO URBANO 370100 - SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E	6623	02/05/2023	500	0000000	312.966,00
DESENVOLVIMENTO URBANO 370100 - SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E	6623	02/05/2023	501	0000260	10.420,00
DESENVOLVIMENTO URBANO 370100 - SECRETARIA DAS CIDADES, HABITAÇÃO E	6632	01/06/2023	500	0000000	1.135.372.00
DESENVOLVIMENTO LIRBANO		03/04/2023		0000000	
389600 - AGENCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA	6610 6623		500 500	0000000	52.166.667,00
389600 - AGENCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA		02/05/2023			26.856.591,00
389600 - AGENCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA	6623	02/05/2023	750	0000000	15.000.000,00
389600 - AGENCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA	6632	01/06/2023	500 500	0000000	15.170.050,00
389700 - AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS	6632	01/06/2023			1.698.151,00
389700 - AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS	6633	01/06/2023	500	0000000	600.000,00
390100 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS	6584	02/02/2023	700	0000000	1.800.000,00
403300 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	6595	01/03/2023	703	0000000	248.270,00
405900 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	6583	02/02/2023	709	0000000	5.395.000,00
405900 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	6632	01/06/2023	709	0000000	700.000,00
410100 - SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6595	01/03/2023	500	0000103	9.600,00
410100 - SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6595	01/03/2023	700	3120000	8.753.617,00
426500 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	6632	01/06/2023	500	0000000	120.000,00
426600 - FUNDO TOCANTINENSE DE ECON. SOLIDARIA - FTES	6624	02/05/2023	500	0000103	80.376,00
426600 - FUNDO TOCANTINENSE DE ECON. SOLIDARIA - FTES	6624	02/05/2023	700	0000000	511.971,00
450100 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ	6610	03/04/2023	500	0000000	3.500.000,00
450100 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ	6623	02/05/2023	500	0000000	6.500.000,00
450100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEFAZ	6632	01/06/2023	500	0000000	10.000.000,00
470100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEPLAN	6623	02/05/2023	500	0000000	1.100.000,00
490100 - DEFENSORIA PUBLICA	6584	02/02/2023	500	0000103	5.631,00
490100 - DEFENSORIA PUBLICA	6633	01/06/2023	500	0000103	140.749,00
503500 - FUNDO ESTADUAL DA DEFENSORIA PUBLICA	6583	02/02/2023	759	0000240	463.519,00
503500 - FUNDO ESTADUAL DA DEFENSORIA PUBLICA	6623	02/05/2023	759	0000240	150.000,00
770100 - SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO	6583	02/02/2023	500	0000000	5.770.000.00
770100 - SECRETARIA DA CULTURA	6610	03/04/2023	500	0000000	41.000.00
770100 - SECRETARIA DA CULTURA	6623	02/05/2023	500	0000000	1.015.000,00
770100 - SECRETARIA DA CULTURA	6632	01/06/2023	500	0000000	56.000,00
790100 - SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE	6610	03/04/2023	749	0000210	120.000,00
790100 - SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES E JUVENTUDE	6623	02/05/2023	749	0000210	2.522.525.00
870100 - SECRETARIA DO TURISMO	6610	03/04/2023	500	0000000	7.194.917,00
870100 - SECRETARIA DO TURISMO	6623	02/05/2023	500	0000000	10.987.000,00
	6632	01/06/2023	500	0000000	20 302 650 00
870100 - SECRETARIA DO TURISMO					

Continua (4/5

65 – A diferença apresentada entre "Previsto inicial da receita" e a "Previsto micial da receita disconal por excesso de arrecetação (classificação contratis - 23/2020/1), conforme legislação e a segui de a segui de a segui de a receita disconal por excesso de arrecetação (classificação contratis - 23/2020/1), conforme legislação e a segui de a segui de a segui de a receita disconal por excesso de arrecetação (classificação contratis - 23/2020/1), conforme legislação e a segui de a segui de a receita disconal por excesso de arrecetação (classificação contratis - 23/2020/1), conforme legislação e a segui de a receita disconal por excesso de arrecetação (classificação contratis - 23/2020/1), conforme legislação e a segui de arrecetação (classificação contratis e a previota de arrecetação (classificação contratis e a previ

# GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2023/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Emitido em: 13/07/23 09:22 R\$ 1,00

DOTAÇÃO		DOTAÇÃO	DESPES	SAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre	%	(e) = (a-d)
		(a)		(b)	(b/total b)	., . ,		(d)	(d/total d)	17 1 7
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (I)	11.265.122.742,00	12.302.099.507,14	2.493.746.096,49	6.768.608.827,02		5.533.490.680,12	2.323.269.289,84	5.891.986.372,44	90,86	6.410.113.134,70
01 - LEGISLATIVA	448.505.592,00	505.964.832,55	85.170.313,37	282.851.573,31	3,84	223.113.259,24	85.239.350,44	260.458.388,74	4,02	245.506.443,81
031 - ACAO LEGISLATIVA	283.543.713,00	310.200.396,55	50.220.080,63	188.099.121,93	2,55	122.101.274,62	51.833.519,81	174.512.161,04	2,69	135.688.235,51
032 - CONTROLE EXTERNO	7.367.157,00	13.302.043,00	2.647.751,61	3.198.903,43	0,04	10.103.139,57	1.961.993,97	2.182.558,14	0,03	11.119.484,86
122 - ADMINISTRACAO GERAL	147.269.568,00	163.501.779,00	25.790.969,41	76.820.091,45	1,04	86.681.687,55	26.900.620,04	73.279.403,04	1,13	90.222.375,96
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	4.607.409,00	8.857.570,00	3.263.515,79	5.762.588,74	0,08	3.094.981,26	1.306.711,61	1.816.863,49	0,03	7.040.706,51
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.623.197,00	1.579.199,00	251.185,00	613.703,49	0,01	965.495,51	278.517,57	473.500,37	0,01	1.105.698,63
131 - COMUNICACAO SOCIAL	4.094.548,00	8.523.845,00	2.996.810,93	8.357.164,27	0,11	166.680,73	2.957.987,44	8.193.902,66	0,13	329.942,34
02 - JUDICIARIA	904.978.186,00	961.364.251,00	143.016.414,33	511.237.515,60	6,94	450.126.735,40	149.609.889,56	413.713.675,44	6,38	547.650.575,56
061 - ACAO JUDICIARIA	325.515.860,00	381.591.705,00	51.606.109,44	221.799.943,46	3,01	159.791.761,54	57.986.808,02	171.168.284,67	2,64	210.423.420,33
122 - ADMINISTRACAO GERAL	547.623.784,00	539.243.784,00	84.878.048,83	262.023.635,79	3,56	277.220.148,21	86.489.954,69	233.035.224,56	3,59	306.208.559,44
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	18.067.403,00	23.140.653,00	3.759.777,52	19.895.332,65	0,27	3.245.320,35	2.314.542,77	5.430.223,88	0,08	17.710.429,12
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	4.879.061,00	4.714.061,00	1.137.880,80	2.834.197,99	0,04	1.879.863,01	719.057,77	1.328.893,56	0,02	3.385.167,44
131 - COMUNICACAO SOCIAL	2.390.528,00	2.390.528,00	29.410,00	1.158.139,54	0,02	1.232.388,46	172.094,29	316.114,49	0,00	2.074.413,51
421 - CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	6.501.550,00	10.283.520,00	1.605.187,74	3.526.266,17	0,05	6.757.253,83	1.927.432,02	2.434.934,28	0,04	7.848.585,72
03 - ESSENCIAL A JUSTICA	419.259.328,00	439.587.691,00	59.186.182,74	200.260.978,00	2,72	239.326.713,00	60.817.879,56	167.689.763,13	2,59	271.897.927,87
061 - ACAO JUDICIARIA	4.870.000,00	10.656.804,00	6.985,20	53.842,12	0,00	10.602.961,88	6.985,20	11.522,70	0,00	10.645.281,30
091 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA	36.490.332,00	38.026.631,00	3.551.139,81	21.678.158,31	0,29	16.348.472,69	3.737.259,45	8.297.034,96	0,13	29.729.596,04
121 - PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	713.390,00	713.390,00	14.033,35	77.330,35	0,00	636.059,65	17.174,25	60.728,45	0,00	652.661,55
122 - ADMINISTRACAO GERAL	364.779.523,00	374.981.183,00	54.029.962,71	171.105.901,77	2,32	203.875.281,23	54.519.744,77	155.717.238,76	2,40	219.263.944,24
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.566.938,00	12.284.538,00	1,450,024,24	6.649.222.58	0,09	5.635.315,42	2.305.493,45	3.147.848,52	0,05	9.136.689,48
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.034.813,00	2.040.813,00	128.152,54	279.285.01	0,00	1.761.527,99	112.818,60	183.949,62	0,00	1.856.863.38
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	804.332,00	884.332,00	5.884,89	417.237,86	0,01	467.094,14	118.403,84	271.440,12	0,00	612.891,88
04 - ADMINISTRAÇÃO	972.505.676.00	1.046.345.021,00	131.704.845,76	400.014.360.86		646.330.660.14	135.585.191.96	330.924.995.55	5.10	715.420.025.45
121 - PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	4.627.095.00	4.157.095.00	309.686.76	378.049.20	0.01	3,779,045,80	258.186.76	326.549.20	0.01	3.830.545,80
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	804.652.121.00	895,009,166,00	115.282.237,30	364.542.842.79	4,95	530,466,323,21	124.822.609.24	306.250.742.36	4.72	588.758.423.64
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7.656.400.00	12.656.400.00	910.000,00	2.730.000,00	0,04	9.926.400.00	902.208,14	2.313.754.17	0,04	10.342.645.83
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	6.005.163,00	5.990.163,00	25.525,50	80.207,29	0,00	5.909.955.71	25.525,50	70.207,64	0,00	5.919.955.36
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	66.986.667.00	65.727.223.00	12.232.269.48	28.015.843.39	0.38	37.711.379.61	6.759.696.03	18.120.571.61	0,28	47.606.651,39
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	130.000.00	130.000,00	0,00	0,00	0.00	130.000.00	0,00	0,00	0,00	130.000.00
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.655.561.00	1.670.561.00	431,910,59	736,281,94	0.01	934,279,06	332.194.83	378.014.83	0.01	1.292.546.17
129 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	74.498.458.00	51.646.760,00	40.277.50	174.962.83	0.00	51.471.797.17	61.276.08	173.425.57	0.00	51.473.334,43
131 - COMUNICACAO SOCIAL	50.000,00	100.000,00	42.615,00	73.714.50	0,00	26.285,50	42.615.00	73.714,50	0,00	26.285,50
607 - IRRIGACAO	3.995.211.00	6.925.773.00	2.352.207,63	3.194.674,42		3.731.098.58	2.340.764,38	3.168.231,17	0,05	3.757.541.83
663 - MINERACAO	2.249.000.00	2.331.880,00	78.116.00	87.784,50	0.00	2.244.095,50	40.116.00	49.784,50	0.00	2.282.095.50
06 - SEGURANCA PUBLICA	1.156.501.049.00	1.175.464.765,00	229.832.628,00	606.046.241,91	8.23	569.418.523,09	221.897.951,00	579.244.529,09	8.93	596.220.235,91
061 - ACAO JUDICIARIA	50.000.00	50.000,00	0.00	0.00	0.00	50.000.00	0.00	0.00	0.00	50.000.00
122 - ADMINISTRACAO GERAL	1.038.235.862.00	999.563.566.00	214.721.059.83	563.786.745.69	7.66	435.776.820.31	206.715.364.15	549.300.329.02	8.47	450.263.236.98
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.335.832.00	7.476.650.00	953.946.53	3.163.283.62	0,04	4.313.366.38	1.318.059.53	2.487.894.15	0,04	4.988.755.85
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	139.000.00	332.918,00	39.942.50	208.409.00	0,04	124.509.00	39.942.50	113.909.00	0.00	219.009.00
131 - COMUNICACAO SOCIAL	15.700.000,00	15.700.000,00	156.633.50	1.656.734.20	0.02	14.043.265.80	67.024.98	1.371.653.48	0,00	14.328.346.52
181 - POLICIAMENTO	87.952.805.00	137.547.211.00	12.662.690,59	34.159.861.36	0,02	103.387.349.64	12.356.808.06	24.332.771.74	0,02	113.214.439.26
182 - DEFESA CIVIL	7.327.000,00	137.547.211,00	1.177.073,82	2.846.132,68		8.643.145,32	1.279.470,55	1.412.896,34	0,38	10.076.381,66
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGENCIA	7.327.000,00 560.000.00	290.000,00	0.00	2.646.132,66	0.00	290.000,00	0.00	0.00	0.00	290.000.00
100 - INFURNIACAU E INTELIGENCIA	00,000.006	290.000,00	0,00	0,00	υ,00	290.000,00	0,00	0,00	υ,00	
										Continua (1/5)

Continuação

Continuação

		DOTAÇÃO	DECDE	SAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			Continuação
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO	ATUALIZADA	DESPE	Até o Bimestre	%	SALDO	DESP	Até o Bimestre	%	SALDO
i diigholoobi diigho	INICIAL	(a)	No Bimestre	(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)
421 - CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	2.200.550,00	3.015.142,00	121.281,23	225.075,36	0,00	2.790.066,64	121.281,23	225.075,36	0,00	2.790.066,64
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	43.588.501,00	52.253.495,00	7.399.316,48	20.001.190,48	0,27	32.252.304,52	7.215.168,19	18.947.082,81	0,29	33.306.412,19
122 - ADMINISTRACAO GERAL	36.963.587,00	37.150.179,00	7.229.573,13	19.213.735,62	0,26	17.936.443,38	6.929.812,43	18.567.583,40	0,29	18.582.595,60
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	422.364,00	423.830,00	0,00	0,00	0,00	423.830,00	0,00	0,00	0,00	423.830,00
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	5.189.960,00	3.975.428,00	146.805,35	760.556,86	0,01	3.214.871,14	262.417,76	352.601,41	0,01	3.622.826,59
306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	789.000,00	9.751.857,00	2.173,50	2.173,50	0,00	9.749.683,50	2.173,50	2.173,50	0,00	9.749.683,50
332 - RELACOES DE TRABALHO	163.590,00	892.201,00	20.764,50	24.724,50	0,00	867.476,50	20.764,50	24.724,50	0,00	867.476,50
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	1.334.763.400,00	1.445.424.646,00	353.078.361,69	958.840.471,00	13,02	486.584.175,00	352.989.659,77	955.816.238,34	14,74	489.608.407,66
061 - ACAO JUDICIARIA	4.333.966,00	3.746.866,00	27.725,21	80.539,68	0,00	3.666.326,32	27.725,21	80.539,68	0,00	3.666.326,32
122 - ADMINISTRACAO GERAL	22.461.360,00	22.461.360,00	2.537.483,02	8.162.209,18	0,11	14.299.150,82	2.319.840,94	6.180.386,08	0,10	16.280.973,92
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	6.534.702,00	6.534.702,00	-475,90	1.370.715,60	0,02	5.163.986,40	244.629,96	494.877,92	0,01	6.039.824,08
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	437.000,00	437.000,00	180.834,35	219.689,35	0,00	217.310,65	69.339,05	94.564,44	0,00	342.435,56
131 - COMUNICACAO SOCIAL	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
271 - PREVIDENCIA BASICA	0,00	212.656.135,00	92.120.444,98	156.132.084,59	2,12	56.524.050,41	92.120.444,98	156.132.084,59	2,41	56.524.050,41
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.300.876.372,00	1.199.468.583,00	258.212.350,03	792.875.232,60	10,77	406.593.350,40	258.207.679,63	792.833.785,63	12,23	406.634.797,37
10 - SAUDE	2.133.456.685,00	2.381.527.643,00	521.417.489,08	1.560.709.516,15	21,20	820.818.126,85	513.881.371,42	1.373.438.127,34	21,18	1.008.089.515,66
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.011.349.426,00	1.006.228.117,00	230.529.023,01	653.043.654,87	8,87	353.184.462,13	227.990.778,60	648.989.983,43	10,01	357.238.133,57
125 - NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.720.000,00	2.109.534,00	924.639,44	992.891,77	0,01	1.116.642,23	904.539,44	951.458,44	0,01	1.158.075,56
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	5.685.000,00	4.948.222,00	1.623.404,65	3.458.838,15	0,05	1.489.383,85	1.494.523,11	3.324.736,42	0,05	1.623.485,58
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.887.000,00	2.603.732,00	75.213,83	621.119,18	0,01	1.982.612,82	265.822,96	297.458,62	0,00	2.306.273,38
242 - ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	12.973.257,00	12.030.010,00	921.987,49	4.361.768,28	0,06	7.668.241,72	913.671,15	2.605.902,21	0,04	9.424.107,79
301 - ATENCAO BASICA	6.729.229,00	9.705.158,00	1.797.804,62	5.652.333,09	0,08	4.052.824,91	319.304,62	713.604,09	0,01	8.991.553,91
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.049.211.544,00	1.283.063.178,00	273.606.171,43	865.928.961,34	11,76	417.134.216,66	274.937.248,38	701.697.922,43	10,82	581.365.255,57
303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	20.101.229,00	19.659.272,00	5.655.323,21	13.226.576,72	0,18	6.432.695,28	2.496.849,75	5.977.193,11	0,09	13.682.078,89
304 - VIGILANCIA SANITARIA	1.140.000,00	1.594.725,00	147.684,56	300.775,38	0,00	1.293.949,62	102.151,87	222.906,99	0,00	1.371.818,01
305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	18.300.000,00	33.881.077,00	5.142.498,15	8.640.755,28	0,12	25.240.321,72	2.732.746,59	4.902.326,71	0,08	28.978.750,29
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	110.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	126.000,00
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.250.000,00	5.578.618,00	993.738,69	4.481.842,09	0,06	1.096.775,91	1.723.734,95	3.754.634,89	0,06	1.823.983,11
11 - TRABALHO	4.008.160,00	58.078.528,00	6.499,79	54.532.288,55	0,74	3.546.239,45	6.499,79	96.920,91	0,00	57.981.607,09
332 - RELACOES DE TRABALHO	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
333 - EMPREGABILIDADE	1.000.160,00	55.070.528,00	5.960,00	54.446.781,64	0,74	623.746,36	5.960,00	11.414,00	0,00	55.059.114,00
334 - FOMENTO AO TRABALHO 12 - EDUCACAO	2.996.000,00 1.995.421.027.00	2.996.000,00	539,79	85.506,91 <b>952.642.890.82</b>	0,00	2.910.493,09 1.069.160.054,18	539,79	85.506,91 <b>860.586.900.64</b>	0,00	2.910.493,09
		2.021.802.945,00	394.708.684,27		12,94		371.371.618,49		13,27	1.161.216.044,36
122 - ADMINISTRACAO GERAL 126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	231.432.754,00 44.924.506,00	226.399.812,00 45.457.273,00	21.825.677,84 2.667.163,65	75.861.150,15 12.345.846,66	1,03 0,17	150.538.661,85	22.697.315,23 2.561.666,62	49.093.437,83 12.206.513,55	0,76	177.306.374,17 33.250.759,45
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		45.457.273,00	2.667.163,65		0,17	33.111.426,34		52.995,50	0,19 0,00	1.212.457,50
306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	1.143.453,00 58.930.344,00	58.930.344,00	33.635,00 14.711.440,00	52.995,50 31.470.758,70	0,00	1.212.457,50 27.459.585,30	33.635,00 14.677.357,00	31.436.675,70	0,00	27.493.668,30
363 - ENSINO PROFISSIONAL	7.540.000.00	19.354.153.00	311.844,26	738.778,15	0,43	18.615.374,85	44.411.44	470.458.18	0,46	18.883.694.82
364 - ENSINO SUPERIOR	29.710.694.00	32.190.018,00	2.989.673.37	8.177.802,72	0,01	24.012.215,28	2.646.887.00	6.723.288,57	0,01	25.466.729.43
366 - EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	1.120.000,00	1.120.000,00	0,00	0.177.802,72	0,00	1.120.000,00	2.040.007,00	0.723.260,57	0,10	1.120.000,00
368 - EDUCACAO BESICA	1.620.119.276.00	1.636.530.892.00	352.083.901.58	823.910.061.68	11,19	812.620.830.32	328.624.997.63	760.518.034.05	11,73	876.012.857.95
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	500.000.00	555.000,00	85.348,57	85.497,26	0,00	469.502,74	85.348.57	85.497,26	0,00	469.502.74
13 - CULTURA	91.632.409,00	98.418.179,00	9.686.233,00	22.116.146,95	0,00	76.302.032,05	7.014.056,07	15.855.735,44	0,00	82.562.443,56
391 - PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E	· ·	•	·	•	•	70.302.032,03	7.014.000,07	10.000.700,44		
ARQUEOLOGICO	335.000,00	135.000,00	18.222,00	33.222,00	0,00	101.778,00	1.575,00	1.575,00	0,00	133.425,00
392 - DIFUSAO CULTURAL	91.297.409,00	98.283.179,00	9.668.011,00	22.082.924,95	0.30	76.200.254,05	7.012.481,07	15.854.160.44	0,24	82.429.018,56
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	234.191.355,00	244.352.494,00	51.896.355,24	145.267.485,08	1,97	99.085.008,92	49.193.879,83	142.281.424,18	2,19	102.071.069,82
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	131.796.755,00	138.248.904,00	31.459.091,94	86.882.578,56	1,18	51.366.325,44	30.026.804,04	85.408.306,83	1,32	52.840.597,17
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	955.000,00	1.367.426,00	30.975,00	30.975,00	0,00	1.336.451,00	30.975,00	30.975,00	0,00	1.336.451,00
421 - CUSTODIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	76.000.000.00	76.500.000,00	16.867.856,43	52.635.033.75	0,00	23.864.966,25	16.867.856,43	52.635.033.75	0,00	23.864.966.25
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	25.439.600,00	28.236.164.00	3.538.431,87	5.718.897,77	0,71	22.517.266,23	2.268.244,36	4.207.108,60	0.06	24.029.055.40
15 - URBANISMO	5.655.689,00	3.350.372,00	1.587.901,05	2.387.901,07	0.03	962,470,93	752.529,99	1.552.530,01	0.02	1.797.841,99
452 - SERVICOS URBANOS	5.655.689,00	3.350.372,00	1.587.901,05	2.387.901,07	0,03	962.470,93	752.529,99	1.552.530,01	0.02	1.797.841.99
16 - HABITACAO	11.895.727,00	19.187.464,00	2.118.367,01	2.966.772,41	0,04	16.220.691,59	1.847.009,57	2.448.014,91	0,02	16.739.449,09
451 - INFRAESTRUTURA URBANA	458.531,00	458.531,00	0,00	0.00	0.00	458.531,00	0,00	0,00	0,00	458.531,00
			-,,	-1	.,		-,		.,	Continua (2/5)

OTAÇÃO DESPESAS EMPENHADA DESPESAS LIQUIDADAS SALDO (c) = (a-b) FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO Até o Bimestre Até o Bimestre No Bimestre No Bimestre (a) (b) b/total b) (d) otal d 482 - HABITACAO URBANA 11.437.196. 18.728.933 2.118.367 15.762.160 1.847.009 448.014.9 16.280.918.09 17 - SANEAMENTO 52.401.856. 50.597.927.0 6.135.308.9 12.701.995.9 37.895.931.0 5.200.581.6 11.674.420.4 38.923.506.60 0,17 0,08 0,00 0,09 **0,52** 122 - ADMINISTRACAO GERAL 511 - SANEAMENTO BASICO RURAL 2.411.151,9 3.292.682, 3.588.182,0 1.732,5 3.586.449,5 1.732,5 0,00 3.586.449,50 2.789.429,7 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO 36.393.323, 32.340.752,0 3.724.285,1 6.443.655,7 25.897.096,2 5.457.882,8 0,0 26.882.869,17 18 - GESTAO AMBIENTAL 82.800.276,0 91.173.546,00 16.092.441,8 38.123.016,0 53.050.529,9 13.479.602,3 32.785.765,0 0,51 58.387.780,92 122 - ADMINISTRACAO GERAL 126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO 128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS 0,32 0,00 0,00 46.494.160.0 45.963.583.0 8.644.195,05 117.388,56 23.859.672,40 22.103.910.6 8.710.907,9 23.779.351.6 0.37 22.184.231.37 327.472, 92.938,56 22.074,50 123.472,50 165.344,5 0,00 288.817,0 288.817,0 35.464,5 56.872,5 231.944,50 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL 23.651.539.0 24.685.174.00 5.242.985.3 9.275.080.09 0,13 15.410.093.9 3.570.485.8 6.547.745.1 0.10 18.137.428.81 542 - CONTROLE AMBIENTAL 5.690.000.0 5,690,000.0 0.00 0.00 5.690.000.0 0.00 0.00 0.00 5.690.000.00 544 - RECURSOS HIDRICOS 9 - CIENCIA E TECNOLOGIA 122 - ADMINISTRACAO GERAL 2.185.922,2 5.827.088,9 12.032.577,74 **25.381.106,02** 14 218 500 0 2 052 408 3 4 503 080 2 0,06 **0,17** 1 083 105 5 1.371.539,0 1.529.541,0 352.604,6 939.227,55 0,0 590.313,4 339.965,1 847.395,7 0,01 682.145,29 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 23.800.0 21.500.0 0.00 15.440.00 0.00 6.060.0 1.037.4 4.464.6 0.00 17.035.35 571 - DESENVOI VIMENTO CIENTIFICO 24.031.187,0 24.485.692,00 4.732.914,2 7.091.819,15 0,10 17.393.872,8 2.637.648,7 4.194.245,1 0,06 20.291.446,89 573 - DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E 4.500.000,0 5.171.462,00 3.542.290,12 4.393.737,1 0,06 777.724,8 780.983,5 780.983,5 0,0 4.390.478,49 233.838.747,0 254.203.002,59 56.887.885,63 **135.481.314,55** 92.874.974,53 47.175.550,5 134.807.603,29 20 - AGRICULTURA 118.721.688,0 119.395.399,30 **1,84** 1,26 1,84 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL 170.320.314, 170.817.434,00 34.278.396,90 77.942.459,4 34.165.669,3 91.756.041,0 1,41 79.061.392,93 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 4.006.930.0 4 041 053 0 295.105,0 732.975.42 0.0 3.308.077,5 268.405,1 663 149 9 3.377.903,02 128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS 545 - METEOROLOGÍA 13.920,00 0,00 0,00 28 000 0 80.000,0 -1.300,0 573 - DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E 2.119.000,0 5.426.565,9 2.883.174,32 3.509.466,9 0,05 1.917.099,0 2.194.625,5 2.459.895,1 0,0 2.966.670,84 TECNOLOGICO 605 - ARASTECIMENTO 270 000 0 727 191 00 142 128 86 155.002,36 22.126.435,11 0.00 572 188 6 143 613 3 154 603 6 0.00 572 587 36 21.316.485,11 894.238,80 488.244,44 20.361.470,89 4.114.793,81 8.133.118,56 7.777.877,0 606 - EXTENSAO RURAI 42.245.319, 41.677.956.00 8 489 383 06 0,30 0,01 0,08 0,13 **0.05** 19.551.520.8 608 - PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA 609 - DEFESA AGROPECUARIA 1.003.857,62 1.082.354,21 5.726.157,71 5.009.032,6 2.985.000,0 3.926.678,4 0,01 6.550.184, 8.621.363,00 2.895.205,2 281.637,43 0,01 631 - REFORMA AGRARIA 5.234.000.0 17,774,407.00 5.827.810.30 9.259.828.2 8.514.578.7 1.513.416.5 1.653.283.8 0.03 16.121.123.12 21 - ORGANIZAÇÃO AGRARIA 34 797 119 0 34 977 119 00 1 340 538 93 3 641 608 9 31 335 510 0 1 364 597 7 3 583 924 27 31 393 194 73 122 - ADMINISTRACAO GERAL 126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO 34.320.119,0 237.000,0 34.500.119,0 237.000,0 1.275.913,49 27.584,43 3.507.492,00 61.736,91 0,05 1.299.972,3 3.449.807,3 61.736,9 31.050.311,64 175.263,09 175.263,0 631 - REFORMA AGRARIA 240.000,0 240.000,0 37.041,0 72.380,00 0,00 167.620,0 37.041,0 72.380,0 0,00 167.620,00 22 - INDUSTRIA 73.418.434.0 73,170,554,00 19.084.892.7 19.932.941.23 0.27 53.237.612.7 2.732.665.2 3,422,775,70 0.05 69.747.778.30 0,00 0,21 0,00 0,00 0,00 0,00 33.792.466.58 661 - PROMOCAO INDUSTRIAI 33.896.000 33.930.999,0 159.328.9 275.378,5 33 655 620 5 119.140,9 138.532,4 662 - PRODUCAO INDUSTRIAL 663 - MINERACAO 17.585.640,0 2.292.120,0 2.176.674,2 2.190.084,5 102.035,5 691 - PROMOCAO COMERCIAL 19.034.000,0 18.991.795,00 3.468.875,6 4.146.561,45 0,06 14.845.233,5 2.536.338,0 3.195.790,5 0,05 15.796.004,50 693 - COMERCIO EXTERIOR 370.000.0 370.000.0 0.00 0.00 0.00 370,000.0 370,000,00 23 - COMERCIO E SERVICOS 122 - ADMINISTRACAO GERAI **42.336.830,15** 6.600.273,24 23.894.267. 76.263.393.0 32,499,324,3 0.5 33.926.562.8 21.047.750.8 27.254.730.9 49.008.662.06 0,09 7.820.261,83 1.085.104,01 126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 0,00 58.785,9 1.190.000,0 1.190.000,00 44.442,1 114.815,43 1.075.184,5 104.895,9 0,00 128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS 68.000,0 68.000,0 0,00 0,00 68.000,0 0,00 0,00 0,00 68.000,00 0,00 661 - PROMOCAO INDUSTRIAL 50 000 0 50 000 0 2 100 00 0.00 47 900 0 0.00 2 100 0 47 900 00 2.100,00 1.153.541,81 489.968,91 1.101.485,48 0,00 0,02 0,01 0,01 1.126.079,65 370.528,27 135.645,13 665 - NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE 2 200 000 0 2 200 000 0 923.721.8 1 046 458 1 923.081.5 1.073.920.35 691 - PROMOCAO COMERCIAL 694 - SERVICOS FINANCEIROS 2.253.031,09 2.586.584,52 67.409,7 186.850,4 0,01 3.688.070,00 2.188.070,0 0,00 0,00 3.552.424,87 29.125.986.12 17.532.887.5 695 - TURISMO 1.148.000.0 52.020.126.0 32.874.645.28 0.45 19.145.480.72 19.031.546.7 0.29 32.988.579.27 24 - COMUNICAÇÃO 42.908.320.0 42.908.320.0 20.517.406.86 34.236.463.90 0.47 8.671.856.1 9.099.039.3 13.611.757.3 0.21 29.296.562.66 5.063.838,46 562.415,58 122 - ADMINISTRACAO GERAL 126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO 8.986.720,0 621.600,0 1.408.708,32 8.800,00 4.006.199,69 95.780,00 0,05 4.980.520,3 525.820,0 128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS 100.000,0 100.000,0 10.986,00 0,00 89.014,0 6.600,0 10.986,0 0,00 89.014,00 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL 32.400.000.0 32.400.000.00 18,751,080,00 29.546.020.7 0.40 2.853.979.2 7.205.761.2 9.044.575.4 0.14 23.355.424.56 348.818,54 577.477,4 722 - TELECOMUNICACOES 800.000,0 800.000,00 222.522,5 345.471,0 574.129,94 225.870,06 Continua (3/5)

										Continuação
	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPE	SAS EMPENHADAS		SALDO	DESPI	ESAS LIQUIDADAS		SALDO
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
25 - ENERGIA	5.030.992,00	4.025.675,00	163.079,45	163.079,45	0,00	3.862.595,55	152.948,80	152.948,80	0,00	3.872.726,20
752 - ENERGIA ELETRICA	5.030.992,00	4.025.675,00	163.079,45	163.079,45	0,00	3.862.595,55	152.948,80	152.948,80	0,00	3.872.726,20
26 - TRANSPORTE	401.709.336,00	564.968.247,00	244.790.000,48	382.231.763,34	5,19	182.736.483,66	98.517.567,45	198.798.093,94	3,07	366.170.153,06
122 - ADMINISTRACAO GERAL	52.652.491,00	61.295.135,00	15.458.682,62	38.519.517,46	0,52	22.775.617,54	13.952.258,07	35.406.250,09	0,55	25.888.884,91
126 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO	310.000,00	208.576,00	0,00	0,00	0,00	208.576,00	0,00	0,00	0,00	208.576,00
781 - TRANSPORTE AEREO	2.067.499,00	2.130.895,00	94.685,85	128.990,68	0,00	2.001.904,32	0,00	34.304,81	0,00	2.096.590,19
782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	346.679.346,00	501.333.641,00	229.236.632,01	343.583.255,20	4,67	157.750.385,80	84.565.309,38	163.357.539,04	2,52	337.976.101,96
27 - DESPORTO E LAZER	22.753.682,00	23.170.207,00	10.201.566,10	17.796.832,76	0,24	5.373.374,24	5.631.778,77	9.595.091,19	0,15	13.575.115,81
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	200.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
812 - DESPORTO COMUNITARIO	21.192.682,00	22.149.207,00	10.001.566,10	17.196.832,76	0,23	4.952.374,24	5.481.778,77	9.045.091,19	0,14	13.104.115,81
813 - LAZER	1.361.000,00	721.000,00	200.000,00	600.000,00	0,01	121.000,00	150.000,00	550.000,00	0,01	171.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	239.636.373,00	421.722.751,00	86.596.250,51	349.647.424,64	4,75	72.075.326,36	157.685.516,53	342.830.049,97	5,29	78.892.701,03
122 - ADMINISTRACAO GERAL	6.924.000,00	48.024.000,00	8.223.260,44	35.095.474,96	0,48	12.928.525,04	8.386.975,68	35.057.233,73	0,54	12.966.766,27
843 - SERVICO DA DIVIDA INTERNA	132.300.000,00	164.900.000,00	37.137.363,95	129.272.002,87	1,76	35.627.997,13	42.137.363,95	129.272.002,87	1,99	35.627.997,13
844 - SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	33.043.323,00	106.043.323,00	10.537.965,45	102.503.845,45	1,39	3.539.477,55	79.576.921,84	99.087.075,95	1,53	6.956.247,05
845 - OUTRAS TRANSFERENCIAS	67.369.050,00	102.755.428,00	30.697.660,67	82.776.101,36	1,12	19.979.326,64	27.584.255,06	79.413.737,42	1,22	23.341.690,58
99 - RESERVA	265.644.030,00	180.588.244,00	0,00	0,00	0,00	180.588.244,00	0,00	0,00	0,00	180.588.244,00
999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	265.644.030,00	180.588.244,00	0,00	0,00	0,00	180.588.244,00	0,00	0,00	0,00	180.588.244,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	1.391.743.034,00	1.337.326.543,45	227.099.177,70	593.618.047,96		743.708.495,49	227.879.972,10			744.455.105,55
TOTAL (III) = (I + II)	12.656.865.776,00	13.639.426.050,59	2.720.845.274,19	7.362.226.874,98	100,00	6.277.199.175,61	2.551.149.261,94	6.484.857.810,34	100,00	7.154.568.240,25
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPE	SAS EMPENHADAS		SALDO	DESPI	ESAS LIQUIDADAS		SALDO
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	1.391.743.034,00	1.337.326.543,45	227.099.177,70	593.618.047,96	8,06	743.708.495,49	227.879.972,10	592.871.437,90	9,14	744.455.105,55
01 - LEGISLATIVA	37.981.063,00	39.747.898,45	6.532.825,50	23.585.514,05	0,32	16.162.384,40	7.091.796,98	22.957.646,67	0,35	16.790.251,78
031 - ACAO LEGISLATIVA	23.326.312,00	25.093.147,45	3.729.592,95	15.585.410,84	0,21	9.507.736,61	4.288.564,43	14.957.543,46	0,23	10.135.603,99

FUNÇAO/SUBFUNÇAO	DOTAÇÃO				SAL					SALDO
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	1.391.743.034,00	1.337.326.543,45	227.099.177,70	593.618.047,96	8,06	743.708.495,49	227.879.972,10	592.871.437,90	9,14	744.455.105,55
01 - LEGISLATIVA	37.981.063,00	39.747.898,45	6.532.825,50	23.585.514,05	0,32	16.162.384,40	7.091.796,98	22.957.646,67	0,35	16.790.251,78
031 - ACAO LEGISLATIVA	23.326.312,00	25.093.147,45	3.729.592,95	15.585.410,84	0,21	9.507.736,61	4.288.564,43	14.957.543,46	0,23	10.135.603,99
122 - ADMINISTRACAO GERAL	14.654.751,00	14.654.751,00	2.803.232,55	8.000.103,21	0,11	6.654.647,79	2.803.232,55	8.000.103,21	0,12	6.654.647,79
02 - JUDICIARIA	72.185.875,00	72.185.875,00	9.912.457,62	28.950.953,26	0,39	43.234.921,74	9.912.457,62	28.950.953,26	0,45	43.234.921,74
122 - ADMINISTRACAO GERAL	72.185.875,00	72.185.875,00	9.912.457,62	28.950.953,26	0,39	43.234.921,74	9.912.457,62	28.950.953,26	0,45	43.234.921,74
128 - FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 - ESSENCIAL A JUSTICA	32.496.783,00	32.506.783,00	7.196.959,93	20.777.812,63	0,28	11.728.970,37	7.196.959,93	20.777.812,63	0,32	11.728.970,37
122 - ADMINISTRACAO GERAL	32.496.783,00	32.506.783,00	7.196.959,93	20.777.812,63	0,28	11.728.970,37	7.196.959,93	20.777.812,63	0,32	11.728.970,37
04 - ADMINISTRACAO	174.692.580,00	174.057.077,00	29.556.965,15	86.859.621,78	1,18	87.197.455,22	29.782.495,49	86.809.380,21	1,34	87.247.696,79
122 - ADMINISTRACAO GERAL	66.382.007,00	66.384.395,00	12.191.407,30	34.198.544,11	0,46	32.185.850,89	12.141.937,64	34.148.302,54	0,53	32.236.092,46
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	108.310.573,00	107.672.682,00	17.365.557,85	52.661.077,67	0,72	55.011.604,33	17.640.557,85	52.661.077,67	0,81	55.011.604,33
06 - SEGURANCA PUBLICA	78.082.246,00	140.838.044,00	43.927.306,61	106.329.975,79	1,44	34.508.068,21	43.927.306,61	106.329.975,79	1,64	34.508.068,21
122 - ADMINISTRACAO GERAL	78.082.246,00	140.838.044,00	43.927.306,61	106.329.975,79	1,44	34.508.068,21	43.927.306,61	106.329.975,79	1,64	34.508.068,21
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	5.300.000,00	5.282.378,00	913.865,04	2.687.398,31	0,04	2.594.979,69	913.865,04	2.687.398,31	0,04	2.594.979,69
122 - ADMINISTRACAO GERAL	5.300.000,00	5.282.378,00	913.865,04	2.687.398,31	0,04	2.594.979,69	913.865,04	2.687.398,31	0,04	2.594.979,69
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	479.326.368,00	368.665.122,00	1.711.432,77	9.953.734,59	0,14	358.711.387,41	1.711.432,77	9.953.734,59	0,15	358.711.387,41
122 - ADMINISTRACAO GERAL	35.266.662,00	35.266.662,00	412.456,10	8.654.757,92	0,12	26.611.904,08	412.456,10	8.654.757,92	0,13	26.611.904,08
271 - PREVIDENCIA BASICA	0,00	2.597.953,00	1.298.976,67	1.298.976,67	0,02	1.298.976,33	1.298.976,67	1.298.976,67	0,02	1.298.976,33
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	444.059.706,00	330.800.507,00	0,00	0,00	0,00	330.800.507,00	0,00	0,00	0,00	330.800.507,00
10 - SAUDE	101.040.000,00	101.040.000,00	24.485.038,89	70.674.246,09	0,96	30.365.753,91	24.485.038,89	70.674.246,09	1,09	30.365.753,91
122 - ADMINISTRACAO GERAL	101.030.000,00	101.030.000,00	24.485.038,89	70.674.246,09	0,96	30.355.753,91	24.485.038,89	70.674.246,09	1,09	30.355.753,91
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
12 - EDUCACAO	119.136.573,00	130.730.880,00	15.838.217,59	41.862.088,85	0,57	88.868.791,15	15.838.217,59	41.862.088,85	0,65	88.868.791,15
122 - ADMINISTRACAO GERAL	0,00	2.552.000,00	895.389,77	1.942.371,20	0,03	609.628,80	895.389,77	1.942.371,20	0,03	609.628,80
368 - EDUCACAO BASICA	119.136.573,00	128.178.880,00	14.942.827,82	39.919.717,65	0,54	88.259.162,35	14.942.827,82	39.919.717,65	0,62	88.259.162,35
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	19.017.751,00	16.017.751,00	4.902.356,93	14.252.442,21	0,19	1.765.308,79	4.902.356,93	14.252.442,21	0,22	1.765.308,79
122 - ADMINISTRACAO GERAL	19.017.751,00	16.017.751,00	4.902.356,93	14.252.442,21	0,19	1.765.308,79	4.902.356,93	14.252.442,21	0,22	1.765.308,79
17 - SANEAMENTO	347.138,00	347.138,00	64.872,37	190.055,50	0,00	157.082,50	64.872,37	190.055,50	0,00	157.082,50
122 - ADMINISTRACAO GERAL	347.138,00	347.138,00	64.872,37	190.055,50	0,00	157.082,50	64.872,37	190.055,50	0,00	157.082,50
18 - GESTAO AMBIENTAL	6.003.729,00	5.823.729,00	979.501,16			2.611.384,12	979.501,16	3.212.344,88	0,05	2.611.384,12
122 - ADMINISTRACAO GERAL	6.003.729,00	5.823.729,00	979.501,16	3.212.344,88	0,04	2.611.384,12	979.501,16	3.212.344,88	0,05	2.611.384,12
										Continua (4/5)

Continuação										
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPE	SAS EMPENHADAS	3	SALDO	DESPI	ESAS LIQUIDADAS		SALDO
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	50.000,00	50.331,00	12.689,10	37.427,22	0,00	12.903,78	12.689,10	37.427,22	0,00	12.903,78
122 - ADMINISTRACAO GERAL	50.000,00	50.331,00	12.689,10	37.427,22	0,00	12.903,78	12.689,10	37.427,22	0,00	12.903,78
20 - AGRICULTURA	32.924.000,00	33.193.709,00	6.271.964,80	17.578.724,38	0,24	15.614.984,62	6.271.964,80	17.578.724,38	0,27	15.614.984,62
122 - ADMINISTRACAO GERAL	26.374.000,00	26.717.879,00	4.621.900,03	13.304.317,60	0,18	13.413.561,40	4.621.900,03	13.304.317,60	0,21	13.413.561,40
606 - EXTENSAO RURAL	6.550.000,00	6.475.830,00	1.650.064,77	4.274.406,78	0,06	2.201.423,22	1.650.064,77	4.274.406,78	0,07	2.201.423,22
21 - ORGANIZACAO AGRARIA	525.000,00	525.000,00	112.402,16	342.109,48	0,00	182.890,52	112.402,16	342.109,48	0,01	182.890,52
122 - ADMINISTRACAO GERAL	525.000,00	525.000,00	112.402,16	342.109,48	0,00	182.890,52	112.402,16	342.109,48	0,01	182.890,52
23 - COMERCIO E SERVICOS	1.512.483,00	1.515.483,00	319.886,95	945.881,20	0,01	569.601,80	319.886,95	945.881,20	0,01	569.601,80
122 - ADMINISTRACAO GERAL	1.512.483,00	1.515.483,00	319.886,95	945.881,20	0,01	569.601,80	319.886,95	945.881,20	0,01	569.601,80
24 - COMUNICACAO	871.445,00	871.445,00	141.520,45	411.079,40	0,01	460.365,60	137.813,03	342.578,29	0,01	528.866,71
122 - ADMINISTRACAO GERAL	871.445,00	871.445,00	141.520,45	411.079,40	0,01	460.365,60	137.813,03	342.578,29	0,01	528.866,71
26 - TRANSPORTE	5.250.000,00	4.527.900,00	1.203.743,53	3.272.935,46	0,04	1.254.964,54	1.203.743,53	3.272.935,46	0,05	1.254.964,54
122 - ADMINISTRACAO GERAL	5.250.000,00	4.527.900,00	1.203.743,53	3.272.935,46	0,04	1.254.964,54	1.203.743,53	3.272.935,46	0,05	1.254.964,54
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	225.000.000,00	209.400.000,00	73.015.171,15	161.693.702,88	2,20	47.706.297,12	73.015.171,15	161.693.702,88	2,49	47.706.297,12
843 - SERVICO DA DIVIDA INTERNA	225.000.000,00	209.400.000,00	73.015.171,15	161.693.702,88	2,20	47.706.297,12	73.015.171,15	161.693.702,88	2,49	47.706.297,12
FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO - Desenvolvido por Logue Te	cnologia									(6/6)

RREO - ANEXO 3 (LRF. Art. 53, inciso I)						OLITO/LULE IN JUNITO/A								Emitido em: 17/07/23 R\$ 1.00
					FVOLUÇÃO	D DA RECEITA REALI	ZADA NOS ÚLTIMOS	12 MESES					TOTAL (ÚLTIMOS 12	PREVISÃO
ESPECIFICAÇÃO	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	MESES)	ATUALIZADA 2023
RECEITAS CORRENTES (I)	1.205.587.461,30	1.270.791.979,33	1.142.121.493,59	1.359.416.795,50	1.701.114.257,22	1.801.655.062,96	1.477.797.981,23	1.512.765.072,61	1.224.250.132,12	1.270.235.470,35	1.452.893.278,05	1.712.815.775,50	17.131.444.759,76	14.543.208.113,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	503.838.157,95	458.605.056,81	495.152.047,80	629.061.514,78	534.571.830,91	695.461.737,37	510.407.047,64	451.432.049,25	468.542.800,19	469.517.187,46	505.308.813,41	551.080.556,51	6.272.978.800,08	5.439.315.323,00
ICMS	402.978.727,06	373.980.614,20	366.521.123,26	379.478.221,73	381.320.353,29	382.224.957,19	353.174.085,74	335.474.608,36	348.730.178,13	380.432.024,06	393.969.134,59	435.327.089,45	4.533.611.117,06	4.171.851.643,00
IPVA	21.054.754,84	26.051.457,58	36.241.405,25	134.675.556,23	30.631.700,51	28.264.677,92	73.087.214,87	22.373.369,62	26.716.877,19	19.163.238,17	22.593.143,65	21.642.540,16	462.495.935,99	339.107.353,00
ITCD	7.899.482,34	4.416.120,88	6.357.960,93	5.878.828,56	7.945.223,77	4.843.401,41	8.029.284,58	4.445.217,80	9.778.040,51	6.235.094,99	6.203.009,98	6.458.534,20	78.490.199,95	54.311.848,00
IRRF	51.215.379,56	53.904.494,58	58.084.118,59	66.421.439,44	87.744.622,06	255.423.049,51	50.680.568,17	64.368.908,03	59.625.556,17	42.016.305,88	57.932.587,54	64.135.305,29	911.552.334,82	605.047.216,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.689.814,15	252.369,57	27.947.439,77	42.607.468,82	26.929.931,28	24.705.651,34	25.435.894,28	24.769.945,44	23.692.148,19	21.670.524,36	24.610.937,65	23.517.087,41	286.829.212,26	268.997.263,00
Contribuições	59.300.650,55	74.492.206,98	32.902.052,50	63.389.970,83	76.925.938,78	153.613.423,81	22.604.285,59	66.648.465,32	76.781.749,60	65.330.193,59	75.292.111,02	72.004.094,49	839.285.143,06	800.479.284,00
Receita Patrimonial	38.925.094,69	71.693.304,23	40.689.854,39	43.289.832,00	369.114.294,56	146.171.049,39	53.098.637,32	57.628.500,88	45.168.703,55	45.987.302,87	88.057.916,26	341.936.410,37	1.341.760.900,51	426.854.181,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	38.141.090,53	63.212.692,34	39.218.072,62	37.045.838,76	89.375.234,11	131.511.674,18	34.107.913,96	55.863.511,64	42.953.054,21	32.180.429,49	85.812.493,62	340.000.791,81	989.422.797,27	396.462.830,00
Outras Receitas Patrimoniais	784.004,16	8.480.611,89	1.471.781,77	6.243.993,24	279.739.060,45	14.659.375,21	18.990.723,36	1.764.989,24	2.215.649,34	13.806.873,38	2.245.422,64	1.935.618,56	352.338.103,24	30.391.351,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.908.682,88	3.804.894,19	3.461.465,76	3.294.322,49	3.743.794,22	3.205.623,03	3.292.522,90	3.293.766,31	7.676.912,04	3.754.659,73	3.641.487,34	3.346.378,47	45.424.509,36	92.045.236,00
Transferências Correntes	591.429.875,58	650.315.619,29	550.864.510,82	598.829.195,97	706.817.941,05	761.506.102,02	740.117.290,98	926.746.407,49	611.408.487,40	677.638.792,39	768.310.779,20	736.800.672,49	8.320.785.674,68	7.443.008.449,00
Cota-Parte do FPE	449.269.612,65	514.069.196,17	426.446.103,22	455.816.769,76	561.080.847,72	607.806.594,27	594.795.380,29	759.980.838,44	478.943.087,80	541.285.807,64	612.833.719,95	564.391.841,85	6.566.719.799,76	5.531.594.082,00
Transferências da LC 61/1989	866.135,76	689.902,90	913.132,94	925.868,13	675.428,26	959.643,52	1.000.947,53	713.796,02	884.616,77	943.065,04	848.059,15	1.057.507,53	10.478.103,55	13.286.676,00
Transferências do FUNDEB	92.168.991,96	98.957.330,94	86.968.010,92	102.917.870,36	108.549.254,84	106.417.414,00	110.771.816,21	120.828.046,55	88.652.964,93	98.779.390,78	109.275.184,95	105.762.582,70	1.230.048.859,14	1.230.975.103,00
Outras Transferências Correntes	49.125.135,21	36.599.189,28	36.537.263,74	39.168.687,72	36.512.410,23	46.322.450,23	33.549.146,95	45.223.726,48	42.927.817,90	36.630.528,93	45.353.815,15	65.588.740,41	513.538.912,23	667.152.588,00
Outras Receitas Correntes	9.184.999,65	11.880.897,83	19.051.562,32	21.551.959,43	9.940.457,70	41.697.127,34	148.278.196,80	7.015.883,36	14.671.479,34	8.007.334,31	12.282.170,82	7.647.663,17	311.209.732,07	341.505.640,00
DEDUÇÕES (II)	308.736.628,35	344.778.051,63	284.061.100,62	374.812.346,23	398.635.022,18	522.491.592,21	322.225.307,86	375.572.904,80	311.869.444,19	316.921.743,48	399.750.076,69	655.439.806,31	4.615.294.024,55	3.730.014.242,00
Transferências Constitucionais e legais	110.711.019,20	105.766.380,57	109.153.742,07	161.718.776,32	109.977.408,38	110.895.968,93	124.346.020,66	94.393.494,92	100.127.341,78	104.358.920,46	109.412.736,34	119.136.538,70	1.359.998.348,33	958.680.923,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	41.001.485,08	46.140.637,87	16.817.526,79	42.237.407,43	55.727.581,57	118.700.304,57	15.264.082,50	48.295.298,69	55.561.496,63	42.907.225,01	52.127.663,52	49.603.440,34	584.384.150,00	570.533.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	1.904.856,81	8.452.526,54	11.693.047,85	6.257.829,19	5.187.749,54	10.360.858,66	0,00	2.819.570,84	1.083.465,92	513.286,55	4.689.025,44	2.400.274,90	55.362.492,24	130.000.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	636.152,74	21.730.320,45	931.582,86	1.540.780,08	53.407.048,00	98.473.850,37	1.462.162,90	24.345.667,36	2.112.042,02	402.215,72	48.113.748,81	302.351.327,73	555.506.899,04	48.770.000,00
Dedução de Rec. para Formação do FUNDEB	154.483.114,52	162.688.186,20	145.465.201,05	163.057.553,21	174.335.234,69	184.060.609,68	181.153.041,80	205.718.872,99	152.985.097,84	168.740.095,74	185.406.902,58	181.948.224,64	2.060.042.134,94	2.022.030.319,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	896.850.832,95	926.013.927,70	858.060.392,97	984.604.449,27	1.302.479.235,04	1.279.163.470,75	1.155.572.673,37	1.137.192.167,81	912.380.687,93	953.313.726,87	1.053.143.201,36	1.057.375.969,19	12.516.150.735,21	10.813.193.871,00
(-) Transferências Obrigatórias da União relatívas às emendas	15.340.80	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	3.000.000.00	3.015.340.80	2.193.732.00
individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV) RECEITA CORRENTE LÍOUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS														· ·
LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	896.835.492,15	926.013.927,70	858.060.392,97	984.604.449,27	1.302.479.235,04	1.279.163.470,75	1.155.572.673,37	1.137.192.167,81	912.380.687,93	953.313.726,87	1.053.143.201,36	1.054.375.969,19	12.513.135.394,41	10.811.000.139,00
( - ) Transferências Obrigatórias da União relativas às														
emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	16.155.078.00
dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.155.076,00
(CF, art. 198, §11)(VI)														
RECEITA CORRENTE L'IQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	896.835.492,15	926.013.927,70	858.060.392,97	984.604.449,27	1.302.479.235,04	1.279.163.470,75	1.155.572.673,37	1.137.192.167,81	912.380.687,93	953.313.726,87	1.053.143.201,36	1.054.375.969,19	12.513.135.394,41	10.794.845.061,00
FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO														

## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2023 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES - RPPS							
	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					
RECEITAS CORRENTES (I)	232.282.700,00	442.029.796,42					
Receita de Contribuições dos Segurados	59.745.000,00	26.992.654,26					
Ativo	59.645.000,00	26.944.383,55					
Inativo	3.000,00	13.351,87					
Pensionista	97.000,00	34.918,84					
Receita de Contribuições Patronais	125.326.000,00	38.789.698,66					
Ativo	125.326.000,00	38.789.698,66					
Inativo	0,00	0,00					
Pensionista	0,00	0,00					
Receita Patrimonial	47.211.700,00	376.247.012,54					
Receitas Imobiliárias	41.700,00	50.949,00					
Receitas de Valores Mobiliários	47.170.000,00	376.196.063,54					
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00					
Outras Receitas Correntes	0,00	430,96					
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	430,96					
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS $\left( \mathrm{II} \right)^1$	0,00	0,00					
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00					
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00					
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	232.282.700,00	442.029.796,42					

Continua (1/6)

					Continuação
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Beneficios	5.338.000,00	2.536.943,29	2.536.943,29	2.449.288,62	0,00
Aposentadorias	1.490.000,00	887.347,19	887.347,19	849.808,92	0,00
Pensões por Morte	3.848.000,00	1.649.596,10	1.649.596,10	1.599.479,70	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.338.000,00	2.536.943,29	2.536.943,29	2.449.288,62	0,00
RESULTADO PREVIDENCIARIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = $(IV - V)^2$	226.944.700,00	439.492.853,13	439.492.853,13	439.580.507,80	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁ	RIA	
VALOR					0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁ	RIA	
VALOR					226.944.700,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADO	S	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar					0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores					0,00
Predefinidos					·
Outros Aportes para o RPPS					0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM			SALDO ATUAL		

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.220.059,90
Investimentos e Aplicações	4.266.617.675,45
Outros Bens e Direitos	145.420.934,63
	Continue (2/6)

Continua (2/6) Continuação

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre				
	(a)	(b)				
RECEITAS CORRENTES (VII)	1.223.350.000,00	578.674.212,90				
Receita de Contribuições dos Segurados	404.822.000,00	180.625.907,19				
Ativo	347.100.000,00	159.241.058,80				
Inativo	49.240.000,00	19.172.916,47				
Pensionista	8.482.000,00	2.211.931,92				
Receita de Contribuições Patronais	687.450.000,00	384.352.021,44				
Ativo	687.450.000,00	384.352.021,44				
Inativo	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00				
Receita Patrimonial	1.000.000,00	2.026.891,19				
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00				
Receitas de Valores Mobiliários	1.000.000,00	2.026.891,19				
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00				
Receita de Serviços	0,00	0,00				
Outras Receitas Correntes	130.078.000,00	11.669.393,08				

Compensação Financeira entre os regimes	130.000.000,00				11.505.192,69
Demais Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	78.000,00 0,00				164.200,39 0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00				0,00
Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital	0,00 0,00				0,00 0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX)	1.223.350.000,00				578.674.212,90
= (VII + VIII)	1.223.350.000,00				576.674.212,90
	~ _				INSCRITAS EM RESTOS A
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	PAGAR NÃO PROCESSADOS
REPARTIÇÃO)	(c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre	Até o Bimestre (f)	
		(,,	(e)	(,	(g)
Benefícios	1.185.766.472,00	696.142.333,95		625.115.951,77	0,00
Aposentadorias Pensões por Morte	1.001.918.279,00 183.848.193,00	630.838.656,45 65.303.677,50	630.838.656,45 65.303.677,50	566.533.989,49 58.581.962,28	0,00 0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.846.866,00			87.869,28	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	100.000,00	12.000,00	7.329,60	7.329,60	0,00
Demais Despesas Previdenciárias  TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	3.746.866,00 1.189.613.338,00	80.539,68 <b>696.234.873,63</b>	80.539,68 <b>696.230.203,23</b>	80.539,68 <b>625.203.821,05</b>	0,00
RESULTADO PREVIDENCIARIO - FUNDO EM	· .		,	r	•
REPARTIÇÃO (XI) = $(IX - X)^2$	33.736.662,00	-117.560.660,73	-117.555.990,33	-46.529.608,15	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			APORTES REALIZADO	s	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					1.210.111,00
Recursos para Formação de Reserva					0,00 Continua (3/6)
					Continua (3/6) Continuação
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa					15.909.055,51
Investimentos e Aplicações					0,00 378.054.954,69
Outros Bens e Direitos					378.054.954,09
ADMINIS	TRAÇÃO DO REGIME PR	ÓPRIO DE PREVIDÊNC	IA DOS SERVIDORES - RP	PS	
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA			REALIZADAS Bimestre	
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RFFS	(a)			(b)	
Receitas Correntes	35.836.662,00				8.950.164,24
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	35.836.662,00				8.950.164,24
					INSCRITAS EM RESTOS A
	DOTAÇÃO	DESPESAS		DESPESAS	PAGAR NÃO
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	ATUALIZADA (c)	EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	PAGAS Até o Bimestre (f)	PROCESSADOS No Exercício
	(6)	Ate o billiestre (u)	(e)	Ate o billiestre (i)	(g)
Despesas Correntes (XIII)	32.131.662,00	10.462.293,14	7.504.775,87	7.086.135,16	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.472.360,00 16.659.302,00	5.533.554,45 4.928.738,69	· ·	5.114.913,74 1.971.221,42	0,00 0,00
Demais Despesas Correntes Despesas de Capital (XIV)	3.705.000,00	62.044,99	0,00	1.971.221,42	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV)	35.836.662,00		•	7.086.135,16	
= (XIII + XIV)	,	,	,	,	,
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = $(XII - XV)^2$	0,00	-1.574.173,89	1.445.388,37	1.864.029,08	
DENCE DIREITOR ADMINISTRAÇÃO DO DORO		•	SALDO ATUAL		
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS			SALDO ATUAL		4 404 074 07
Caixa e Equivalentes de Caixa			SALDO ATUAL		4.121.274,87 0,00
			SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações	BENEFÍCIOS PREVIDI	ENCIÁRIOS MANTIDOS			0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações	PREVISÃO	ENCIÁRIOS MANTIDOS	PELO TESOURO RECEITAS	REALIZADAS	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos		ENCIÁRIOS MANTIDOS	PELO TESOURO RECEITAS Até o	REALIZADAS Bimestre (b)	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores	PREVISAO ATUALIZADA (a)	ENCIÁRIOS MANTIDOS	PELO TESOURO RECEITAS Até o	Bimestre	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias	PREVISAO ATUALIZADA (a) 0,00 0,00		PELO TESOURO RECEITAS Até o	Bimestre	0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores	PREVISAO ATUALIZADA (a)		PELO TESOURO RECEITAS Até o	Bimestre	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO	PREVISAO ATUALIZADA (a) 0,00 0,00		PELO TESOURO RECEITAS Até o	Bimestre	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6)
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO	PREVISAO ATUALIZADA (a) 0,00 0,00		PELO TESOURO RECEITAS Até o	Bimestre	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6)
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	PREVISAO ATUALIZADA (a) 0,00 0,00		PELO TESOURO RECEITAS Até o	Bimestre	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6)
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFICIOS MANTIDOS PELO	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	PELO TESOURO  RECEITAS  Até o  DESPESAS LIQUIDADAS	Bimestre (b)  DESPESAS PAGAS	0,00 0,00  0,00  0,00  0,00  Continua (4/6) Continuação  INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	PELO TESOURO  RECEITAS  Até o  DESPESAS LIQUIDADAS	Bimestre (b)	0,00 0,00  0,00  0,00  Continua (4/6) Continuação  INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	PELO TESOURO  RECEITAS  Até o  DESPESAS LIQUIDADAS	Bimestre (b)  DESPESAS PAGAS	0,00 0,00  0,00  0,00  0,00  Continua (4/6) Continuação  INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  0,00 168.756,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	PELO TESOURO  RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)  0,00 77.116,08	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  0,00 77.116,08	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  0,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	PELO TESOURO  RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	0,00 0,00  0,00  0,00  Continuação  INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO Exercício (g)  0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias  TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  0,00 168.756,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 0,00	PELO TESOURO  RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)  0,00 77.116,08	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  0,00 77.116,08	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  0,00 168.756,00 0,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80	PELO TESOURO RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)  0.00 77.116,08	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  0,00 77.116,08 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII)	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00  -168.756,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 -77.116,80	PELO TESOURO RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)  0.00 77.116,08 -77.116,08	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  0,00 77.116,08 -77.116,08	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6) Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00  168.756,00  -168.756,00  ADAS ÀS PENSÕES E AC	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 -77.116,80	PELO TESOURO  RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  0,00 77.116,08 -77.116,08 O SOCIAL DOS MILITAF	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6) Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII)  RESULTADO TOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVIII - XVIII) <sup>2</sup>	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00  168.756,00  -168.756,00  ADAS ÀS PENSÕES E AC	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 -77.116,80	PELO TESOURO  RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)  0.00 77.116,08 0.00 77.116,08 -77.116,08 S (SISTEMA DE PROTEÇÃ	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  0,00 77.116,08 -77.116,08  O SOCIAL DOS MILITAF	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6) Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII)	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00  168.756,00  -168.756,00  ADAS ÀS PENSÕES E AC	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 -77.116,80	PELO TESOURO RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  0,00 77.116,08 -77.116,08 O SOCIAL DOS MILITAF	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6) Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII)  RESULTADO TOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) <sup>2</sup>	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00  168.756,00  -168.756,00  ADAS ÀS PENSÕES E AC  PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 -77.116,80	PELO TESOURO RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  77.116,08  -77.116,08  O SOCIAL DOS MILITAF REALIZADAS Bimestre	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6) Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII)  RECEITAS E DESPESAS ASSOCIA  RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES  Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos Contribuição sobre a remuneração dos militares inativos	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00 0,00  168.756,00  -168.756,00  ADAS ÀS PENSÕES E AG  PREVISÃO ATUALIZADA (a)  53.200.000,00 44.990.000,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 -77.116,80	PELO TESOURO RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  77.116,08  -77.116,08  O SOCIAL DOS MILITAF REALIZADAS Bimestre	0,00 0,00  0,00  0,00  Continua (4/6) Continuação  INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIXI) = (XVII - XVIII) <sup>2</sup> RECEITAS E DESPESAS ASSOCIA  RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES  Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos Contribuição sobre a remuneração dos pensionistas	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00  168.756,00  -168.756,00  ADAS ÀS PENSÕES E AC PREVISÃO ATUALIZADA (a)  53.200.000,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) 0,00 77.116,80 -77.116,80	PELO TESOURO RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  77.116,08  -77.116,08  O SOCIAL DOS MILITAF REALIZADAS Bimestre	0,00 0,00  0,00  0,00  Continua (4/6) Continuação  INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 RES)
Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Contribuições dos Servidores Demais Receitas Previdenciárias TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)  Aposentadorias Pensões Outras Despesas Previdenciárias TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)  RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XVIII)  RECEITAS E DESPESAS ASSOCIA  RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES  Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos Contribuição sobre a remuneração dos militares inativos	PREVISAO ATUALIZADA (a)  0,00 0,00  0,00  0,00  DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)  168.756,00  168.756,00  -168.756,00  ADAS ÀS PENSÕES E AC  PREVISÃO ATUALIZADA (a)  53.200.000,00 44.990.000,00 5.215.000,00	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)  77.116,80  77.116,80  -77.116,80	PELO TESOURO RECEITAS Até o  DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)  77.116,08  -77.116,08  O SOCIAL DOS MILITAF REALIZADAS Bimestre	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Continua (4/6) Continuação INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 RES)

DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES			DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)		
Inatividade	78.487.939,00	143.036.859,35	143.036.859,35	128.912.423,39	0,00
Pensões	21.732.008,00	12.788.882,33	12.788.882,33	11.692.806,53	0,00
Outras Despesas Correntes	587.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES (XXI)	100.807.047,00	155.825.741,68	155.825.741,68	140.605.229,92	0,00
RESULTADO ASSOCIADO AS PENSOES E AOS INATIVOS MILITARES (XXII) = $(XX - XXI)^2$	2.597.953,00	-47.987.126,08	-47.987.126,08	-32.766.614,32	

FONTE: SIAFE-TO, 19/07/2023

#### Notas Explicativas:

- 1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do
- 2 O resultado previdenciário é a diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, as despesas liquidadas e as despesas pagas
- 3 Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais MDF 13º Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins.
- 4 A taxa de administração do RPPS-TO é de 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativo ao exercício anterior, conforme o artigo 69 da Lei nº 1.837 de 11/10/2007. O Plano Financeiro custeia as despesas administrativas, de acordo com o parágrafo 1º, artigo 17-A, da Lei nº 3.172 de 28/12/2016.

Continua (5/6)

R\$ 1,00

- 5 No Quadro Despesas da Administração RPPS, linha das Despesas Correntes foram considerados os gastos empenhados, liquidados e pagos referente à fonte 802 (Recursos Vinculados ao RPPS Taxa de Administração,
- porém houve despesas empenhadas e liquidadas de R\$ 623.617,20 e despesas pagas de R\$ 598.876,25, na fonte 500 (recursos não vinculados de impostos), referente a auxilio-funeral.
  6 No quadro do Plano Financeiro, em Receitas Previdenciárias, na linha Receita de Contribuições Patronais Civil Ativo, estão incluídas as receitas do Parcelamento Patronal Servidor Civil Ativo (principal e multas e juros referentes aos atuais termos vigentes: Termo de acordo e confissão de Débitos Previdenciários Acordo CADPREV Nº 00981/2022 junto ao Fundo Financeiro e Acordo CADPREV Nº 00982/2022 junto ao Fundo Previdenciário, em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 13ª Edição, segue detalhamento abaixo:

	PLANU FINANCEIRU							
	PARCELAMENTOS							
	7215511100 - PRINCIPAL	7215511200 - MULTAS E JUROS	TOTAL					
FEV	17.295.750,03	776.378,08	18.072.128,11					
MAR	50.489.821,39	3.023.724,54	53.513.545,93					
ABR	17.016.264,29	1.236.947,08	18.253.211,37					
MAI	17.016.264,29		18.458.011,84					
JUN	50.489.821,39	4.678.242,42	55.168.063,81					
η ΤΑΙ	152 307 921 39	11 157 039 67	163 464 961 06					

- TOTAL 152:307.921.39 11.157.039.67 163.464.961.06
  7 No Quadro Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos pelo Tesouro), os valores foram extraídos das Unidades Gestoras: 090300 Polícia Militar do Estado do Tocantins e 344300 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, (31900305 - Pensões Especiais - Pessoal Civil, fonte 500 - recursos não vinculados de impostos).
- 8 No Quadro Despesas com Inativos e Pensionistas Militares, foram consideradas as fontes (800, 801 e 803). Na Unidade Gestora 248500 Fundo de Proteção Social dos Militares houve aportes para cobertura de insuficiências financeiras, do Tesouro Estadual (fonte 500 - recursos não vinculados de impostos), no montante de R\$ 111.749.089,06, foram empenhados e liquidados R\$ 92.991.287,98 e pagos R\$ 92.989.838,48.
- 9 No quadro Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS, na linha Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras, a UG 030100 -Tribunal de Contas, transferiu o montante de R\$ 1.210.111,00, (fonte 500 recursos não vinculados de impostos), foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 838.616,52.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEQUIDADE SOCIAL JANÉIRO A JUNHO 2023 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

ACIMA DA LINHA

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

	PREVISÃO	Até o Bimestre / 2023
RECEITAS PRIMÁRIAS	ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	11.091.347.787,00	6.396.631.829,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.570.237.567,00	1.941.210.789,90
ICMS	2.517.100.668,00	1.351.605.140,95
IPVA	135.642.942,00	74.230.534,91
ITCD	43.449.478,00	32.919.345,63
IRRF	605.047.216,00	338.759.231,08
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	268.997.263,00	143.696.537,33
Contribuições	543.456.562,00	243.206.997,24
Receita Patrimonial	378.042.481,00	253.136.462,03
Aplicações Financeiras (II)	347.692.830,00	212.228.134,51
Outras Receitas Patrimoniais	30.349.651,00	40.908.327,52
Transferências Correntes	6.331.374.963,00	3.748.372.806,06
Cota-Parte do FPE	4.425.275.266,00	2.841.784.540,80
Transferências da LC 61/1989	7.972.006,00	3.268.795,32
Transferências do FUNDEB	1.230.975.103,00	634.069.986,12
Outras Transferências Correntes	667.152.588,00	269.249.483,82
Demais Receitas Correntes	268.236.214,00	210.704.774,30
Outras Receitas Financeiras (III)	129.940,00	133.444.00
Receitas Correntes Restantes	268.106.274,00	210.571.330.30
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	10.743.525.017,00	6.184.270.251,02
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	1.442.699.362.00	699.709.784,45
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	48.770.000,00	378.690.060.22
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	500.248.674,00	367.922.284,91
Operações de Crédito (VIII)	301.118.401,00	305.085.360,20
Amortização de Empréstimos (IX)	3.595.945,00	1.451.143,92
Alienação de Bens	28.052.225,00	28.634.751,86
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	28.052.225,00	28.634.751,86
Transferências de Capital	167.482.103,00	32.750.531,62
Convênios	93.877.103,00	6.982.479,85
Outras Transferências de Capital	73.605.000,00	25.768.051,77
Outras Receitas de Capital	0,00	497.31
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	497,31
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX	·	
+ X + XI + XII)]	195.534.328,00	61.385.780,79
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	12.381.758.707,00	6.945.365.816,26
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	10.939.059.345,00	6.245.656.031,81

				Até o Bimestr	e / 2023		Continuaçã
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	Pagas (a)	PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	10.569.285.575,77	5.794.246.841,46	5.224.440.160,59	5.024.065.778,20	109.538.147,38	153.868.434,98	152.402.975,
Pessoal e Encargos Sociais	6.576.557.203,00	3.371.146.512,78	3.369.152.868,29	3.241.454.405,29	26.923.902,74	736.375,82	732.206
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	182.435.598,18	141.758.961,30	141.180.430,08	141.176.263,88	0,00	0,00	0,
Outras Despesas Correntes	3.810.292.774,59	2.281.341.367,38	1.714.106.862,22	1.641.435.109,03	82.614.244,64	153.132.059,16	151.670.769,
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Demais Despesas Correntes	3.810.292.774,59	2.281.341.367,38	1.714.106.862,22	1.641.435.109,03	82.614.244,64	153.132.059,16	151.670.769,0
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	10.386.849.977,59	5.652.487.880,16	5.083.259.730,51	4.882.889.514,32	109.538.147,38	153.868.434,98	152.402.975,
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	1.260.819.662,00	809.838.865,62	806.876.677,95	728.485.128,97	0,00	564.802,83	564.802,
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	1.625.027.568,82	758.079.122,91	453.540.971,80	437.550.217,37	42.752.376,63	244.915.043,80	235.453.877,0
Investimentos	1.315.211.117,00	503.656.026,71	202.680.467,60	186.696.444,14	42.752.376,63	235.915.043,80	226.453.877,0
Inversões Financeiras	7.674.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00	9.000.000,0
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	818.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00	9.000.000,0
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)  Demais Inversões Financeiras	0,00 6.856.400.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida (XXVII) DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII -	302.141.981,82	254.423.096,20	250.860.504,20	250.853.773,23	0,00	0,00	0,0
(XXIV + XXV + XXVII + XXVII)]	1.322.067.517,00	503.656.026,71	202.680.467,60	186.696.444,14	42.752.376,63	235.915.043,80	226.453.877,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	180.588.244,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	3.705.000,00	62.044,99	0,00		0,00	40.657,00	40.657,0
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	13.154.030.400,59	6.966.044.817,48	6.092.816.876,06	5.798.071.087,43	152.290.524,01	390.388.938,61	379.462.312,0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	11.889.505.738,59	6.156.143.906,87	5.285.940.198,11	5.069.585.958,46	152.290.524,01	389.783.478,78	378.856.852,2
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa							615.541.892,7
+XXXIIb + XXXIIc)] RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa							644.922.697,
+XXXIIIb + XXXIIIc)]							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO			VAL	OR CORRENTE			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							127.690.552,0
			Até o	o Bimestre / 2023			
JUROS NOMINAIS							
			VAL	OR INCORRIDO			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)			VAL				239.990.695,5
			VAL				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI			VAL				161.892.432,4
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI			VAL				161.892.432,4 723.020.960,2
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI		ARAIYA DA I INIJA	VAL				161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)	,	ABAIXO DA LINHA	VAL				161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI		ABAIXO DA LINHA Em 31/Dez/2022 (a)	VAL	OR INCORRIDO	Até o Birnest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL			VAL 3.793.773.563,13	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	723.020.960,2  Continua (2/ Continuaçã
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVIII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVIIXXXXVIII)				OR INCORRIDO	Até o Birnest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/- Continuaçã 3.758.797.193,3
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)			3.793.773.563,13	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/- Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,7
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVIII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3.645.297.272,7 3.453.254.723,6
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVIII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVIII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4  723.020.960,2  Continua (2/ Continuaçã  3.758.797.193,3 3.645.297.272,3 3.453.254.723,8 3.700.669.262,
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,3 3.700.669.262,9 95.456.368,4 151.958.170,7
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3.645.297.272,3.453.254.723,3.700.665.368,151.958.170,192.042.549,2
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVII XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta  (-) Restos a Pagar Processados (XLI)  (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	3.758.797.193, 3.645.297.272, 3.453.254.723, 3.708.69.262, 151.958.170, 192.042.549, 113.499.920,
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVII XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta  (-) Restos a Pagar Processados (XLI)  (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	3.758.797.193, 3.645.297.272, 3.453.254.723, 3.708.69.262, 151.958.170, 192.042.549, 113.499.920,
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	239.990.695,5 161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/- Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,7 3.453.254.723,5 3.700.669.262,1 95.456.368,4 151.958.170,1 192.042.549,2 113.499.920,5
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVIII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,4 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3.645.297.272,7 3.453.254.723,6 3.700.669.262,95.456.368,4 151.958.170,1 192.042.549,1 113.499.920,5
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIIb)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	OR INCORRIDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	3.758.797.193, 3.645.297.272, 3.453.254.723, 3.70.669.262, 95.456.368, 151.958.170, 192.042.549, 113.499.920,
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3.645.297.272,7 3.453.254.723,4 3.700.669.262,95.456.368,4 151.958.170,1 192.042.549,1 113.499.920,5 806.152.939,6
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL.)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta  (-) Restos a Pagar Processados (XLI)  (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL.)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)  RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,3 4.53.254.723,6 151.958.170,192.042.549,2 113.499.920,5 806.152.939,6
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVIII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVIII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta  (-) Restos a Pagar Processados (XLI)  (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)  RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)  VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,3 3.700.669.262,95.456.368,151.958.170,192.042.549,2 113.499.920,6 806.152.939,6
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVIII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVIII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta  (-) Restos a Pagar Processados (XLI)  (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)  RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)  VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,3 3.700.669.262,95.456.368,151.958.170,192.042.549,2 113.499.920,6 806.152.939,6
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVIII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVIII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta  (-) Restos a Pagar Processados (XLI)  (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)  RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)  VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,1 Continua (2) Continua (2) Continua (3) 3.758.797.193,3 3.645.297.272,3 4.63.254.723,3 7.00.669.262,9 5.456.368,151.958.170,192.042.549,113.499.920,1 806.152.939,1 -113.289.413,4 -139.307.484,3
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVIIXXXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa  Disponibilidade de Caixa Bruta  (-) Restos a Pagar Processados (XLI)  (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)  RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)  VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4 723.020.960,2 Continua (2/ Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,3 3.700.669.262,95.456.368,4 151.958.170,192.042.549,2 113.499.920,5 -113.289.413,0 -113.289.413,0 -113.289.413,0 -113.289.413,0 -110.08.890,4
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432.4 723.020.960,2 Continua (2/- Continuaçã 3.758.797.193,3 3.645.297.272,7 3.453.254,723,6 3.700.669.262,1 151.958.170,1 192.042.549,2 113.499.920,5
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI XXXVII)  CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL  DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)  DEDUÇÕES (XL)  Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XLI) (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  Demais Haveres Financeiros DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)  META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercicio de referência  AJUSTE METODOLÓGICO  VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)  RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)  VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)  VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)			3.793.773.563,13 2.874.120.703,05 2.712.884.720,43 3.013.301.467,92 234.763.852,67 65.652.894,82 161.235.982,62 919.652.860,08	SALDO	Até o Bimest	re 2023 (b)	161.892.432,4 723.020.960,; Continua (2/ Continuaci 3.758.797.193,; 3.645.297.272,; 3.453.254.723,; 3.700.669.262, 95.456.368, 151.958.170, 192.042.549,; 113.499.920,; 806.152.939,; -113.289.413,1 -139.307.484,2 0,6 111.373.428,4 0,6 21.008.890,4 -76.206.814,0

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO em 21/07/2023

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

783.304.927,59

783.304.927,59

226.944.700,00

0,00

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais

<sup>.</sup> Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 13ª Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins.

<sup>2.</sup> Nas Demais Receitas Correntes foram considerados as Receitas de Serviços.

<sup>3.</sup> No montante da Dívida Consolidada item XXXIX, consta os passivos reconhecidos por insuficiência orçamentária-financeira, conforme lista abaixo:

Passivo Patrimonial	jun/23
211110101 - Salários, Remunerações e Benefícios	69.979.028,71
211110102 - Décimo Terceiro Salário	2.456.613,85
211110103 - Férias	1.173.094,09
211210101 - Beneficios Previdenciários	14.585.042,39
211310101 - Beneficios Assistenciais a Pagar	6.428,74
211420101 - Contribuição Patronal ao RPPS	654.055,57
211429901 - Plansaude	948.276,52
211430101 - Contribuições ao RGPS sobre Salários e Remunerações	1.480.902,25
211430103 - Contribuições ao RGPS - Serviços de Terceiros ou Contribuintes Avulsos	9.193,68
211430301 - Contribuição a Regime Próprio De Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	1.647,23
211440301 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	120.745,23
211450301 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	51.471,22
213110101 - Fornecedores não Parcelados a Pagar	147.245.805,80
213110301 - Contas não Parceladas a Pagar	70.785,55
213111001 - Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	22.793.257,10
218910101 - Indenizações a Servidores	40.453,22
218910102 - Indenizações e Restituições Diversas	99.929,58
218910201 - Diarias a Pagar	185.361,18
Total PASSIVOS P	261.902.091,91

Continua (3/4) Continuação

4. No quadro Ajuste Metodológico no item XLVI - Variação Cambial, a metodologia utilizada foi:

Variação Patrimonial	Valor
(-) 343210200 - Variações Cambiais de Dívida Contratual Externa	56.919.496,65
(+) 443919902 - Outras Variações Cambiais Externas	168.292.925,17
Saldo	111.373.428,52

5. No Quadro Ajuste Metodológico na linha Variação do Saldo das Demais Obrigações Integrantes da DC (XLVIII), refere-se à differença entre o valor do Passivo P do mês de abril de 2023 - R\$ 240.893.201,42 e o valor do mês de junho de 2023 - R\$ 261.902.091,91.

6. Detalhamento Outros Ajustes XLIX, as contas informadas nas classificações abaixo na sequência 113819... correspondem a pagamentos pendentes de regularizações.

OUTROS AJUSTES	Valor
113819905 - Pessoal e Encargos Sociais	345.928,92
113819906 - Fornecedores e Contas a Pagar	41.645.373,46
113819907 - PASEP - Cota Parte Compensações Financeiras	16.379,75
113819908 - Regularizações	4.176,81
113819909 - Outros Devedores a Receber	13.641.429,66
Demais ajustes	-131.860.102,62
TOTAL	-76.206.814,02

4/4

## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO DO TOCAMTINS RELATORIO RESUMBIO DA EXECUÇÃO OCROMENTÁRIA DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGUIRIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2023/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Emitido em: 19/07/23 10:14 R\$ 1,00

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos			Insc	ritos					Saldo Total		
PODER/ÓRGÃO	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31/12/2022 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e≡(a+b)-(c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31/12/2022 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)	L=(e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	81.139.312,30	153.624.540,37	151.993.339,17	3.648.913,57	79.121.599,93	185.739.079,85	627.057.760,96	399.225.739,17	388.299.112,61	47.356.967,03	377.140.761,17	456.262.361
EXECUTIVO	81.076.110.91	152.401.034,61	150.792.964,02	3.647.307,42	79.036.874.08	177.560.433,21	557.869.425,24	368.996.356.74	358.460.303,08	37.440.830.06	339.528.725,31	418.565.599
LEGISLATIVO	0,00	615.133,36	587.024,01	0,00	28.109,35	2.627.344,76	6.669.745,52	1.282.111,81	1.017.231,14	2.299.349,86	5.980.509,28	6.008.618
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS	0.00	436.513.18	408.403.83	0.00	28.109.35	0.00	6.920.35	6.920.35	6.920.35	0.00	0.00	28.10
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS	0.00	36.265,03	36.265.03	0.00	0.00	2.607.200.46	6.220.616.47	1.132.537.86	867.657.19	1.979.650.46	5.980.509.28	5.980.50
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES INCULADAS	0,00	142.355,15	142.355,15	0,00	0,00	20.144,30	442.208,70	142.653,60	142.653,60	319.699,40	0,00	
JUDICIARIO	63.201.39	534.155.70	539.191.26	1.606.15	56,559,68	3.990.574.83	35.441.277.89	17.881.232.67	17.756.799.84	6.299.697.07	15.375.355.81	15.431.91
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO TOCANTINS	0.00	2.262,39	2.262,39	0.00	0.00	1.948.441.05	6.047.426,81	3.290.298.14	3.180.960.51	2.081.972,10	2.732.935.25	2.732.93
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES INCULADAS	63.201,39	531.893,31	536.928,87	1.606,15	56.559,68	2.042.133,78	29.393.851,08	14.590.934,53	14.575.839,33	4.217.724,97	12.642.420,56	12.698.98
MINISTERIO PUBLICO	0,00	74.216,70	74.159,88	0,00	56,82	1.557.846,83	22.250.527,30	8.077.259,65	8.076.212,02	946.484,62	14.785.677,49	14.785.73
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS	0,00	31.685,70	31.628,88	0,00	56,82	1.557.846,83	22.219.124,14	8.045.856,49	8.044.808,86	946.484,62	14.785.677,49	14.785.73
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES INCULADAS	0,00	42.531,00	42.531,00	0,00	0,00	0,00	31.403,16	31.403,16	31.403,16	0,00	0,00	
DEFENSORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.880,22	4.826.785,01	2.988.778,30	2.988.566,53	370.605,42	1.470.493,28	1.470.49
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.880,22	4.560.285,54	2.788.938,87	2.788.727,10	370.373,94	1.404.064,72	1.404.06
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES NCULADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266.499,47	199.839,43	199.839,43	231,48	66.428,56	66.42
ESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	4.379.670,28	1.325.656,48	297.184,84	0,00	5.408.141,92	2.353.785,00	163.199,44	163.199,44	163.199,44	0,00	2.353.785,00	7.761.92
OTAL (III) = (I + II)	85.518.982,58	154.950.196,85	152.290.524,01	3.648.913,57	84.529.741,85	188.092.864,85	627.220.960,40	399.388.938,61	388.462.312,05	47.356.967,03	379.494.546,17	464.024.28
		RESTOS A	PAGAR PROCESSA	ADOS				RESTOS A PAGAR N	ÃO PROCESSADOS			
PODER/ÓRGÃO	Inscr	itos				Insc	Inscritos				Saldo Total	
INTRA-ORÇAMENTÂRIAS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31/12/2022 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31/12/2022 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)	L=(e+k)
ESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	4.379.670.28	1.325.656,48	297.184,84	0,00	5,408,141,92	2,353,785.00	163.199,44	163,199,44	163.199,44	0,00	2.353.785,00	7.761.92
EXECUTIVO	4.379.670.28	1.183.764.48	155.292.84	0,00	5.408.141.92	2.353.785.00	163.199,44	163.199.44	163.199.44	0.00	2.353.785.00	7.761.92
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES NCULADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUDICIARIO	0,00	85,24	85,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO TOCANTINS	0.00	85.24	85.24	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO TOCANTINO - ENTIDADES	0,00	0,00	0.00	0.00	0,00	0.00	0,00	0,00	0.00	0.00	0,00	
NCULADAS	-,	-,	-,	-,	-,	-,	5,55	-,	0,000	-,	-,	
MINISTERIO PUBLICO	0,00	141.806,76	141.806,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS	0,00	141.806,76	141.806,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEFENSORIA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES	0,00	0.00	0.00	0.00	0,00	0.00	0.00	0,00	0.00	0.00	0.00	

## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E GESPESAS, COM MANITENÇÃO E DESERVOLVIMIENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGUIRODE SOCIAL JAMENO A JUNHO DE 2023 JEMIESTIRE MANO - JUNHO

	JANEIRO A JUNHO DE 2023 / BIMESTRE MAIO - JUNHO					
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.170.318.060.00	2.812.591.917.13				
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal	0.170.010.000,00	2.012.01.011,10				
e de Comunicação - ICMS	4.171.851.643.00	2.247.107.120.33				
1.1.1- ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	4.101.903.239,00	2.230.402.785,50				
1.1.2- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	69.948.404,00	16.704.334,83				
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCD	54.311.848,00	41.149.182,06				
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	339.107.353,00	185.576.383,66				
1.4- Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	605.047.216,00	338.759.231,08				
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.544.880.758,00	3.557.678.669,51				
2.1- Cota-Parte FPE	5.531.594.082,00	3.552.230.675,97				
2.2- Cota-Parte IPI-Exportação	13.286.676,00	5.447.992,04				
2.3- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	1,50				
2.4- Outras transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00 958 680 923 00	0,00				
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS		651.750.760,86				
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 1.1.1) <sup>3</sup>	820.380.647,00	557.600.580,80				
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 50% de 1.3) <sup>1</sup>	135.642.941,00	92.788.182,14				
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (equivalente a 25% de 2.2) <sup>1</sup>	2.657.335,00	1.361.997,92				
4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)	9.756.517.895,00	5.718.519.825,78				
5- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3)) 1	1.830.294.135,80	1.075.952.235,59				
6- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2)						
+ (2.1) + (2.2 - 3.3)) + 25% DE (1.4 + 2.3 + 2.4)	608.835.337,95	353.677.837,81				

	FUNDEB	
	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	ATUALIZADA	Até o Bimestre
	(a)	(b)
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	1.230.975.103,00	644.702.5
7.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.230.975.103,00	641.068.5
7.1.1- Principal	1.230.975.103,00	630.490.0
7.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	10.575.
7.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	3.3
.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	
7.2.1- Principal	0,00	
7.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	
7.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	
.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	
7.3.1- Principal	0,00	
7.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	
7.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	
.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	3.633.5
7.4.1- Principal	0,00	3.579.5
7.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	54.1
7.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0.00	

8- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (7.1.1 – 5)			-599.319.032.80		-445.462.170.26
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)			VALOR		30 RR RA 33
9-TOTAL DOS RECUES DOS DE SUPERAVIT 91-SUPERAVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS 92-SUPERAVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS					14.022.720,12 25.846.084,21
10-TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (7 + 9)		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	684.571.310,51
DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  (a)
11- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB 11.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.244.326.731,00 844.309.537,00	586.261.114,44 444.411.148,18	541.956.934,67 444.411.148,18	525.447.919,71 429.904.878,45	0,00 0,00
11.1.1 - Ensino Fundamental 11.1.2 - Ensino Médio 11.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	423.891.253,00 338.220.815,51 39.318.152,48	176.392.990,46 22.455.462,77	176.392.990,46 22.455.462,77	213.917.427,84 170.683.320,65 21.670.675,78	0,00
11.1.4- Educação Especial 11.1.5- Administração Geral 11.2- OUTRAS DESPESAS	42.879.316,01 0,00 400.017.194,00	0,00	0,00	23.633.454,18 0,00 95.543.041,26	0,00
11.2.1- Ensino Fundamental 11.2.2- Ensino Médio	204.688.323,15 163.323.526,17	77.476.771,77 61.819.609,57	52.983.014,00 42.275.687,06	51.973.552,98 41.470.242,13	0,00 0,00
11.2.3- Educação de Jovens e Adultos 11.2.4- Educação Especial 11.2.5- Administração Geral	1.152.958,86 1.257.385,82 29.595.000,00	1.180.692,73	1.082.635,20 1.180.692,73 23.757,50	992.784,58 1.082.704,07 23.757,50	0,00 266.499,49
11.2.6- Transporte (Escolar) 11.2.7- Outras	0,00 0,00		0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
	INDICADORES DO F	UNDER			Continuação
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA) DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO 5 = 9
12- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	(d) 572.909.489,44	(e) 528.605.306,67	(f) 512.096.291,71	(g) 0,00	(h) (i) 0,00 0,00
12.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 12.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	572.909.489,44	528.605.306,67	512.096.291,71	0,00	
12.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT  12.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR					
13- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM	440.429.778,18	440.429.778,18	425.923.508,45	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL  INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3° - Constituição Federal	0,00 VALOR EXIGIDO	0,00	0,00 VALOR APLICADO	0,00 VALOR CONSIDERADO APÓS	0,00 % APLICADO <sup>10</sup>
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	(i)	448 748 005 23	(k) 440.429.778,18	DEDUÇÕES (I) 440.429.778,18	(m) 68,70
16- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital		0,00	0,00 VALOR NÃO APLICADO APÓS	0,00 VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	AJUSTE (p)	MÁXIMO PERMITIDO  (q)	% NÃO APLICADO (r)
17- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	64.470.250,62	116.097.199,51	116.097.199,51	51.626.948,89	18,01  VALOR APLICADO ATÉ O
INDICADOR - Art.25, § 3° - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCICIO QUE INTEGRARÁ O LIMITE
	(s) 122.347.335.22	(t) 14.022.720,12	(u) 13.351.628.00	(v) 0,00	(w) (x)
<ol> <li>Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB</li> <li>18.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos</li> </ol>	122.347.335,22	14.022.720,12	13.351.628,00	0,00	
18.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)  DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENU	0,00		0,00	0,00	0,00 0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Po	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Subfunção)  19- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	(c) 621.249.582,00	Até o Bimestre (d) 357.146.480,63	Até o Bimestre (e) 316.110.204,45	Até o Bimestre (f) 288.963.470,82	(q)
19.1- EDUCAÇÃO INFANTIL 19.2- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00 190.131.446,91	0,00 138.533.517,81	0,00 129.326.490,07	0,00 115.346.209,99	0,00 0,00
19.3- ENSINO MÉDIO 19.4- ENSINO SUPERIOR 19.5- ENSINO PROFISSIONAL	27.935.018,00 4.239.948,93	7.458.190,02 1.800.620,18	6.103.675,87 1.800.620,18	92.026.713,34 6.065.563,80 1.766.972,96	0,00
19.6-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 19.7-EDUCAÇÃO ESPECIAL 19.8-ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.490.197,21 10.359.392,84 227.396.143.00	8.376.798,23 9.144.019,00 81.305.319.34	8.376.798,23 9.144.019,00 58.177.005.24	8.220.265,50 8.973.149,63 56.564.595.60	0,00 0,00
19.9-TRANSPORTE (Escolar) 19.10-OUTRAS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIM		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) <sup>®</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  (q)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB 20.1-FOLICAÇÃO INFANTII	1.865.596.313,00	943.407.595,07	858.067.139,12	814.411.390,53 0.00	0,00
20.1-EDUCAÇAO INFANTIL 20.1.1- Creche 20.1.2- Pré-escola	00,0 00,0 00,0	0,00		0,00 0,00 0,00	0,00
20.2 ENSINO FUNDAMENTAL 20.3 ENSINO MÉDIO 20.4 ENSINO SUPERIOR	918.264.030,19 837.133.959,88 105.938.374,00	459.879.847,39 433.658.950,05 48.068.177,45	415.568.679,40 398.302.430,18 42.395.409,36	392.974.256,01 378.118.483,42 41.551.678,14	0,00 0,00 0,00
20.5- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	4.259.948,93	1.800.620,18	1.800.620,18	1.766.972,96	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA F  21-TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L19(d ou e)	INS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITU	CIONAL			VALOR 316.110.204,45
22- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDES = (L5) 23- (-) RECEITAS DO FUNDES NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = (L17q) 24- (+)VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÃ O LIMITE CONSTITUCIONAL = (L18.1(x))					1.075.952.235,59 51.626.948,89 13.351.628,00
25 () RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC 26 () CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITO SOM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSI 27-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((21 + 22 - 24) - (22 + 25 + 56)	CURSOS DE IMPOSTOS 4 OS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO I	ENSINO = (L29.1(af) + L29.2(af			0,00 1.374.145.87 1.352.412.973,28
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL <sup>2 a 5</sup>		VALOR	EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
28- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS			1.429.629.956,45	1.352.412.973,28	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE <sup>6</sup>	SALDO INICIAL	RP LIQUIDADOS	RP PAGOS	RP CANCELADOS	SALDO FINAL
29- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE 29.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	(ac) 395.714.149,81	(ad) 186.280.738,08	(ae) 239.936.095,66 193.574.705.31	(af) 1.374.145,87	(ag) = (ac) - (ae + af) 154.403.908,28
29.1 - Executadas com Recursos de Impostos e I ransferências de Impostos 29.2 - Executadas com Recursos do FUNDES - Impostos 29.3 - Executadas com Recursos do FUNDES - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	302.096.965,66 93.617.184,15 0,00	163.757.284,76 22.523.453,32 0,00	193.574.705,31 46.361.390,35 0,00	1.303.986,02 70.159,85 0,00	47.185.633,95 0.00
					Continua (2/3) Continuação
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	OUTRAS INFORM	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS R Até o Bi	
30- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		(a)	198.062.108,00	(b	40.301.679,26
30.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA) 30.1:1- Salário-Educação 30.1:2- PDDE			137.083.853,00 29.620.853,00 549.000,00		26.040.365,90 9.494.698,10 68.203,13
30.1.3- PNAE 30.1.4 - PNATE 30.1.5 - Outras Transferências do FNDE			19.474.000,00 0,00 87.440.000,00		9.291.276,64 379.184,40 6.807.003.63
30.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS 30.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			45.344.255,00 15.634.000,00		1.796.770,89 12.464.542,47
30.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO 30.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			0,00 0,00		0,00 0,00
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	ISCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Por Subfunção)  31- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	(c) 287.012.512,00	Até o Birnestre (d) 51.097.384,60	Até o Bimestre (e) 44.381.850,37	Até o Bimestre (f) 43.899.303,19	(g)
31.1 EDUCAÇÃO INFANTIL 31.2 - ENSINO PUBDAMENTAL 31.3 - ENSINO MÉDIO	0,00 103.597.600,64 82.662.019,36	0,00 5.270.523,72 4.205.426,88	0,00 3.712.663,46 2.962.387,72	0,00 3.697.681,20 2.950.433.15	0,00 0,00
31.4- ENSINO SUPERIOR 31.5- ENSINO PROFISSIONAL	4.810.000,00 14.119.153,00	805.109,96 466.234,66	705.109,96 464.414,18	705.109,96 464.413,78	0,00 0,00 0,00
31.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 31.7 - EDUCAÇÃO DE SPECIAL 31.8 - OUTRAS	1.120.000,00 0,00 80.703.739,00	0,00 0,00 40.350.089,38	0,00 0,00 36.537.275,05	0,00 0,00 36.081.665,10	0,00 0,00 0,00
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	05005010 01010	ISCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	(c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	(g)
32. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (11 + 19 + 31) 32.1- Despesas Correntes 32.1.1- Pessoal Alivo	2.152.588.825,00 1.885.051.084,01 1.209.402.310,00	994.504.979,67 930.621.455,99 679.446.726,02	902.448.989,49 891.710.475,65 679.446.726,02	858.310.693,72 849.913.910,31 657.231.858,02	0,00 0,00 0,00
32.1.2- Pessoal Inativo 32.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos 32.1.4 - Outras Despesas Correntes	0,00 67.148.610,01 608.500.164,00	0,00 34.591.078,20 216.583.651,77	0,00 34.556.995,20 177.706.754,43	0,00 34.401.049,20 158.281.003,09	0,00 0,00 0,00
32.2- Despesas de Capital 32.2.1 -Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	266.094.570,95 5.679.250,00	63.737.963,70 0,00 63.737.963,70	10.665.733,91 0,00 10.665.733.91	8.338.559,43 0,00 8.338.559,43	0,00 0,00
32.2.2 -Outras Despesas de Capital	260.415.320,95	b3.737.963,70	10.665.733,91	8.338.559,43	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
	(ah)	(ai)
33- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	106.968.813,44	4.295.781,26
34- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	644.702.506,18	9.494.698,10
35- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	571.809.310,06	0,00
36- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	179.862.009,56	13.790.479,36
37- (+) AJUSTES POSITIVOS ( RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
38- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	
39- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	179.862.009,56	13.790.479,36
FONTE: SIAFE -TO	•	(3/3)

To a valore informations devem corresponder as definamente transferido. Os percentuais corresponder as definamente transferidos as conta des Fundos inclusivas relativos as complementacido de União, nos termos do \$ 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimente aubsequente, mediante abertura de credito adicion 4 Os valores referentes à parcial dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverido ser informados somente no RREO do utilino bimente do exercici.

5 As linhas representam áreas de atuação. Os correspondem exatamente às subturgões de função Educação. As despessas classificacidas, to vilhos bimente do exercici. Os correspondem exatamente às subturgões de função Educação. As despessas classificacidas no termos do \$ 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimente do exercicio unidados para dessas áreas de atuação.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subturgões de função Educação. As despessas classificacidas no termos dos esta consciendos a puração dos inclusações atentivas de carea de paga de la completa de carea de paga de la completa de carea de paga de la completa de la carea de la completa de la carea de la completa de la carea de la care

Proveniente da Unilia
Proveniente da Unilia
Proveniente dos Estados
Proveniente dos Municípios
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX) OUTRAS RECEITAS (XXXI)
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXXI)

# GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINIS RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGUNIDADE SOCIAL

					JANEIRO A JUI	NHO 2023/BIMESTRE N	DADE SOCIAL MAIO - JUNHO						
RREO – ANEXO 12 (LC nº 141/2012 art.35)		renêvous sovere		***	PDFI (IO I	O INICIAL	PDE: #010 AT 14 174		F	RECEITAS REALIZA	DAS		R\$ 1,00
	TES DE IMPOSTOS E TRANSF	FERENCIAS CONSTIT	UCIONAIS E LEGA	AIS	PREVISA		PREVISÃO ATUALIZAI	* * *		é o mês de referênc	cia (b)	% (b/a	a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)  Receita Resultante do Imposto sobre a Ci	rculação de Mercadorias e Serv	riços de Transporte Inti	erestadual e Interm	unicipal e de		5.170.318.060,00		5.170.318.060,00 4.171.851.643,00			2.812.591.917,13		54,40%
Comunicação – ICMS						4.171.851.643,00 4.101.903.239,00		4.171.851.643,00			2.247.107.120,33		53,869 54,379
ICMS - Principal e Encargos (Multas, Ju Adicional de até 2% do ICMS destinado	ao Fundo de Combate à Pobre	eza (ADCT, art. 82, §1º	) )			69.948.404,00		69.948.404,00			16.704.334,83		23,889
Receita Resultante do Imposto de Transm	issão Causa Mortis e Doação d	le Bens e Direitos – ITO				54.311.848,00		54.311.848,00			41.149.182,06		75,769
Receita Resultante do Imposto sobre a Pr Receita Resultante do Imposto sobre a Re			nte _ IRRE			339.107.353,00 605.047.216,00		339.107.353,00 605.047.216,00			185.576.383,66 338.759.231,08		54,72° 55.99°
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTIT		tatareza recisao na ros				5.544.880.758,00		5.544.880.758,00			3.557.678.668,01		64,16
Cota-Parte FPE						5.531.594.082,00		5.531.594.082,00			3.552.230.675,97		64,22
Cota-Parte IPI-Exportação  Outras Transferências ou Compensações	Fransferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais					13.286.676,00		13.286.676,00			5.447.992,04 0.00		41,009
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONS	ÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)					958.680.923,00		958.680.923,00			651.750.760,86		67,98
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS N PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS N						820.380.647,00 135.642.941,00		820.380.647,00 135.642.941.00			557.600.580,80 92.788.182.14		67,979 68,419
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXP		MUNICÍPIOS (25%)				2.657.335,00		2.657.335,00			1.361.997,92		51,25
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE	IMPOSTOS E TRANFERÊNCI	AS CONSTITUCIONA	IS E LEGAIS - (IV)	= (I) + (II) - (III)		9.756.517.895,00		9.756.517.895,00			5.718.519.824,28		58,615
							DESPESAS	•	DESPESAS				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇ	OS PÚBLICOS DE SAÚDE (AS	SPS) - POR SUBFUN	ÇÃO E CATEGORI	IA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	EMPENHADAS		LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
							Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	(g)
TENÇÃO BÁSICA (V) Despesas Correntes					<b>6.384.229,00</b> 5.341.229,00	8.674.229,00 6.926.000,00	5.613.017,00 4.672.788,00	64,71% 67,47%	674.288,00 324.288,00	7,77% 4,68%	674.288,00 324.288,00	7,77% 4,68%	0,0
Despesas de Capital					1.043.000,00	1.748.229,00	940.229,00	53,78%	350.000,00	20,02%	350.000,00	20,02%	0,0
SSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATO	ORIAL (VI)				323.590.226,00	393.303.064,00	310.189.764,38	78,87%	253.521.686,84	64,46%	247.855.595,25	63,02%	0,0
Despesas Correntes Despesas de Capital					298.653.935,00 24.936.291.00	358.792.973,00 34.510.091.00	301.479.544,73 8.710.219.65	84,03% 25,24%	249.078.827,44 4.442.859.40	69,42% 12.87%	243.412.735,85 4.442.859.40	67,84% 12.87%	0,0
UPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	(VII)				18.305.229,00	15.213.922,00	11.675.233,92	25,24% 76,74%	4.442.859,40 5.977.193,11	12,87% 39,29%	4.442.859,40	31,24%	0,0
Despesas Correntes					18.305.229,00	15.213.922,00	11.675.233,92	76,74%	5.977.193,11	39,29%	4.752.864,30	31,24%	0,0
Despesas de Capital IGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)					0,00	0,00 3.654,00	0,00 3.653,56	0,00% 0,00%	0,00 3.653,56	0,00% 0,00%	0,00 <b>3.653,5</b> 6	0,00%	0,0
Despesas Correntes					0,00	3.654,00	3.653,56	0,00%	3.653,56	0,00%	3.653,56	0,00%	0,0
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX) Despesas Correntes					3.600.000,00 3.200.000,00	4.361.061,00 3.496.061,00	2.155.268,56 2.148.947,57	49,42% 61,47%	2.011.133,74 2.011.133,74	46,12% 57,53%	2.011.133,74 2.011.133,74	<b>46,12%</b> 57,53%	0,0
Despesas de Capital					400.000,00	3.496.061,00 865.000,00	6.320,99	61,47% 0,73%	2.011.133,74	0,00%	2.011.133,74	0,00%	0,0
LIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)					0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,0
Despesas Correntes Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00% 0.00%	0,00	0,00%	0,00		0,0
UTRAS SUBFUNÇÕES (XI)					1.126.664.426,00	1.122.711.886,00	734.380.938,03	0,00% 65,41%	728.704.596,10	0,00% 64,91%	0,00 698.811.854,24	0,00% 62,24%	0,0
Despesas Correntes					1.125.109.426,00	1.122.246.886,00	734.368.818,03	65,44%	728.692.476,10	64,93%	698.806.454,24	62,27%	0,0
Despesas de Capital  OTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X +	VII.				1.555.000,00	465.000,00 1.544.267.816.00	12.120,00 1.064.017.875,45	2,61% 68.90	12.120,00 990.892.551.35	2,61% 64,17%	5.400,00 954.109.389.09	1,16% 61.78%	0,0
OTAL (All) = (* · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	м,				1.470.344.110,00	1.544.207.010,00	1.004.017.073,43					,	
	APURAÇÃO DO CUMPRIM	ENTO DO LIMITE MÍN	IIMO PARA APLICA	AÇÃO EM ASPS		_		DESPESAS EN	-	DESPESA	S LIQUIDADAS (e)		AS PAGAS
Total das Despesas com ASPS (XIII) = (XII)									1.064.017.875,45		990.892.551,35	,	954.109.389,0
<ul> <li>-) Restos a Pagar Não Processados Inscrito</li> <li>-) Despesas Custeadas com Recursos Vinc</li> </ul>				m Evereinien Antorieren	(MA)				0,00		0,00		0,00
(-) Despesas Custeadas com Necursos vinc (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade				III Exercicios Arteriores	(^*)				0,00		0,00		0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVII) = (X	(III - XIV - XV - XVI)												954.109.389,0
									1.064.017.875,45		990.892.551,35		334.103.303,0
Jespesa Minima a ser Aplicada em ASPS () Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS ()	(VIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012 (VIII) = (IV) x % (Constituição El	2) stadual)							1.064.017.875,45	686.22	990.892.551,35 2.378,91		334.103.303,0
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (λ Diferença entre o Valor Aplicado e a Despes	(VIII) = (IV) x % (Constituição E: a Mínima a ser Aplicada (XIX) =	stadual)	1						1.064.017.875,45 377.795.496,54	686.22			
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (X Diferença entre o Valor Aplicado e a Despes Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando v	(VIII) = (IV) x % (Constituição Er la Mínima a ser Aplicada (XIX) = lalor for inferior a zero)	stadual) = (XVII (d ou e) - XVIII)		ACDC (VVIII I BOXAGO (A			0 de Caratituta	-		686.22	2.378,91		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS () Diferença entre o Valor Aplicado e a Despes Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando v PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS	(VIII) = (IV) x % (Constituição Er la Mínima a ser Aplicada (XIX) = lalor for inferior a zero)	stadual) = (XVII (d ou e) - XVIII)		ASPS (XVII / IV)*100 (n	ninimo de 12% confo	rme LC n° 141/2012 ou	u % da Constituição				2.378,91		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS () Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS () Oliferença entre o Valor Aplicado e a Despes Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando v PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: Stadual)	(VIII) = (IV) x % (Constituição Er la Mínima a ser Aplicada (XIX) = lalor for inferior a zero)	stadual) = (XVII (d ou e) - XVIII)		ASPS (XVII / IV)*100 (n	nínimo de 12% confo	rme LC n° 141/2012 ot	2 % da Constituição	-	377.795.496,54 17,		2.378,91		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS () Diferença entre o Valor Aplicado e a Despes imite não Cumprido (XV) = (XIX) (Quando v PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: estadual)	O/III) = (IV) x % (Constituição El sa Mínima a ser Aplicada (XIX) = salor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS	stadual) = (XVII (d ou e) - XVIII) TITUCIONAIS E LEGA	AIS APLICADO EM						377.795.496,54 17,	.33	2.378,91 - 304.670.172,44		267.887.010,18
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS () Diferença entre o Valor Aplicado e a Despes Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando v PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS	(VIII) = (IV) x % (Constituição Et as Mínima a ser Aplicada (XIX) e alor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS' PERCENTUAL MÍNIMO NÃO (	stadual) = (XVII (d ou e) - XVIII) TITUCIONAIS E LEGA	LIS APLICADO EM	RES PARA FINS DE APL			ı % da Constituição  Saldo Inicial (no extensión (no exten	cercicio atual)	377.795.496,54 17,	.33 E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic	2.378,91 - 304.670.172,44 io de Referência	Saldo Final (r	
Desposa Mirima a ser Aplicada em ASPS (poliferença entre o Valdr Aplicado e a MSPS (poliferença entre o Valdr Aplicado e apunita entre o Marco (poliferença entre o Valdr Aplicado e apunita entre o Marco (poliference entre o Marco (polife	(XIII) = (IV) x % (Constituição E; a Min (IV) x % (Constituição E; a salor (IV) x %	stadual)  = (XVII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER	LIS APLICADO EM	RES PARA FINS DE APL			Saldo Inicial (no ex	cercicio atual)	377.795.496,54 17, LIMIT Despesas Cu	,33 E NÃO CUMPRIDO	2.378,91 - 304.670.172,44	Saldo Final (r	267.887.010,18
Desposa Mirima a ser Aplicada em ASPS 2 ( Diferença entre o Valor Aplicado e a Desposa Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando v PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOI Stadaual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Diferença de limite não cumprido em 2022 (	(XIII) = (VI) x % (Constituição Ei s Mínima a ser Aplicada (XIX) « alor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS' S E TRANSFERÊNCIAS CONS' PERCENTUAL MÍNIMO NÃO ( CONFO saldo final = XXd)	stadual)  = (XVII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER	LIS APLICADO EM	RES PARA FINS DE APL			Saldo Inicial (no ex		377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas  (i)	.33 E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j)	2.378,91 304.670.172,44 io de Referência	Saldo Final (r	267.887.010,18  não aplicado) <sup>1</sup> - (i ou ji)
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS () Diferença entre o Valor Aplicado e a Despes imite não Cumprido (XX) = (XX) (Quando v PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: estadual)	IVIII) = (IV) x % (Constituição Exista de Minima a ser Aplicada (XIX) : alor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS'  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO (CONFC) : aldo final = XXd) : saldo final = XXd) : saldo final = XXd)	stadual)  = (XVII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER	LIS APLICADO EM	RES PARA FINS DE APL			Saldo Inicial (no ex	tercicio atual)	377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas	.33 E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic	2.378,91 - 304.670.172,44 io de Referência	Saldo Final (r	267.887.010,18  não aplicado) <sup>1</sup> - (i ou jj)
Desposa Mirima a ser Aplicada em ASPS ( Jiferença entre o Vard Aplicado e a Despo Jimle não Cumprido (XX) = (XXI) (Quando v PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOR Estadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Diferença de limite não cumprido em 2021 ( Diferença de limite não cumprido em 2021 ( Diferença de limite não cumprido em 2021 (	(XIII) = (IV.) x % (Constitutação E.  A hílmina a ser Aplicada (XXI) - aldor for inferior a zero)  B E TRANSFERÊNCIAS CONS¹  B E TRANSFERÊNCIAS CONS¹  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO (  CONEC  saldo final = XXI)  saldo final = XXI)  saldo final = XXI)	stadual)  E (XVII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  DRME ARTIGOS 25 E :  do demonstrativo do e	CÍCIOS ANTERIOR 26 DA LC 141/2012  exercício anterior)	RES PARA FINS DE APL 2			Saldo Inicial (no ex	0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j)  0.00 0.00 0.00	2.378,91 304.670.172,44 lio de Referência Pagas (k) 0.00 0.00 0.00	Saldo Final (r) = (h -	267.887.010,18  não aplicado) <sup>1</sup> - (1 ou jj)  0,00 0,00
bespesa Mirima a ser Aplicada em ASPS 6 ( Microscope and Compriso (Microscope and Compriso (Mic	(XVII) = (IV.) x % (Constitutação E. Minima aue Falicada (XXI) - sulor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS' PERCENTUAL MINIMO NÃO CONSCIPLA CONFO saldo final = XXI) saldo final = XXI saldo final = XXI saldo final a XXI	stadual)  - (XVII (d ou e) - XVIII)  ITTUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RME ARTIGOS 25 E  do demonstrativo do e al ao saldo final do der	CÍCIOS ANTERIOR 26 DA LC 141/2012  exercício anterior)	RES PARA FINS DE APL 2			Saldo Inicial (no ex	0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  304,670,172,44  io de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00	Saldo Final (r) = (h -	267.887.010,18 não aplicado) <sup>1</sup> -(1 ou ji)  0,0 0,0 0,0 0,0
bespesa Mirima a ser Aplicada em ASPS 6 ( Miserapa entro Valor Aplicado e a Bespesimite não Cumprido (XX) (Quando SERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOI Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO Diferença de limite não cumprido em 2021 ( Diferença de limite não cumprido em 2021 (	(XVII) = (IV.) x % (Constitutação E. Minima aue Falicada (XXI) - sulor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS' PERCENTUAL MINIMO NÃO CONSCIPLA CONFO saldo final = XXI) saldo final = XXI saldo final = XXI saldo final a XXI	stadual)  - (XVII (d ou e) - XVIII)  ITTUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RME ARTIGOS 25 E  do demonstrativo do e al ao saldo final do der	CÍCIOS ANTERIOR 26 DA LC 141/2012  exercício anterior)	RES PARA FINS DE APL 2			Saldo Inicial (no ex	0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j)  0.00 0.00 0.00	2.378,91 304.670.172,44 lio de Referência Pagas (k) 0.00 0.00 0.00	Saldo Final (r) = (h -	267.887.010,18  não aplicado) <sup>†</sup> - (i ou ji)  0,0 0,0 0,0 0,0
bespesa Mirima a ser Aplicada em ASPS 6 ( Miserapa entro Valor Aplicado e a Bespesimite não Cumprido (XX) (Quando SERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOI Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO Diferença de limite não cumprido em 2021 ( Diferença de limite não cumprido em 2021 (	(XVII) = (IV.) x % (Constitutação E. Minima aue Falicada (XXI) - sulor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS' PERCENTUAL MINIMO NÃO CONSCIPLA CONFO saldo final = XXI) saldo final = XXI saldo final = XXI saldo final a XXI	stadual)  = (XVII (d ou e) - XVIII)  ITTUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RME ARTIGOS 25 E  do demonstrativo do e al ao saldo final do der	CÍCIOS ANTERIOR 26 DA LC 141/2012  exercício anterior)	RES PARA FINS DE APL 2	LICAÇÃO DOS RECU	RSOS VINCULADOS	Saldo Inicial (no ee	0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  304,670,172,44  io de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00	Saldo Final (r) = (h -	267.887.010,18  não aplicado) <sup>†</sup> - (i ou ji)  0,0 0,0 0,0 continua (1/4
Desposa Mirima a ser Aplicada em ASPS (2)  Inferença entre o Idvit Aplicado e ASPS (2)  Imite não Cumprido (XX) = (XXX) (Quando v  PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO:  Estadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Diferença de limite não cumprido em 2022 (  Diferença de limite não cumprido em 2021 (  Diferença de limite não cumprido em 2021 (	(XVII) = (IV.) x % (Constitutação E. Minima aue Falicada (XXI) - sulor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS' PERCENTUAL MINIMO NÃO CONSCIPLA CONFO saldo final = XXI) saldo final = XXI saldo final = XXI saldo final a XXI	stadual)  = (XVII (d ou e) - XVIII)  ITTUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RME ARTIGOS 25 E  do demonstrativo do e al ao saldo final do der	CICIOS ANTERIOR 28 DA LC 141/2012 exercício anterior) monstrativo do exer	RES PARA FINS DE APL 2	LICAÇÃO DOS RECU	RSOS VINCULADOS	Saldo Inicial (no ee	0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  304,670,172,44  io de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00	Saldo Final (r) = (h -	267.887.010,18  não aplicado) <sup>1</sup> - (i ou ji)  0,00 0,00 0,00 continua (1/4
bespesa Mirima a ser Aplicada em ASPS 6 ( Miserapa entro Valor Aplicado e a Bespesimite não Cumprido (XX) (Quando SERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOI Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO Diferença de limite não cumprido em 2021 ( Diferença de limite não cumprido em 2021 (	(XIII) = ((V) x % (Constituição E x Minima a ser Aplicada (XXX) - salor for inferior a zero) se TRANSFERÊNCIAS CONS DE TRANSFERÊNCIAS CONS CONFO (XXX) - SALOR (XXXX) - SALOR (XXXXX) - SALOR (XXXXX) - SALOR (XXXXX) - SALOR (XXXXXX) - SALOR (XXXXXXX) - SALOR (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	stadual)  (XVIII (do u.e.) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RIME ARTIGOS 25 E.  do demonstrativo do ea al ao saldo final do det  VITERIORES (XXI)	CÍCIOS ANTERIOR 26 DA LC 141/2012  exercício anterior)	RES PARA FINS DE API 2.	LICAÇÃO DOS RECU	RSOS VINCULADOS	Saldo Inicial (no es (h)	0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT  Despesas Cu  Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO CUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  304,670,172,44  io de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00	Saldo Final (r) = (h -	267.887.010,18  não aplicado) <sup>1</sup> - (i ou ji)  0,0 0,0 0,0 0,0 continua (i
bespesa Mirima a ser Aplicada em ASPS 6 ( Miserapa entro Valor Aplicado e a Bespesimite não Cumprido (XX) (Quando SERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOI Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO Diferença de limite não cumprido em 2021 ( Diferença de limite não cumprido em 2021 (	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E x Mirima a ser Aplicada (XXX) - salor for inferior a zero) se TRANSFERÊNCIAS CONS' SE TRANSFERÊNCIAS CONS' SE TRANSFERÊNCIAS CONS' CONFO (CONFO SAIDO (C	stadual)  • (XVIII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  "TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RME ARTIGOS 25 E:  do demonstrativo do e al ao saldo final do der  VERIORES (XXI)  Valor aplicado em ASPS no exercicio	LIS APLICADO EM  CICIOS ANTERIOR ZE DA LC 141/2012  EXERCÍCIO anterior)  monstrativo do exer  Valor aplicado além do limite  minimo	RES PARA FINS DE APL 2	EXECU RPNP inscritos Indevidamente no Exercicio servicios	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite	Saldo Inicial (no ex (h)	0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (i)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  304,670,172,44  io de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00	Saldo Final (r) = (h  Diferença entre o do limite e o total	267.887.010,18  267.887.010,18  nao aplicado) <sup>1</sup> -(i ou ji)  0.00  0.00  continu ((i ou ji))  continu (i ou ji)  valor aplicado alémete de RP cancelatos de RP cancelatos
seepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 6 inferença entre o Vator Aplicado e a Despesiminte não Cumprido (XOS) = (XOS) (Quando v ERCECNITUL DA RECEITA DE IMPOSTO: Istadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO (CONTROLE DO VALOR REFERENÇA DE ILIMITE NÃO CONTROLE DO VALOR REPORTOR DE CONTROLE DO VALOR REFERENÇA DE LIMITE NÃO CONTROLE DO VALOR REPORTOR DE LIMITE NÃO CONTROLE DE LIMITE	(XVIII) = ((V) x % (Constitutajos C A Minima a ser Aplicada (XXX) - valor for inferior a zaro) se TRANSFERÊNCIAS CONS'  PERCENTUAL MINIMO NÃO to CONEC CONEC A MINIMO NÃO to CON	stadusi)  • (XVII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RIME ARTIGOS 25 E.  do demonstrativo do e al ao salado final do der  VIERIORES (XXI)	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIORIO  CÍCIOS ANTERIORI	RES PARA FINS DE API	EXECU  RPNP inscritos indevidamente no Exercício son Disponibilidade inaceria per inaceria q =	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no es (h)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (i)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2.378,91 - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	Saldo Final (r) = (h  Diferença entre o do limite e o total	267.887.010,18  não aplicado) <sup>1</sup> - (1 ou ji)  0,0 0,0 0,0 0,0 continua (1/4 Continuaçã
leepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 di Hieranga entro 2 vidor Aplicado e a Despes imite não Cumprido (XO) = (XIX) (Quando v FERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: istadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Úlferença de limite não cumprido em 2021 ( pilerença de limite não cumprido em 2014 ( pilerença de limite não cumprido em 2015 ( pilerença de limite não cumprido em 2016 ( pilerença de limite não cumprido em 2016 ( pilerença de limite não cumprido em Exerci- OTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO C	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E x Mirima a ser Aplicada (XXX) - salor for inferior a zero) se TRANSFERÊNCIAS CONS' SE TRANSFERÊNCIAS CONS' SE TRANSFERÊNCIAS CONS' CONFO (CONFO SAIDO (C	stadual)  • (XVIII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  "TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RME ARTIGOS 25 E:  do demonstrativo do e al ao saldo final do der  VERIORES (XXI)  Valor aplicado em ASPS no exercicio	LIS APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR 25 DA LC 141/2012  EXERCICIO anterior)  MONITARIO DE EMPLIA  EXERCICIO ANTERIOR  EXERCICIO  EXERCICIO ANTERIOR  EXERCICIO  EXERCICIO ANTERIOR  EXERCICIO	RES PARA FINS DE API 2.  cricio anterior)  Total inscrito em RP no exercício	EXECU  RPNP inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado o Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no ex (h)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (i)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2.378,91 - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	Saldo Final (r) = (h  Diferença entre o do limite e o total	267.887.010,18  267.887.010,18  nao aplicado) <sup>1</sup> -(i ou ji)  0.00  0.00  continu ((i ou ji))  continu (i ou ji)  valor aplicado alémete de RP cancelatos de RP cancelatos
lespesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença entre O Vatr Aplicado a en ASPS 2 interença entre O Vatr Aplicado a en ASPS 2 interença entre O Vatr Aplicado a en ASPS 2 interença de Impostroi stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Interença de limite não cumprido em 2021 ( interença de limite não cumprido em 2020 ( interença de limite não cumprido em COLO  Interença de limite não cumprido em COLO  Interença de LIMITE NÃO C  EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup> EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup> EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup> EMPENHOS de 2023 (regra nova)	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) x alor for inferior a zarro) se ETRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONF.)  SAIGO final = XXXI) asaldo final = XXXIII = XXIII = XXIIII = XXIII = XXIII = XXIII = XXIIII = XXIII = XXIII = XXIII = XXIII = X	(POP) (1 oc. 1)	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIORIO  EXECUTA EN	RES PARA FINS DE API  2  rcicio anterior)  Total inscrito em RP no exercício (p)	EXECU  RPNP inscritos Indevidamente no Exerciclo sonibilidade Financeira q = (XIVd)	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no ex	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54 17, LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2.378,91 - 304.670.172,44 lio de Referência Pagas (k) - 0,00 - 0,	Saldo Final (r) = (h  Diferença entre o do limite e o total	267.887.010,18  não aplicado)*  0.00 0.00 0.00 0.00 continua (1/4 (co u))  valor aplicado alémeto de RP cancelados
segors Minima a ser Aplicada em ASPS 6 interença entro 1047 Aplicado e a 108 pequinte não Cumprido (XO) = (XOX) (Quando v ERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOI stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO inferença de limite não cumprio em 2021 (riferença de limite não cumprio em ExerciOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO C  EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup> rimpenhos de 2023 (regra nova)  rimpenhos de 2022 (regra nova)	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E x Mirima a ser Aplicada (XXX) - salor for inferior a zero) se TRANSFERÊNCIAS CONS' SE TRANSFERÊNCIAS CONS' SE TRANSFERÊNCIAS CONS' CONFO (CONFO SAIDO (C	stadual)  • (XVIII (d ou e) - XVIII)  TITUCIONAIS E LEGA  "TITUCIONAIS E LEGA  CUMPRIDO EM EXER  RME ARTIGOS 25 E:  do demonstrativo do e al ao saldo final do der  VERIORES (XXI)  Valor aplicado em ASPS no exercicio	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIORIO  CÍCIOS ANTERIORI	RES PARA FINS DE API  2.  Total inscrito em RP no exercício (p)  50 590 614.45	EXECU  RPNP inscritos indevidamente no Exercício son Disponibilidade inaceria per inaceria q =	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no ex (h)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (i)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2.378,91 - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	Saldo Final (r) = (h  Diferença entre o do limite e o total	257.887.010,18  não aplicado) <sup>1</sup> -(1 ou ji)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 confirma (250 Confirm
lesepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 di Miterraga entro 2 vidra Aplicado a en Bespesi Interna de Cumprido (XO) = (DIX) (Quando v FERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: Istadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Villerença de limite não cumprido em 2022 (  Villerença de limite não cumprido em 2021 (  Villerença de limite não cumprido em Exerci-  OTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO C  EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup> EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup> Empenhos de 2022 ((vigra nova)  impenhos de 2022 ((vigra nova)  impenhos de 2021 ((vigra nova)  impenhos de 2021 ((vigra nova)	(XIII) = (IV) x % (Constitutação E x Minima a ser Aplicada (XXX) valor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CONF.  galdo final = XXX) asido final = XXX asid	valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098.95 1.1893.503.098.95 1.1892.503.098.95 1.1892.503.098.95	us APLICADO EM  CICIOS ANTERIORO ZE DA LO 14/1/2012  Vator aplicado asien do limite mínimo (o) = (n · n), se · c), então (o) = (n · s), se · c), então (o) = (0 · s), se · c), então (o) = (0 · s), se · c), então (o) = (0 · s), se · c), então (o) = (0 · s), então	Total inscrito em RP no exercício (p)  50 590 614.45 10.561.241,18 12.1948.724.18	EXECU.  RPNP Inscrites indevidament on Exercicio sem on Exercicio sem on Exercicio sem on Exercicio sem (XIVO)  35.901.557.78 10.023.179.06 12.194.877.25	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no ex (h)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	257.887.010,18  nise aplicado) <sup>1</sup> -(1 ou ji)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 Confinuação confinua (24 confinuação 4 q1 -u))  623.055.476.3 423.623.486.8
Despesa Mirima a ser Aplicada em ASPS 6 interestra entre o Valez Aplicado e a Despesiminte não Cumprido (XO) = (XIX) (Quando VERCENTIAL DA RECEITA DE IMPOSTO: Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO (CONTROLE DE MINISTERIO EN 2002 (CONTROLE DE MINISTERI	(XVII) = ((V) x % (Constituta)ce X within as ear Apilicada (XXX) = autor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO to CONFC CONFC saido final = XXXI) saido final = XXII) saido final = XXXII saido final = XXII	CUMPRIDO EM EXER RIME ARTIGOS 25 E.  CUMPRIDO EM EXER RIME ARTIGOS 25 E.  do demonstrativo do e al ao saldo final do des VITERIORES (XXI)  Valor aplicado em ASPS no exercicio (n)  1.883.503.098.95 1.847.241.426.08 1.184.925.03.64 1.184.925.03.64	us APLICADO EM  CICIOS ANTERIOR 26 DA LC 141/2912  Valor aplicado além do limite mínimo en construiro de exercición en construiro de exercición en construiro de exercición en construiro de exercición en construiro en construir	Total inscrite em RP no exercicio (p) 50.590.614.45 10.561.241.18 12.194.878.25 4.164.878.25	EXECL RPNP inscritos Indevidamente no Exerciclo sem (XIVd) 35.001.557.78 10.023.179.08 12.194.877.25 4.0678.27.25	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no ex (h)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.00	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2.378,91 - 304.670.172,44 lio de Referência - 0,00	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18  não aplicado¹  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  continuaçã  valor aplicado além de RP cancelados e q² - q² - u³  623.055.478.3.3  304.955.384.2  304.955.384.2
lesepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 il iderenga entro 2 vidar Aplicado e a Despes imite não Cumprido (XO) = (XIX) (Quando v FRECENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO iliferença de limite não cumprido em 2022 ( iliferença de limite não cumprido em 2021 ( iliferença de limite não cumprido em 2010 el iliferença de limite não cumprido em 2012 ( iliferença de limite não cumprido em 2012 el ilife	(XIII) = (IV) x % (Constitutação E x Minima a ser Aplicada (XXX) valor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CONF.  caldo final = XXX) saldo final = XXX sal	Valor aplicado en ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098.95 1.184.256.84 1.109.336 1.109.	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIORO 28 DA LO 141/2012  Valor aplicado alem do limite mínimo (o) = (n · n), se · 0, então (o) = (n · n) 46 22 93 346 529 84 422 955 300,5 13 445 529 820,5 5 207,780 113,0 427,780 113,0 11	Total inscrito em RP no exercício (p)  50.590.614.45 10.561.241.18 12.194.872.54 4.164.862.31 9.465.86	EXECU  RPNP Inscrites Indevidamento no Exercicio sem Disponibilidade Financeira q = (XIVA) 35.901.557.78 10.023.179.06 12.194.877.25	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no ex (h)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.000 0.00 1.000 0	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	257.887.010,18  abo aplicado) <sup>1</sup> - (1 ou ji)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0
segers Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença entre o Varior Aplicado e a Desper imite não Cumprido (XO) = (XIX) (Quando v ERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  GONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Inferença de limite não cumprido em 2021 ( inferença de limite não cumprido em 2020 ( inferen	(XVII) = ((V) x % (Constituta)ce X within as ear Apilicada (XXX) = autor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO to CONFC CONFC saido final = XXXI) saido final = XXII) saido final = XXXII saido final = XXII	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.883.503.088.05 1.18.925.038.40	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIORO 28 DA LO 141/2012  Valor aplicado alem do limite mínimo (o) = (n · n), se · 0, então (o) = (n · n) 46 22 93 346 529 84 422 955 300,5 13 445 529 820,5 5 207,780 113,0 427,780 113,0 11	Total inscrite em RP no exercicio (p)  50.561 24.1 18 12.194 877.25 4.164 807.25 9.905.00.095.00	EXECL RPNP inscritos Indevidamente no Exerciclo sem (XIVd) 35.001.557.78 10.023.179.08 12.194.877.25 4.0678.27.25	ÇÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Saldo Inicial (no ex (h)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.00	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18  anà aplicado'  (1 ou jj)  0.0  0.0  0.0  0.0  continua (1/4 (1 ou jj)  valor aplicado além de RP cancelados 478.3  623.054.783.3  304.968.394.2  305.256.288  288.699.208.6  278.095.208.6
sepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença entre O Valor Aplicado e a Desper imite não Cumprido (XO) = (XOX) (Quando v ERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOI stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO inferença de limite não cumprido em 2021 ( inferença de limite não cumprido em 2014	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E x Mirma a ser Aplicada (XXX) - salor for inferior a zero) se transferencias constitutados (XXX) - salor for inferior a zero) S E TRANSFERÊNCIAS CONS - CONF. (CONF.) - CONF	Valor aplicade em ASPS no exercicio (n) 1.893,503,008,95 1.140,008 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,4736,08 1.1803,203,008,95 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,008,08 1.4724,	US APLICADO EM  CICIOS ANTERIORO 28 DA LO 141/2012  Valor aplicado além do iniste mínimo (o) e constrativo do exer entralo (o) e constrativo de constra	Total inscrito em RP no exercício (p)  Total inscrito em RP no exercício (p)  50.590.614.45 10.561.241.18 12.194.872.3 4.164.892.31 909.600.00	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercicio sem Exerci	CÃO DE RESTOS A P.  Valor inscrito em RP  considerado no  Limite se < (r) (p (p - (0 e)) se < 0, (r) = (0)	Saldo Inicial (no experience (h)  AGAR  Total de RP pagos (e)  39.800.088.74 2.969.268.35 626.027.39 194.000.00	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP a	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.000 0.00 1.000 0	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18  não aplicado)*  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  continua (1/4/continuaçã  continua (1/4/continuaçã  continua (1/4/continuaçã  continua (1/4/continuaçã  continua (1/4/continuaçã  continua (1/4/continuaçã  continuaçã
segens Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença ente o Valor Aplicado e a Despesimien não Cumprido (XO) = (DIX) (Quando v ERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO inferença de limite não cumprido em 2022 (inferença de limite não cumprido em 2022 (inferença de limite não cumprido em 2021 (inferença de limite não cumprido em 2010 (inferença de limite do cumprido em 2011 (inferença de limite do cumprid	(NII) = (IV.) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) salor for inferior a zarro) set or for inferior a zarro) set TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO (CONF.) seado final = XX4) seado final = XX4 (CONF.) seado final = XX4) seado final SEA (MINIMO EM EXERCICIOS AI XX4) seado final seado fi	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.893.503.088.65 1.1892.2494.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.65 1.191.222.494.97 1.191	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LO 141/2012  Valor aplicado alem do limite mínimo (o) = (n - n), se - 0, entalo (o) = 20 − 10, se - 0, entalo (o) = 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20	Total inscrite em RP no exercicio (p)  Total inscrite em RP no exercicio (p)  50.590.614.45 10.591.241.18 12.194.872.3 4.164.892.31 9.4456.9 909.900.00	EXECU  RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd) 35.901.567.78 10.023.179.06 12.194.877.25 4.007.862.31 919.095.00	GAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. Valor inscrito en RP. Valor (-(-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.008.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP a	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.000 0.00 1.000 0	E NÃO GUMPRIDO steadas no Exercic Liquidadas (j) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18  and a pilicado)  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  continua (1/4 Continuaçă  valor aplicado além de RP cancelados 4 q1 - 01)  623.055.478.3  304.989.384.2  305.925.288.288.2  306.935.287.38.3  306.935.287.38.3  306.935.287.38.3
lesepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 inferença entre o Valor Aplicado e a Despesimite não Cumprido (XO) = (DIX) (Quando vetecem to Cumprido em ASPS 2) (efferença de limite não cumprido em 2022 (efferença de limite não cumprido em 2022 (efferença de limite não cumprido em 2021 (efferença de limite não cumprido em Exercito (TAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO C	(NII) = (IV.) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) salor for inferior a zarro) set or for inferior a zarro) set TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO (CONF.) seado final = XX4) seado final = XX4 (CONF.) seado final = XX4) seado final SEA (MINIMO EM EXERCICIOS AI XX4) seado final seado fi	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.893.503.088.65 1.1892.2494.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.65 1.191.222.494.97 1.191	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LO 141/2012  Valor aplicado alem do limite mínimo (o) = (n - n), se - 0, entalo (o) = 20 − 10, se - 0, entalo (o) = 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20	Total inscrite em RP no exercicio (p)  Total inscrite em RP no exercicio (p)  50.590.614.45 10.591.241.18 12.194.872.3 4.164.892.31 9.4456.9 909.900.00	EXECU  RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd) 35.901.567.78 10.023.179.06 12.194.877.25 4.007.862.31 919.095.00	GAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. Valor inscrito en RP. Valor (-(-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.008.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP a	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.000 0.00 1.000 0.00	E NAO CUMPRIDO  E NAO CUMPRIDO  Liquidadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP cancel	2378,91  - 304.670.172,44  lo de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1,00 0,00 1,00	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18  and apticado)*  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0
Despesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 il diserso ante o Valor Aplicado e a Despesa Ilmite não Cumprido (XO) = QUIXI (Quando VERCENTAL DA RECEITA DE IMPOSTO: Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO DIfferença de limite não cumprido em 2022 (pliterença de limite não cumprido em 2022 (pliterença de limite não cumprido em 2020 (pliterença de limite não cumprido em 2021 (pliterença de 2	(NII) = (IV.) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) salor for inferior a zarro) set or for inferior a zarro) set TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO (CONF.) seado final = XX4) seado final = XX4 (CONF.) seado final = XX4) seado final SEA (MINIMO EM EXERCICIOS AI XX4) seado final seado fi	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.893.503.088.65 1.1892.2494.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.64 1.191.224.65 1.191.222.494.97 1.191	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LO 141/2012  Valor aplicado alem do limite mínimo (o) = (n - n), se - 0, entalo (o) = 20 − 10, se - 0, entalo (o) = 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20 − 20	Total inscrite em RP no exercicio (p)  Total inscrite em RP no exercicio (p)  50.590.614.45 10.591.241.18 12.194.872.3 4.164.892.31 9.4456.9 909.900.00	EXECU  RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd) 35.901.567.78 10.023.179.06 12.194.877.25 4.007.862.31 919.095.00	GAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. Valor inscrito en RP. Valor (-(-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)-(-)	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.008.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP a	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.000 0.00 1.000 0	E NAO CUMPRIDO  E NAO CUMPRIDO  Liquidadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP cancel	2378,91  - 304.670.172,44  lo de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1,00 0,00 1,00	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18  and apticado)*  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0
segoes Mínima a ser Aplicada em ASPS 2 interença ente o Valor Aplicado e a Despes imite não Cumprido (XO) = (DIX) (Quando v FERCENTULL DA RECEITA DE IMPOSTO: Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miseraça de limite não cumprido em 2021 (   Miserraça de limite não cu	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XIX) - autor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONF.)  SE TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONF.)  CONF.  Sabido final = XXXI) sabido final = XXXII = XXII = XXI	Valor aplicade em ASPS no exercicio (n) 1.893.50.308,56 1.893.50.308,56 1.189.25.03.58 1.189.25.	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LO 141/2912  Valor aplicado alem do limite mínimo (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido de constituido de constituido de constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (o) = (0 - m), se < 0, o e constituido (	Total inscrito em RP no exercicio (p)  S0 500 514,18 12 194 877 25 4,164,862 31 9,465,60 909,600,00  EFERRAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIMENTO DO LIMIT	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q= (XIV0) 35.001.557.78 10.022.179.06 12.194.877.25 4.007.827.3 1.007.001.001.001.001.001.001.001.001.00	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. (j = (p - (e + q)) se < 0, (r) = (0) ), (soma dos saldos ne XXIII) (valor informade II) (Artigo 24 § 1* e 2*.	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.008.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP a	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 10.00	33 E NAO CUMPRIDO CONTRA CONTR	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1 ados ou prescritos (u)  784.880,13 346.356,26 4.341.783,50 72.393,00	Saldo Final (I) = (h:  (I) = (h:  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18  and a pilicado)  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  continua (1/4 Continuaçă  valor aplicado além de RP cancelados 4 q1 - 01)  623.055.478.3  304.989.384.2  305.925.288.288.2  306.935.287.38.3  306.935.287.38.3  306.935.287.38.3
segoes Mínima a ser Aplicada em ASPS 2 interença ente o Valor Aplicado e a Despes imite não Cumprido (XO) = (DIX) (Quando v FERCENTULL DA RECEITA DE IMPOSTO: Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miseraça de limite não cumprido em 2021 (   Miserraça de limite não cu	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XIX) - autor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONF.)  SE TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONF.)  CONF.  Sabido final = XXXI) sabido final = XXXII = XXII = XXI	Valor aplicade em ASPS no exercicio (n) 1.893.50.308,56 1.893.50.308,56 1.189.25.03.58 1.189.25.	US APLICADO EM  CICIOS ANTERIOR ZE DA LO 141/2012  Vator aplicado aden do limito	Total inscrito em RP no exercicio (p)  S0 500 514,18 12 194 877 25 4,164,862 31 9,465,60 909,600,00  EFERRAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIMENTO DO LIMIT	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q= (XIV0) 35.001.557.78 10.022.179.06 12.194.877.25 4.007.827.3 1.007.001.001.001.001.001.001.001.001.00	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. (j = (p - (e + q)) se < 0, (r) = (0) ), (soma dos saldos ne XXIII) (valor informade II) (Artigo 24 § 1* e 2*.	Saldo Inicial (no e) (h)  AGAR  Total de RP pagos (e) 39.800.088.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00 194.000.00 194.000.00 195	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.0	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 10.00	E NAO CUMPRIDO  E NAO CUMPRIDO  Liquidadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP cancel	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1 ados ou prescritos (u)  784.880,13 346.356,26 4.341.783,50 72.393,00	Saldo Final (i) = (h · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	267.887.010,18  não aplicado)*  (I ou jj)  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  continua (1/4 (10 u j))  continua (1/4 (10 u j))  623.055.268.80  304.968.394.20  305.255.268.80  0.0  0.0  0.0
segoes Mínima a ser Aplicada em ASPS 2 interença ente o Valor Aplicado e a Despes imite não Cumprido (XO) = (DIX) (Quando v FERCENTULL DA RECEITA DE IMPOSTO: Stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miserraça de limite não cumprido em 2021 (  Miseraça de limite não cumprido em 2021 (   Miserraça de limite não cu	(XIII) = ((V) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XIX) - autor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONF.)  SE TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONF.)  CONF.  Sabido final = XXXI) sabido final = XXXII = XXII = XXI	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098,95 1.1892.50	US APLICADO EM  CICIOS ANTERIOR ZE DA LO 141/2012  Vator aplicado aden do limito	Total inscrito em RP no exercicio (p)  S0 500 514,18 12 194 877 25 4,164,862 31 9,465,60 909,600,00  EFERRAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIMENTO DO LIMIT	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q= (XIV0) 35.001.557.78 10.022.179.06 12.194.877.25 4.007.827.3 1.007.001.001.001.001.001.001.001.001.00	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. (j = (p - (e + q)) se < 0, (r) = (0) ), (soma dos saldos ne XXIII) (valor informade II) (Artigo 24 § 1* e 2*.	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.008.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP a	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 10.00	33 E NAO CUMPRIDO CONTRA CONTR	2378,91 - 304.670.172,44 - 304.670.172,44 - 10 de Referência - 0.00 - 0.	Saldo Final (i) = (h · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	257.887.010,18  257.887.010,18  nillo aplicado)  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0
segoesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença entre o Valor Aplicado e a Despes imite não Cumprido (203 = QIDX) (Quando v ERCECTIVAL DA RECEITA DE IMPOSTO: Istadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  (CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  (Interença de limite não cumprido em 202 ( Interença de limite não cumprido em 202 ( Int	(XVII) = ((V) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XXX) - valor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO 1 CONFE CONSTITUTA (CONFE CONFE	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098,55 1.142.244.1426.08 1.184.925.0346,46 1.093.38.716,56 1.112.822.492 1.1013.88.781,75 1.1013.881,781,781 1.1013.881,781,781 1.1013.881,781,781 1.1013.881,781,781 1.1013.881,7	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LC 141/2012  Valor aplicado além do limite mínimo (0) = (0 - m) (0) = (0 -	Total inscrito em RP no exercicio (p)  S0 500 514,18 12 194 877 25 4,164,862 31 9,465,60 909,600,00  EFERRAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIME APETARAMO CUMPRIMENTO DO LIMIT	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q= (XIV0) 35.001.557.78 10.022.179.06 12.194.877.25 4.007.827.3 1.007.001.001.001.001.001.001.001.001.00	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. (j = (p - (e + q)) se < 0, (r) = (0) ), (soma dos saldos ne XXIII) (valor informade II) (Artigo 24 § 1* e 2*.	Saldo Inicial (no e) (h)  AGAR  Total de RP pagos (e) 39.800.088.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00 194.000.00 194.000.00 195	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP :	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.00 0	E NAO CUMPRIDO E NAO CUMPRIDO Liquidadas (I)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Concept of the	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  - 0.00 -	Saldo Final (i) = (h · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	267.887.010,11  não aplicado)¹  (1 ou jj)  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0
sepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença entre o Vidra Aplicado e a Despes mile não Cumprido (XO) = (XOX) (Quando v ERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO interença de limite não cumprido em 2022 ( interença de limite não cumprido em 2021 ( interença de limite não cumprido em 2010 ( interença de limite não cumprido em 2010 ( interença de limite não cumprido em 2010 ( interença de limite não cumprido em Exerci- DITAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO C  EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup> Impenhos de 2023 (regra nova) Impenhos de 2023 (regra nova) Impenhos de 2021 (regra nova) Impenhos de 2016 (regra nova) Impenhos de 2016 (regra nova) Impenhos de 2016 (regra nova) Impenhos de 2017 (regra nova) Impenhos de 2018 (regra nova) Impenho	(NII) = (IV.) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) salor for inferior a zarro) set of the inferior a zarro) set TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MÍNIMO NÃO (CONF.) asalofo final = XX4) salofo final = XX4 (CONF.) salofo final = XX4) salofo final = XX4 (CONF.) salofo final = XX4 (	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098.95 1.244.926.64 1.1892.494.05 1.1892.494.05 1.1892.695.112.22.494.05 1.1982.895.105 1.1982.295 1.1982.295 1.1982.295 1.1982.295 1.19	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  26 DA LC 141/2012  Valor aplicado além do limite minimo (o) = (n - n), se < 0, e então (o) = (n - n), se < 0, e então (o) = (27 / 700	Total inscrito em RP no exercício (p)  50.590.614.45 10.561.241.18 12.19.487.25 4.164.862.31 9.495.69 909.600.00  ETARAM O CUMPRIME AFETARAM O CUM	EXECU.  RPNP Inscrittos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVI) 35.901.557.78 10.023.179.05 12.194.879.05 4.067.802.31 910.095.00  NTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XXIV) DE DE CAIXA CONF	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito en RP. (j = (p - (e + q)) se < 0, (r) = (0) ), (soma dos saldos ne XXIII) (valor informado III) (Artigio 24 § 1* e 2*.	Saldo Inicial (no e) (h)  AGAR  Total de RP pagos (e) 39.800.088.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00 194.000.00 194.000.00 195	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.0	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NAO CUMPRIDO  steadas no Exercic  Liquidadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)	Saldo Final (i) = (h · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	287.887.010,11  nate aplicado) <sup>1</sup> - (1 or jj)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0
sepasa Minima a ser Aplicada en MASPS ( ferença entre o Valer Aplicado a o Bapes min en da Cumprido (DXI = (DXI) (Quando rECRETIVAL DA RECEITA DE IMPOSTO stadula)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Ferença de limite não cumprido em 2021 ( ferença de limite não cumprido em 2019 ( ferença de lim	(NII) = (IV.) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) sa for for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) safe for inferior a zarro) safe for inferior a zarro (ZN) safe for i	Valor aplicado en ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098.95 1.1892.248.42 1.199.367 1.1892.468.40 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.214 1.214 1.224 1.294 1	US APLICADO EM  CICIOS ANTERIOR  RED DA LC 14/1/2012  Valor aplicado além do limite mínimo (o) =	Total Inscrito em RP no exercicio (p)  Solo 614, 45 10.561.241, 18 12.194.877.241, 18 12.194.872.31 4.164.872	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Olsponibilidade Financielia 3 501.557.78 10 023.179.06 12.194.877.25 4.0678.23 4.0678.23 1.090.50.00 1.000.000.000 1.000.000.000 1.000.000	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado (p) = (p - (p + q)) so < 0, (p) = (0)  [goma dos saldos ne XXIII) (valor informado III) (Artigo 24 § 1° e 2°.	Saldo Inicial (no e) (h)  AGAR  Total de RP pagos (e) 39.800.088.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00 194.000.00 194.000.00 195	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP :	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 1.00 0	E NAO CUMPRIDO E NAO CUMPRIDO Liquidadas (I)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Concept of the	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  - 0.00 -	Saldo Final (i) = (h · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	267.887.010,11  não aplicado)¹  0.00  0.00  0.00  0.00  0.00  0.00  continuação  continuação  40 - 40 - 40 - 40 - 40 - 40 - 40 - 40
sepasa Minima a ser Aplicada en MASPS ( ferença entre o Valer Aplicado a o Bapes min en da Cumprido (DXI = (DXI) (Quando rECRETIVAL DA RECEITA DE IMPOSTO stadula)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Ferença de limite não cumprido em 2021 ( ferença de limite não cumprido em 2019 ( ferença de lim	(NII) = (IV.) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) sa for for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) safe for inferior a zarro) safe for inferior a zarro (ZN) safe for i	Valor aplicado en ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098.95 1.1892.248.42 1.199.367 1.1892.468.40 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.199.367 1.214 1.214 1.224 1.294 1	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  RED DA LO 14/1/2012  Valor aplicado além do limite mínimo (0) = (0 = m), (0) = (0) = (0 = m), (0) = (0	Total Inscrito em RP no exercicio (p)  So 30, 614, 45 10,561, 241, 18 12, 194, 877, 25 4, 164, 872, 872, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164,	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Olsponibilidade Financielia 3 501.557.78 10 023.179.06 12.194.877.25 4.0678.23 4.0678.23 1.090.50.00 1.000.000.000 1.000.000.000 1.000.000	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado (p) = (p - (p + q)) so < 0, (p) = (0)  [goma dos saldos ne XXIII) (valor informado III) (Artigo 24 § 1° e 2°.	Saldo Inicial (no e) (h)  AGAR  Total de RP pagos (e) 39.800.088.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00 194.000.00 194.000.00 195	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 Total de RP :	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas (I)  0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1,000	E NAO CUMPRIDO  steadas no Exercic  Liquidadas (I)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)	Saldo Final (I) = (h. (I) = (I)	287.887.010,11  nilo aplicado) <sup>1</sup> - (1 ou jj)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0
sepses Minima a ser Aplicade em ASPS ( ferença entre o Vale Aplicade a o Bages min en Sc Cumprido (XX) = (XX) ( CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  ENTRE CONTROLE AO  ENTRE CONTROLE AO  ENTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCEL A	(NII) = (IV.) x % (Constitutação E A Minima a ser Aplicada (XX) sa for for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONSIDERA (XX) safe for inferior a zarro) safe for inferior a zarro) safe for inferior a zarro (ZN) safe for i	Valor aplicado en ASPS no exercicio (n) 1.893.503.098.95 1.184.22.494.94 1.194.364 1.194.364 1.194.364 1.194.364 1.214.364 1.194.364 1.214.364 1.2	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  RED DA LO 14/1/2012  Valor aplicado além do limite mínimo (0) = (0 = m), (0) = (0) = (0 = m), (0) = (0	Total Inscrito em RP no exercicio (p)  So 30, 614, 45 10,561, 241, 18 12, 194, 877, 25 4, 164, 872, 872, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164, 872, 872 4, 164,	EXECU RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Olsponibilidade Financielia 3 501.557.78 10 023.179.06 12.194.877.25 4.0678.23 4.0678.23 1.090.50.00 1.000.000.000 1.000.000.000 1.000.000	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado (p) = (p - (p + q)) so < 0, (p) = (0)  [goma dos saldos ne XXIII) (valor informado III) (Artigo 24 § 1° e 2°.	Saldo Inicial (no e) (h)  AGAR  Total de RP pagos (e) 39.800.088.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00 194.000.00 194.000.00 195	(w) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NAO CUMPRIDO  E NAO CUMPRIDO  Steadas no Exercic  Liquidadas (I)  O.00 O.00 O.00 O.00  Total de RP cance  CANCELADOS OU  steadas no Exercic  Liquidadas (I)  O.00 O.00 O.00 O.00 O.00 O.00 O.00 O.	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0,000	Saldo Final (I) = (h. (I) = (I)	257.887.010,15  nilo aplicado) <sup>1</sup> - (1 ou ji)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0
sepses Minima a ser Aplicade em ASPS ( ferença entre o Vale Aplicade a o Bages min en Sc Cumprido (XX) = (XX) ( CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  ENTRE CONTROLE AO  ENTRE CONTROLE AO  ENTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCEL A	(XIII) = ((V) x % (Constitutajos Los Alfinias aera Palicada (XX) - valor for inferior a zarro) se TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO 1 CONFC	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n)  1.893.503.098.75 1.547.241.426.08 1.184.925.035.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.293.25.46 1.293	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LC 141/2912  Valor aplicado alem do limite mínimo (0) = (0 - m), (0) = (0) = (0 - m), (0) = (	Total Inscrite em RP no exercicio (p)  So 300,614,45 10,561,241,18 12,194,877,25 4,164,862,31 9,495,60 909,600,00 ETARAM O CUMPRIME APETARAM O CUM	EXECU RPNP Inscritos Indevidamento no Exercício sem Disponibilidade Pinanciccio sem (XIVd) 35.901.557.78 10.023.179.08 12.194.877.25 4.067.823.3 919.095.80 12.194.877.25 14.078.21.179.08 15.07.18 15.07	CAO DE RESTOS A P. Valor inscrito em RP considerado (p) = (p - (p + q)) so < 0, (p) = (0)  [goma dos saldos ne XXIII) (valor informado III) (Artigo 24 § 1° e 2°.	Saldo Inicial (no e) (h)  AGAR  Total de RP pagos (e) 39.800.088.74 2.969.266.35 626.027.39 194.000.00 194.000.00 194.000.00 195	(w) 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NAO CUMPRIDO  steadas no Exercica  Liquidadas (I)        CANCELADOS OU  steadas no Exercica  Liquidadas (y)	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	Saldo Final (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (i	257.887.010,18  257.887.010,18  não aplicado)  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0
sepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença entre o Valor Aplicado e a Despes mine não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando v ERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Inferença de limite não cumprido em 2022 ( Inferença de limite não cumprido em 2020 ( Inferença	A Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E ETANISFERÊNCIAS CONS') E TRANSFERÊNCIAS CONS') E TRANSFERÊNCIAS CONS'  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONFC)  SAIGO final = XXXI) saido final = XXII saido final = XXI	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n)  1.893.503.098.75 1.547.241.426.08 1.184.925.035.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.293.25.46 1.293	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LC 141/2912  Valor aplicado alem do limite mínimo (0) = (0 - m), (0) = (0) = (0 - m), (0) = (	Total Inscrite em RP no exercicio (p)  So 300,614,45 10,561,241,18 12,194,877,25 4,164,862,31 9,495,60 909,600,00 ETARAM O CUMPRIME APETARAM O CUM	EXECU RPNP Inscritos Indevidamento no Exercício sem Disponibilidade Pinanciccio sem (XIVd) 35.901.557.78 10.023.179.08 12.194.877.25 4.067.823.3 919.095.80 12.194.877.25 14.078.21.179.08 15.07.18 15.07	CÃO DE RESTOS A P. Valor inscrito em Ry Valor inscrito em Ry (r) = (p · (0 + q)) se < (s) em Ry (r) = (0 + q) (r)	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.087.4 2.969.268.35 626.027.39 194.000.00 gativos da columa "v") no demonstrativo do exerc	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NAO CUMPRIDO  E NAO CUMPRIDO  Steadas no Exercic  Liquidadas (I)  O.00 O.00 O.00 O.00  Total de RP cance  CANCELADOS OU  steadas no Exercic  Liquidadas (I)  O.00 O.00 O.00 O.00 O.00 O.00 O.00 O.	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	Saldo Final (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (i	257.887.010,15  nilo aplicado) <sup>1</sup> - (1 ou ji)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0
sepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença ante o Valor Aplicado e a Despesimie não Cumprido (XQI = QIX) (Quando ve RECENTAL DA RECEITA DE IMPOSTO: stadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO inferença de limite não cumprido em 2022 (inferença de limite não cumprido em 2021 (inf	A Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E ETANISFERÊNCIAS CONS') E TRANSFERÊNCIAS CONS') E TRANSFERÊNCIAS CONS'  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONFC)  SAIGO final = XXXI) saido final = XXII saido final = XXI	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n)  1.893.503.098.75 1.547.241.426.08 1.184.925.035.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.293.25.46 1.293	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LC 141/2912  Valor aplicado alem do limite mínimo (0) = (0 - m), (0) = (0) = (0 - m), (0) = (	Total Inscrite em RP no exercicio (p)  So 300,614,45 10,561,241,18 12,194,877,25 4,164,862,31 9,495,60 909,600,00 ETARAM O CUMPRIME APETARAM O CUM	EXECU RPNP Inscritos Indevidamento no Exercício sem Disponibilidade Pinanciccio sem (XIVd) 35.901.557.78 10.023.179.08 12.194.877.25 4.067.823.3 919.095.80 12.194.877.25 14.078.21.179.08 15.07.18 15.07	QÃO DE RESTOS A P.  Valor inscrito em RP.  valor inscrito em RP.  considerado no Limite (r) = (p · (p · (p · 4)) 50 < (0, então (r) = (0)  1.  (coma dos asidos de la valor de la va	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.087.4 2.969.268.35 626.027.39 194.000.00 gativos da columa "v") no demonstrativo do exerc	(w)  Total de RP a  Total de RP a  10,000 0,000	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NAO CUMPRIDO  steadas no Exercica  Liquidadas (I)        CANCELADOS OU  steadas no Exercica  Liquidadas (y)	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0,000 0,0	Saldo Final (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (i	287.887.010,11  niso aplicado)* - (1 ou ji)  0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0.0 0
lesepesa Minima a ser Aplicada em ASPS 2 interença entre o Valor Aplicado e a Despesimite não Cumprido (XO) = (XO) (Quando v EXECENTIAL DA RECEITA DE IMPOSTO: Istadual)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Interença de limite não cumprido em 2021 (Viterença de limite não cumprido em 2020 (Viterença de 2010 (Viterença	A Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E Minima ear Policidad (DIX) 3 % (Constitutação E ETANISFERÊNCIAS CONS') E TRANSFERÊNCIAS CONS') E TRANSFERÊNCIAS CONS'  PERCENTUAL MINIMO NÃO (CONFC)  SAIGO final = XXXI) saido final = XXII saido final = XXI	Valor aplicado em ASPS no exercicio (n)  1.893.503.098.75 1.547.241.426.08 1.184.925.035.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.093.36.716 1.193.25.46 1.293.25.46 1.293	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LC 141/2912  Valor aplicado alem do limite mínimo (0) = (0 - m), (0) = (0) = (0 - m), (0) = (	Total Inscrite em RP no exercicio (p)  So 300,614,45 10,561,241,18 12,194,877,25 4,164,862,31 9,495,60 909,600,00 ETARAM O CUMPRIME APETARAM O CUM	EXECU RPNP Inscritos Indevidamento no Exercício sem Disponibilidade Pinanciccio sem (XIVd) 35.901.557.78 10.023.179.08 12.194.877.25 4.067.823.3 919.095.80 12.194.877.25 14.078.21.179.08 15.07.18 15.07	CÂO DE RESTOS A P.  Valor inscrite em RP.  (a) (p) (- (c) q)  se < 0, (r) = (0)  ) (soma dos saldos ne  (A) (r) = (0)  ) (soma dos saldos ne  (A) (r) = (0)  CAMBIO (r) = (0)  A (r) = (0)  CAMBIO (r) = (0)  CAMB	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.087.4 2.969.268.35 626.027.39 194.000.00 gativos da columa "v") no demonstrativo do exerc	0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.0	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NAO CUMPRIDO  steadas no Exercica  Liquidadas (I)        CANCELADOS OU  steadas no Exercica  Liquidadas (y)	2378,91	Saldo Final (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (h. (i) = (i	267.887.010,16  ania aplicado) <sup>1</sup> (1 ou jj)  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0  0.0
Desposa Mirima a ser Aplicada em ASPS 2 Internaça entro Valer Aplicado e a Desposa Jimen and Coumprido (XX) = (XX) (Quando V PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTO: Stadusa)  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO  Jiferença de limite não cumprido em 2021 ( Jiferença de limite não cumprido em 2020 (  Jiferença de limite não cumprido em 2020 (  Jiferença de limite não cumprido em 2020 (  Jiferença de limite não cumprido em 2020 (  Jiferença de limite não cumprido em 2020 (  Jiferença de limite não cumprido em 2020 (  Jiferença de limite não cumprido em 2020 (  JIFERENÇA DO EMPENHO?   EXERCICIO DO	A Minima e par Aplicada (DX) a si (Constitutação E A Minima e are Aplicada (DX) a si of for inferior a zarro) si E TRANSFERÊNCIAS CONS:  PERCENTUAL MINIMO NÃO 1 CONFC SANDER SI A SI ANDRES SANDER SA	CUMPRIDO EM EXER RIME ARTIGOS 25 E.  CUMPRIDO EM EXER RIME ARTIGOS 25 E.  do demonstrativo do e al ao saldo final do de viTERIORES (XXI)  Valor aplicado em ASPS no exercicio (n)  1.893.503.098, 55 1.547.241.426, 08 1.184.925.035, 46 1.099.336.716, 50 1.112.822.454, 40 1.099.336.716, 50 1.112.822.454, 40 1.091.887.75 1.791.1 DO EXERCIO FINAL DO EXERCIO FINAL DO EXERCIO FINAL DO EXERCIO FINAL OU EXERCIO FINAL OU EXERCIO FINAL OU EXERCIO FINAL OU  NISIDERADOS PARA 9.2" DA LC 141  XXXV) (saldo inicial = IX XXVI) (saldo inicial = IX XXVII) (saldo inicial = IX XXVIII) (saldo inicial = IX XXVIIII) (saldo inicial = IX XXVIIII) (saldo inicial = IX XXVIIII (saldo inicial = IX XXVIII (saldo inicial = IX XXVIIII (saldo inicial = IX XXVIIII (saldo inicial = IX XXVIIII (saldo inicial	US APLICADO EM  CÍCIOS ANTERIOR  ZE DA LC 141/2912  Valor aplicado alem do limite mínimo (0) = (0 - m), (0) = (0) = (0 - m), (0) = (0)	Total Inscrite em RP no exercicio (p)  So 300,614,45 10,561,241,18 12,194,877,25 4,164,862,31 9,495,60 909,600,00 ETARAM O CUMPRIME APETARAM O CUM	EXECU RPNP Inscritos Indevidamento no Exercício sem Disponibilidade Pinanciccio sem (XIVd) 35.901.557.78 10.023.179.08 12.194.877.25 4.067.823.3 919.095.80 12.194.877.25 14.078.21.179.08 15.07.18 15.07	QÃO DE RESTOS A P.  Valor inscrito em RP.  valor inscrito em RP.  considerado no Limite (r) = (p · (p · (p · 4)) 50 < (0, — então (r) = (0)  1.  (coma dos asidos de la valor de la	AGAR  Total de RP pagos (s)  39.800.098.74 2.999.260.35 626.027.39 194.000.00  patitivos da coluna "Y") n de demonstrativo do exercida LC 141/2012)  Saldo Inicial	(w)  Total de RP a  Total de RP a  10,000 0,000	377.795.496,54  17,  LIMIT Despesas Cu Empenhadas ()  0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	E NAO CUMPRIDO  steadas no Exercica  Liquidadas (I)        CANCELADOS OU  steadas no Exercica  Liquidadas (y)	2378,91  - 304.670.172,44  lio de Referência  Pagas (k)  0,000 0,0	Saldo Final (I) = (h.  Diferença entre o o do limite e o total (y) = ((o	267.887.010,18 267.88

									Continuação
DES	PESAS COM SAÚDE N	IÃO COMPUTADAS N	O CÁLCULO DO MÍNIMO						
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNCÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
		ATONELERDA (U)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	(g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	345.000,00	1.030.929,00	39.316,09	3,81%	39.316,09	3,81%	39.316,09	3,81%	0,00
Despesas Correntes	345.000,00	727.490,00	39.316,09	5,40%	39.316,09	5,40%	39.316,09	5,40%	0,00
Despesas de Capital	0,00	303.439,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	452.120.090,00	524.650.484,00	298.944.610,39	56,98%	194.200.938,22	37,02%	191.389.269,71	36,48%	0,00
Despesas Correntes	396.109.743,00	412.476.227,00	269.254.300,74	65,28%	169.138.143,94	41,01%	166.327.875,43	40,32%	0,00
Despesas de Capital	56.010.347,00	112.174.257,00	29.690.309,65	26,47%	25.062.794,28	22,34%	25.061.394,28	22,34%	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO (XXXV) <sup>3</sup>	1.796.000,00	4.445.350,00	1.551.342,80	34,90%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	1.248.000,00	3.897.350,00	1.551.342,80	39,81%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	548.000,00	548.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	1.140.000,00	1.591.071,00	297.121,82	0,00%	219.253,43	0,00%	206.454,31	0,00%	0,00
Despesas Correntes	1.090.000,00	1.491.071,00	258.630,46	0,00%	211.903,43	0,00%	199.104,31	0,00%	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	100.000,00	38.491,36	0,00%	7.350,00	0,00%	7.350,00	0,00%	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	14.700.000,00	29.520.016,00	6.485.486,72	21,97%	2.891.192,97	9,79%	2.891.192,97	9,79%	0,00
Despesas Correntes	9.300.000,00	15.823.173,00	6.386.126,38	40,36%	2.891.192,97	18,27%	2.891.192,97	18,27%	0,00
Despesas de Capital	5.400.000,00	13.696.843,00	99.360,34	0,73%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	12.340.257,00	11.942.347,00	3.253.422,40	27,24%	1.893.824,00	15,86%	1.738.591,51	14,56%	0,00
Despesas Correntes	9.938.257,00	9.540.347,00	3.253.422,40	34,10%	1.893.824,00	19,85%	1.738.591,51	18,22%	0,00
Despesas de Capital	2.402.000,00	2.402.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = ( XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXXVII + XXXXXII + XXXXVII + XXXXVII + XXXXVII + XXXXXII + XXXXII + XXXII + XXXII + XXXXII + XXXXII + XXXXII + XXXII + XXXII + XXXII + XXXII + XXXXII + XXXII + XXXII + XXXII + XXXII + XXXII + XXXII + XXXIII	482.441.347,00	573.180.197,00	310.571.300,22	54,18%	199.244.524,71	34,76%	196.264.824,59	34,24%	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES.		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS L	IQUIDADAS	DESPESAS	PAGAS	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
		(c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o mês de bimestre (f)	% (f/c) x 100	(g)
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (V + XXXIII)	6.729.229,00	9.705.158,00	5.652.333,09	58,24%	713.604,09	7,35%	713.604,09	7,35%	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (VI + XXXIV)	775.710.316,00	917.953.548,00	609.134.374,77	66,36%	447.722.625,06	48,77%	439.244.864,96	47,85%	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO (XLIII) = (VII + XXXV)	20.101.229,00	19.659.272,00	13.226.576,72		5.977.193,11	30,40%	4.752.864,30	24,18%	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.140.000,00	1.594.725,00	300.775,38	18,86%	222.906,99	13,98%	210.107,87	13,18%	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (XIX + XXXVII)	18.300.000,00	33.881.077,00	8.640.755,28	25,50%	4.902.326,71	14,47%	4.902.326,71	14,47%	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (XI + XXXIX)	1.139.004.683,00	1.134.654.233,00	737.634.360,43	65,01%	730.598.420,10	64,39%	700.550.445,75	61,74%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAUDE (XLVIII) = (XII +XL)	1.960.985.457,00	2.117.448.013,00	1.374.589.175,67	64,92%	1.190.137.076,06	56,21%	1.150.374.213,68	54,33%	0,00

FONTE: SIAFE/TO - SIOPS Notas:

- 1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa em
- 1 Not can by principles our description, or accompanient ment of an extension of the companient of t

- 4 De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais 13º edição, para maior transparência, devem ser apresentado em demonstrativo as despesas executadas em consórcio público, com os valores que compõem a despesa total com ASPS do ente para cálculo do limite.

  De acordo com art. 12 de Portaria STN nº 274/2016 as informações ora envidada devem ser utilizadas na elaboração do RREO, portem o § 2º destaca que °a firm de eliminar duplicidades na elaboração dos demonstrativos enumendos no caput, não deveráo ser computadas as despesas executadas pelos entes da Federação consorcidado, na endidade de aplicação, eferente a tamatenferidas a consórcidos políbicos em virtuale de contrato de rateito de rateito de contrato de rateito de cont

continua (3/4) Continuação

# RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÂRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSÓRCIO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGUIRIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2023/BIMESTRE MAIO - JUNHO

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	VALORES	DESPESAS	EMPENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não	
EXECUTADAS EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS: (CONSÓCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO BRASIL CENTRAL)	TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE	Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Processados (e)	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	0,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	=	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	=	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	291.649,78	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas Correntes	291.649,78	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00	0,00%	-	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%		0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	-	
TOTAL (XII) = $(V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)$	291.649,78	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		

- Notes:

  1. Conforme on Manual de Demonstrativos Fiscais-MDF, 13º edição, para maior transparência, devem ser apresentadas em demonstrativo, as despesas execuladas em consórcio público, com os valores que compõem a despesa total com ASPS do ente para cálculo do limite. De acordo com art. 12 da Portaria STN nº 274/2016 as informações ora envietadas devem ser utilizadas na elaboração dos RREO, porém o § 2º destaca que "a fim de eliminar duplicidades na elaboração dos demonstrativos enumerados no caput, não deverão ser computadas as despesas executadas pelos entes da Federação consorciados na modalidade de aplicação, referente a transferências a consórcios públicos en virtudo de ocurido de reteio".

  2. Neste contexto, restou um saido financeiro de R\$ 291.649,78, remanescente de 2022.
- 3- Os valores registrados nas colunas de despesas são informações declaradas pelos consórcios. Disponíveis no portal do BrC: www.brasilcentral.gov.br > menu "Transparência" > seção Balanços, Demonstrações e Relatórios" 4- Os valores registrados na coluna "valores transferidos por contrato de rateio" são dados extraidos do SIAFEITO.

PROCESSADOS	SALDO A PAGAR
ção Vr.Liquidado Vr. F	ago
0,00 0,00	0,00 28.895,10
Ç	ão Vr.Liquidado Vr. P

(4/4)

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SVOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2023/BIMESTRE MAIO-JUNHO

	JANEIRO A JUNHO 2023/BIMESTRE MAIO-JUNHO								
		Emitido em: 18/07/23 08:30							
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00							
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL							
IIII AGTOG DAG GOTTINATAGOEG DE TTT	GLESO TOTAL EM OF DE DEEL MAN OF EACH OF ANY EACH	Até o bimestre							
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00							
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00							
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00							
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00							
Provisões de PPP	0,00	0,00							
Outros passivos	0,00	0,00							
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00							
Obrigações contratuais	0,00	0,00							
Riscos não Provisionados	0,00	0,00							
Garantias concedidas	0,00	0,00							
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00							
·									

DESPESAS DE PPP	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	12.105.998.306,71	10.813.193.871,00	12.132.518.419,40	12.159.096.628,61	12.185.733.061,62	12.212.427.845,96	12.239.181.109,46	12.265.992.980,25	12.292.863.586,69	12.319.793.057,47	12.346.781.521,53
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

#### NOTA EXPLICATIVA:

- 02 O Saldo do exercício de 2023 corresponde a linha Receita Corrente Líquida (RCL) (IV), coluna " Previsão Atualizada" do anexo 3 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de Julho/2022 a Junho/2023
- 03 Na Inha Receita Corrente Liquida (RCL) (IV), exercicios de 2024 a 2032, as projeções foram calculadas sobre a Receita Corrente Liquida, do exercicio de 2022, utilizando o Fator de Alualização anual da RCL de 1,00219055888%, divulgado no Manual para Instrução de Pfeitos (MIP), conforme determina o Manual de Demonstrativos Fiscais 13º Edição.

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1.00

# GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2023/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)				R\$ 1.
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bime	stre	
RECEITAS Previsão Inicial				12.883.810.476,
Previsão Atualizada				13.083.065.823,
Receitas Realizadas Déficit Orçamentário				7.842.953.959,
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) DESPESAS				783.304.927,
Dotação Inicial				12.656.865.776
Dotação Atualizada Despesas Empenhadas				13.639.426.050 7.362.226.874
Despesas Liquidadas Despesas Pagas				6.484.857.810 6.190.101.124
Superávit Orçamentário				1.358.096.148,
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bime	stre	7,000,000,074
espesas Empenhadas espesas Liquidadas				7.362.226.874, 6.484.857.810,
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bime	stre	40 546 450 725
teceita Corrente Líquida teceita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites do Endividamento teceita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				12.516.150.735, 12.513.135.394, 12.513.135.394,
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES		Até o Bime	stre	
undo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas Despesas Previdenciárias Empenhadas				442.029.796 2.536.943
Despesas Previdenciárias Liquidadas Despesas Previdenciárias Pagas				2.536.943 2.449.288
Resultado Previdenciário				439.492.853
undo em Repartição (PLANO FINANCEIRO) Receitas Previdenciárias Realizadas				578.674.212
Despesas Previdenciárias Empenhadas				696.234.873
Despesas Previdenciárias Liquidadas Despesas Previdenciárias Pagas	1			696.230.203 625.203.821
Resultado Previdenciário istema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas				-117.555.990
Receitas Realizadas				107.838.615
Despesas Empenhadas Despesas Liquidadas				155.825.741 155.825.741
Despesas Pagas Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				140.605.229 -47.987.126
Nesuliduu Assuciduu as Pelisues e dus Iliduvus Willidies	l			continua (1
	Meta Fixada no	Resultado Apurado	% em Relaçã	continuaç o à Meta
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Anexo de Metas Fiscais da LDO	Até o Bimestre		
landa Directic/CEM DDDC) Asima da Linha	(a)	(b)	(b/a)	
esultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha esultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	127.690.552,00 -113.289.413,00	644.922.697,12 806.152.939,54	505,0 711,5	
RESTOS A PAGAR A POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	240.469.179,43	Até o Bimestre 3.648.913,57	Até o Bimestre 152.290.524,01	84.529.741,
Poder Executivo	239.040.580,28	3.647.307,42	150.948.256,86	84.445.016
Poder Legislativo Poder Judiciário	615.133,36 597.442,33	0,00 1.606,15	587.024,01 539.276,50	28.109 56.559
Ministério Público	216.023,46	0,00	215.966,64	56,
Defensoria Pública RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00 <b>815.313.825,25</b>	0,00 <b>47.356.967,03</b>	0,00 <b>388.462.312,05</b>	379.494.546
Poder Executivo	737.946.842,89	37.440.830,06	358.623.502,52	341.882.510,
Poder Legislativo Poder Judiciário	9.297.090,28 39.431.852,72	2.299.349,86 6.299.697,07	1.017.231,14 17.756.799,84	5.980.509, 15.375.355,
Ministério Público Defensoria Pública	23.808.374,13 4.829.665,23	946.484,62 370.605,42	8.076.212,02 2.988.566,53	14.785.677, 1.470.493,
OTAL	1.055.783.004,68	51.005.880,60	540.752.836,06	464.024.288,
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	Constitucionais Anuais % Aplicado Até	o Bimestre
fínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.352.412.973,28	25	23,68	5
∕línimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	440.429.778,18 0,00	70 50	68,70 0,00	
fínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apura	do Até o Bimestre	Saldo não re	ealizado
teceita de Operação de Crédito Jespesa de Capital Líquida				
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
undo em Capitalização (Plano Previdenciário) Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário undo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0
Pensões e Inativos Militares	1	, ,		
Receitas de Contribuições Despesas com Pensões e Inativos			0,00	continua (2
	0,00	0,00	0,00	
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	continua
Despesas com Pensões e Inativos		0,00 do Até o Bimestre	Saldo a Re	
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS eceita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS eceita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	Valor Apura	do Até o Bimestre	Saldo a Ro	
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  eceita de Capital Resultante da Alienação de Ativos plicação dos Recursos da Alienação de Ativos	Valor Apurad	do Até o Bimestre Limite	Saldo a Ri Constitucional Anual	ealizar
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares	Valor Apura	do Até o Bimestre Limite % Mínimo a	Saldo a Ro	
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS eceita de Capital Resultante da Alienação de Ativos plicação dos Recursos da Alienação de Ativos  DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurad	do Até o Bimestre Limite	Saldo a Ri Constitucional Anual	o Bimestre
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  RESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  RESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurad  Valor apurado  Até o Bimestre	do Até o Bimestre  Limite  % Mínimo a  Aplicar no Exercicio  12%	Saldo a Re Constitucional Anual % Aplicado Até	o Bimestre
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS eceita de Capital Resultante da Alienação de Ativos plicação dos Recursos da Alienação de Ativos  DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE espesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos  DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurad  Valor apurado  Até o Bimestre	do Até o Bimestre Limite % Minimo a Aplicar no Exercício	Saldo a Re Constitucional Anual % Aplicado Até	o Bimestre
Despesas com Pensões e Inativos Resultado Associados às Pensões e aos Inativos Militares  RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS eceita de Capital Resultante da Alienação de Ativos plicação dos Recursos da Alienação de Ativos  DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE espesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	Valor Apurad  Valor apurado  Até o Bimestre	do Até o Bimestre  Limite  % Mínimo a  Aplicar no Exercicio  12%	Saldo a Re Constitucional Anual % Aplicado Até	o Bimestre

WANDERLEI BARBOSA CASTRO Governador do Estado JOSÉ HUMBERTO PEREIRA MUNIZ FILHO Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS Secretário de Estado da Fazenda MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO Superintendente de Contabilidade Geral Contador CRC-TO 001582/O WENDER TEODORO DA SILVA Diretor de Responsabilidade Fiscal Contador CRC-TO 1925 O-5 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### CREDENCIAMENTO Nº 001/2019 PROCESSO Nº 2018/2300/03.378

#### SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência de Compras e Central de Licitação da Secretaria da Fazenda, no uso de suas atribuições, decide tornar público o julgamento do pedido de Credenciamento, conforme documentos acostados aos autos, que tem por finalidade credenciar Pessoas Físicas e/ou Jurídicas para realizar a prestação de serviços na área de saúde e diagnósticos, hospitalares, de especialidades médicas, radioterapia, oncologia, terapia renal substitutiva e demais utilidades previstas e atualizadas em rol de procedimentos constantes na tabela própria do PLANSAÚDE (TPPS), conforme segue:

#### I. CREDENCIADOS DEFERIDOS:

CNPJ/CPF	CREDENCIADO	CIDADE	ESPECIALIDADE
00.088.925/0001-36	IMEN INSTITUTO DE MEDICINA NUCLEAR EIRELI	Goiânia - GO	SERVIÇO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
08.409.975/0001-80	LAUDO - CENTRO DE MEDICINA LABORATORIAL LTDA - ME	Natividade - TO	LABORATÓRIO

DOS RECURSOS: Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso, conforme item 14 do edital.

Palmas - TO, 26 de julho de 2023.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA Presidente da Comissão Permanente de Licitação

#### SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS

#### PORTARIA Nº 19/2023/GABSEC/SPI, DE 24 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS, no uso das atribuições que lhes conferidas através do ATO nº 293 - NM, Diário Oficial nº 6.268, de 09 de fevereiro de 2023, e em conformidade do art. 86, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa:

### RESOLVE:

Art. 1º determinar a fruição das férias da servidora ANNY KAROLYNY QUEROZ RESPLANDES, CPF Nº XXX.XXX.371-09, Nº Funcional 1157140-4, no período de 25/07/2023 a 03/08/2023, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021, suspensas pela PORTARIA SPI Nº 19, DE 19 DE JULHO DE 2022, publicada no diário oficial do Estado do Tocantins nº 6135, de 25 de Julho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAS JEFFERSON GONÇALVES TEIXEIRA Secretário de Parcerias e Investimentos

#### PORTARIA SPI Nº 20/2023/GABSEC/SPI, DE 24 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º incisos II e IV, da Constituição do Estado, bem como o disposto no Ato nº 293 - NM, Diário Oficial nº 6.268, de 09 de fevereiro de 2023, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa resolve:

## DESIGNAR

Art. 1º MARCOS ROBERTO MOURA DE SOUZA, matrícula 11230550-1, Assessor Jurídico - DAS-3, para responder pela Gestão de Pessoas durante os impedimentos ou afastamentos da titular ANNY KAROLYNY QUEROZ RESPLANDES, matrícula 157140-4, a partir de 25 de julho de 2023 a 03 de agosto de 2023.

Art. 2º Publique-se e cumpra-se.

THOMAS JEFFERSON GONÇALVES TEIXEIRA Secretário de Parcerias e Investimentos

### SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

#### PORTARIA SEPLAN Nº 62/2023/GABSEC.

O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar ELENICE DIAS DA ROCHA, CPF nº XXX.XXX.X82-00, número funcional 418897-1, Assistente Administrativo, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas, de 1º a 11 de agosto de 2023, período em que o titular do cargo IDERLAN SOARES GUEDES, CPF nº XXX.XXX.X21-53, número funcional 863303-2, encontra-se em fruição de férias legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, em Palmas, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

SERGISLEI SILVA DE MOURA Secretário do Planejamento e Orçamento

# **SECRETARIA DA SAÚDE**

#### PORTARIA Nº 368/2023/SES/SGPES/DGP/GGP, DE 20 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 35, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando a Instrução Normativa Geral Nº 02/2015, de 17 de setembro de 2015.

## RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, a pedido

A servidora, ENI APARECIDA DE FARIA, Farmacêutico, Matrícula nº 611065-1, CPF: XXX.XXX.401-10, lotada no Hospital Regional Dr. Alfredo Oliveira Barros para Diretoria de Vigilância Sanitária, retroativo a 03 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

# PORTARIA Nº 369/2023/SES/SGPES/DGP/GGP, DE 20 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 35, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007,

Considerando a Instrução Normativa Geral Nº 02/2015, de 17 de setembro de 2015.

### RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, a pedido

A servidora, LUCIENE MACHADO PEREIRA VASCONCELO, Assistente Social, Matrícula nº 1085743/3, CPF: XXX.XXX.071-34, lotada na Gerência Técnica do CER Estadual de Palmas para o Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres, a partir de 1º de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

#### PORTARIA N° 371/2023/SES/SGPES/DGP/GGP, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, e do disposto no art. 37, §1º e §2º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar, o servidor ADONALDO AVELINO DE OLIVEIRA, Economista, Matrícula nº 477671/3, CPF: XXX.XXX.991-91, para responder cumulativamente pela Gerência do Núcleo de Hemoterapia de Gurupi, no período 17/07/2023 a 31/07/2023, por motivo de férias, do servidor SOLON DUAILIBE FILHO MARTINS, Gerente do Núcleo de Hemoterapia de Gurupi, Matrícula nº 11765496/1, CPF: XXX.XXX.091-50.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

#### PORTARIA - 909/2023/SES/GASEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental nº 235 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266, em 07 de fevereiro de 2023, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado.

Considerando que o processo tem por objeto o Credenciamento de empresa(s) especializada(s) na prestação dos Serviços de Anatomia Patológica e Citopatologia, destinado a atender as necessidades de todos os Hospitais sob gestão Estadual.

Considerando que o sistema de credenciamento é um procedimento de contratação direta, na qual a Administração Pública convoca a todos para contratar, mediante exigências mínimas constantes on edital e fixação prévia de valores, visando assim como na licitação, valores vantajosos para a Administração, podendo contratar com todos aqueles que cumprirem os requisitos ínsitos no instrumento convocatório;

Considerando, ainda, que o credenciamento encontra arcabouço jurídico no artigo 25, "caput", da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), bem como, na Lei Estadual nº 2.980, de 08 de julho de 2015, para a contratação direta, sendo observados os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo;

Considerando que fica caracterizada a inviabilidade de competição pelo fato de que existem diversas empresas que prestam o mesmo serviço; a remuneração será igual para todos e pré-determinada pela Administração; todos os interessados do ramo do objeto podem ser contratados (desde que atendam aos requisitos mínimos de qualificação), sendo assim, não há como ser estabelecida a competição entre os interessados:

Considerando, por outro lado, que o procedimento de credenciamento, nos moldes acima mencionados, alerta-se que o papel da iniciativa privada na prestação de serviços do Sistema Único de Saúde é em caráter acessório e temporário:

# RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a realização de Procedimento Licitatório, com base no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 3º, da Lei nº 2.980, de 08 de julho de 2015, visando à contratação da empresa SION DIAGNÓSTICOS EM ANATOMIA PATOLOGICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada no Contrato: 99/2023/SES/SAEL/DMC, inscrita no CNPJ sob nº 47.490.499/0002-07, no valor de: R\$ 1.046.946,12 (um milhão e quarenta e seis mil e novecentos e quarenta e seis reais e doze centavos), que tem por objeto Credenciamento de empresa(s) especializada(s) na prestação dos Serviços de Anatomia Patológica e Citopatologia, destinado a atender as necessidades de todos os Hospitais sob gestão Estadual.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE - SES/TO, Palmas, capital do Estado, aos 19 dias do mês de julho do ano de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

#### PORTARIA - 910/2023/SES/GASEC, DE 07 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, com fulcro no art. 17, do Decreto nº 5.890, de 18 de dezembro de 2018:

#### RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado final, da Avaliação Periódica de Desempenho-APED dos servidores públicos civis do Estado do Tocantins, lotados nesta Pasta, na conformidade do anexo único desta.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

#### ANEXO

CPF	Nº Funcional	Servidor (a)	Nota	Ano Base
XXX.XXX.X81-68	963966-2	Crebilon Eugenio Moreira Da Rocha Araujo	88,53	2022
XXX.XXX.X11-72	750909-2	Keila Maria Maia Dos Anjos	100	2022
XXX.XXX.X62-04	312086-2	Marcia Mendes Pereira De Oliveira	100	2022
XXX.XXX.X01-53	673850-6	Marcio Naves Matos	99,20	2022
XXX.XXX.X21-49	587841-3	Wanderlei Rodrigues Cerqueira	100	2022

#### PORTARIA - 923/2023/SES/GASEC, DE 24/07/2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 42, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins e,

Considerando o disposto no artigo 200, inciso III, da Constituição Federal, bem como o contido no artigo 6º, inciso III, da Lei nº 8080/90, que versa sobre a competência do SUS em ordenar a formação de recursos humanos para a área da saúde;

Considerando a Portaria SESAU nº 229/2019, publicada no Diário Oficial 5.358, de 15 de maio de 2019, que institui os núcleos de educação permanente nas unidades da Secretaria de Estado da Saúde;

Considerando a PORTARIA 1069/2023/SES/GASEC, DE 09/11/2022 que estabelece normas e fluxos para celebração de Termo de Cooperação Institucional entre a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES - TO) e Instituições de Ensino, visando à realização de estágio estudantil supervisionado e atividades de aprendizagem em serviço, nas Unidades de Saúde e Setores de Gestão da SES - TO;

Considerando a celebração do Termo de Cooperação Nº 07/2020, firmado entre a SES e a Instituição de ensino FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT com objetivo de estabelecer condições de cooperação mútua e disponibilizar vagas para os estágios estudantis supervisionados e as atividades de aprendizagem em serviço, nas Unidades de Saúde e setores da Secretaria de Estado da Saúde;

Considerando o Plano de Aprendizagem em Serviço, que subsidia o termo de cooperação e o Regimento do Estágio Estudantil Supervisionado Obrigatório e Aprendizagem em Serviço;

#### RESOLVE:

Art. 1º Disponibilizar a quantidade de vagas destinadas para Estágio Estudantil Supervisionado Obrigatório e Aprendizagem para a Residência Médica nas unidades de saúde para o ano de 2023, conforme o quadro abaixo:

Unidade de Saúde	Curso	Período do Curso	Período de Realização do estágio	Carga Horária	Nº de Alunos
	Residência Cirurgia do Aparelho Digestivo	R2	23/01/2023 19/02/2023	240	01
	Residência Psiquiatria	R1, R2 e R3	01/03/2023 28/02/2024	2880	05
	Residência Reumatologia	R1 e R2	01/03/2023 28/02/2024	2880	02
	Residência Ortopedia E Traumatologia	R1, R2 e R3	01/03/2023 28/02/2024	2880	06
	Residência Anestesiologia	R1, R2 e R3	01/03/2023 28/02/2024	2400	08
HGP	Residência Cirurgia Vascular	R1 e R2	01/03/2023 28/02/2024	2640	02
пор	Residência Cardiologia	R1 e R2	01/03/2023 28/02/2024	2880	04
	Residência Cirurgia Do Aparelho Digestivo	R1 e R2	01/03/2023 28/02/2024	2640	04
	Residência Infectologia	R1, R2 e R3	01/03/2023 28/02/2024	2880	04
	Residência Cirurgia Geral	R1, R2 e R3	01/03/2023 28/02/2024	2400	10
[	Residência Clínica Médica	R1 e R2	01/03/2023 28/02/2024	2640	12
	Residência Pediatria	R1 e R3	01/03/2023 28/02/2024	1920	20

	Residencia UFT-HDT Infectologia	R2	02/11/2023 30/11/2023	264	01
	Residencia UFT-HDT Infectologia	R3	03/01/2024 31/01/2024	276	01
	Residencia UFT-HDT Pediatria	R3	02/06/2023 29/12/2023	516	01
	Residencia UFT-HDT Pediatria	R2	04/09/2023 30/11/2023	516	01
	Residencia UFT-HDT Pediatria	R2	03/01/2024 31/01/2024	276	01
	Residência Pediatria	R1	02/05/2023 31/10/2023	540	01
	Residência Pediatria	R1	03/04/2023 29/02/2024	492	01
HRPN	Residência Cirurgia Geral	R2	01/03/2023 28/02/2024	480	04
HMDR	Residência PEDIATRIA	R1 e R3	01/03/2023 28/02/2024	960	18
	Residência HDT-UFT Infectologia	R2	01/02/2023 28/02/2023	120	01
	Residência UFT-HDT Clínica Médica	R2	01/04/2023 29/02/2024	1866	01
	Residência UFT-HDT Clínica Médica	R2	01/03/2023 29/02/2024	1716	01
	Residência UFT-HDT Infectologia	R2	01/04/2023 31/05/2023	396	01
	Residência UFT-HDT Infectologia	R2	01/06/2023 31/07/2023	384	01
HRA	Residência UFT-HDT Infectologia	R3	01/09/2023 30/09/2023	126	01
	Residencia UFT-HDT Infectologia	R3	01/08/2023 31/08/2023	138	01
	Residencia UFT-HDT Infectologia	R3	01/04/2023 31/05/2023	378	01
	Residência Clínica Médica	R1	01/08/2023 03/08/2023	276	01
	Residência Clínica Médica	R1	02/06/2023 30/06/2023	252	01
	Residência Infectologia	R1	01/05/2023 31/05/2023	276	01
	TOTAL			39.528	118

Art. 2º Fica a Instituição de Ensino FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS- UFT obrigada a cumprir com o valor da contrapartida estipulada, conforme art. 8º da PORTARIA 1069/2022/SES/ GASEC. DE 09/11/2022.

Art. 3º Permanecem inalteradas as cláusulas do instrumento original, que é o Termo de Cooperação Institucional, e as obrigações pendentes dos aditivos anteriores.

Art.  $4^{\rm o}$  A disponibilidade de vagas da Residência Médica citadas na tabela acima terá vigência até 30 de dezembro de 2023.

Art. 5º Os casos omissos serão dirimidos pela SES-TO.

Art.  $6^{\circ}$  Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

PROCESSO PRINCIPAL N° 2022.30550.007552 PROCESSO ADITIVO N° 2022.30550.012133 CONTRATO N° 085/2022

# ERRATA - 41/2023/SES/GASEC

Informamos providencias quanto à correção do 3º Termo Aditivo de Reequilíbrio do Contrato nº 085/2022, firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa ASSOCIAÇÃO SAUDE EM MOVIMENTO - ASM, acerca da correção do valor anual do Contrato, constante na "CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA", conforme DESPACHO Nº 172/2023/SES/SUHP, acostado ao SGD nº 157888/2023, consoante ao Processo nº 2022/30550/0012133.

Importa mencionar que, a referida publicação não traz prejuízo ao erário, ao passo que Administração Pública deve corrigir seus Atos com defeitos sanáveis conforme preleciona o art. 55 da Lei 9.784/1999.

#### ONDE CONSTA:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa resultante da execução deste Contrato correrá à conta da Classificação Orçamentária 10.302.1165.4113, Natureza Da Despesa nº 33.90.39 e Fonte 500.1002.102/818888, conforme Documento Orçamentário acostado no SGD nº 180793, no valor do reequilíbrio de R\$ 4.008.159,45 (quatro milhões e oito mil e cento e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Dessa forma, o valor anual do contrato com o reequilíbrio passará a R\$ 28.820.994,74 (vinte e oito milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos).

#### PASSE A CONSTAR:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa resultante da execução deste Contrato correrá à conta da Classificação Orçamentária 10.302.1165.4113, Natureza Da Despesa nº 33.90.39 e Fonte 500.1002.102/818888, conforme Documento Orçamentário acostado no SGD nº 180793, no valor do reequilíbrio de R\$ 4.008.159,45 (quatro milhões, oito mil e cento e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Dessa forma, o valor anual do contrato com o reequilíbrio passará a R\$ 23.820.994,74 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos).

GABINETE DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE - SES/TO, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de julho do ano de 2023

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

PROCESSO PRINCIPAL N° 2022.30550.001340 PROCESSO ADITIVO N° 2023.30550.0002399 CONTRATO N° 034/2022

# ERRATA - 42/2023/SES/GASEC

Informamos providencias quanto à correção do 1º Termo Aditivo de Prazo e Valor do Contrato nº 034/2022, firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa ABC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, referente à correção do valor do Contrato, constante na "CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", conforme ANEXO III AO DECRETO Nº 6.597, de 1 março de 2023, acostado ao SGD nº 188782/2023.

Importa mencionar que, a referida publicação não traz prejuízo ao erário, ao passo que Administração Pública deve corrigir seus Atos com defeitos sanáveis conforme preleciona o art. 55 da Lei 9.784/1999.

#### ONDE CONSTA:

A despesa resultante da execução deste Contrato correrá no valor de R\$ 144.398,48 (cento e quarenta mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos).

# PASSE A CONSTAR:

A despesa resultante da execução deste Contrato correrá no valor de R\$ 244.398,48 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos).

GABINETE DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE - SES/TO, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de julho do ano de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

#### EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 29010.000011/2023

PROCESSO Nº: 2023/30551/000048

PARCEIRO/CONCEDENTE: Estado do Tocantins, por intermédio da

Secretaria de Estado da Saúde.

PARCEIRA/EXECUTORA: Instituto Cidadania Amazônia CNPJ DA PARCEIRA/EXECUTORA: 10.273.789/0001-08

OBJETO: oferta de procedimentos e serviços de saúde em unidade móvel (carreta da saúde) de prestação de serviço de apoio diagnóstico com exames de imagem.

VALOR DO CONCEDENTE: R\$ 394.000,00 (trezentos e noventa e quatro mil)

FONTE: 500.1002.104

DATA DA ASSINATURA: 24/07/2023

VIGÊNCIA: Este Termo de Colaboração terá vigência até 31/12/2023, iniciando-se a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: até 30 (trinta) dias a contar do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

SIGNATÁRIOS: AFONSO PIVA DE SANTANA - Secretário de Estado da Saúde

IBANEIDE RODRIGUES DOS SANTOS - Instituto Cidadania Amazônia

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO**

PROCESSO: 2023/30551/000009

TERMO DE CONVÊNIO Nº 00012/2023

CONCEDENTE: Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de

Estado da Saúde.

CONVENENTE: Fundo Municipal de Saúde de Miranorte

CNPJ DO CONVENENTE: 13.414.643/0001-23

OBJETO: aquisição de equipamento e material permanente

DATA DA ASSINATURA: 25/07/2023 LIMITE PARA EXECUÇÃO: 31/12/2023.

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: até 30 (trinta) dias a contar do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

SIGNATÁRIO: AFONSO PIVA DE SANTANA - Secretário de Estado da Saúde

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

Republicada para correção

PROCESSO: 2019/30550/006557

4º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 175/2019

CONCEDENTE: Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde.

CONVENENTE: Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy - TO.

CNPJ DO CONVENENTE: 11.231.208/0001-38

OBJETO: Prorrogar a vigência do convênio em questão até 30/05/2024.

DATA DA ASSINATURA: 11/07/2023. LIMITE PARA EXECUÇÃO: 30/05/2024.

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: até 30 (trinta) dias a contar do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

SIGNATÁRIO: AFONSO PIVA DE SANTANA - Secretário de Estado da Saúde

### EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E DE VALOR DO TERMO DE COMPROMISSO 9/2022

PROCESSO: 2022/30550/004529

1º Termo de Aditamento de Prorrogação de Vigência e Valor do Termo de Compromisso nº 9/2022.

PARTÍCIPES: Estado do Tocantins por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e o Município de Miranorte, por meio do Fundo Municipal de Saúde.

CNPJ DO MUNICÍPIO: 13.414.643/0001-23

OBJETO: Prorrogação de prazo e valor do Termo de Compromisso 9/2022. Data da Assinatura: 21/07/2023

Término da Vigência: 03/08/2024

Valor: R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) Signatários:

AFONSO PIVA DE SANTANA - Secretário de Estado da Saúde GIZELDA DA COSTA SILVA - Secretário de Saúde de Miranorte/Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2023/SES/SAEL/DMC

PROCESSO Nº: 2020/30550/007493 CONTRATO: 100/2023/SES/SAEL/DMC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins - SES/TO CONTRATADA: CRP Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material permanente de informática (Microcomputador), para atender as necessidades do Órgão Requisitante.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, ou até a utilização do quantitativo, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Fonte de Recursos: 759.0000.240

Classificação Orçamentária: 10.305.1165.4353

Natureza da Despesa: 4.4.90.52

VALOR: R\$ 81.888,84 (oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 24/07/2023

SIGNATÁRIOS: Afonso Piva de Santana - P/ CONTRATANTE CRP Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda -P/ CONTRATADA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

#### PORTARIA Nº 374/2023/SES/SGPES/DGP/GGP. **DE 21 DE JULHO DE 2023.**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante, a PORTARIA Nº 280/2022/SES/SGPES/DGP/GGP, de 11 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 6.085.

#### RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por necessidade do serviço, as férias da servidora VIVIANE PAULA FERREIRA, Gerente de Planejamento e Gestão de Vigilância em Saúde, Matrícula nº 935545/1, CPF: XXX.XXX.231-87, lotada na Gerência de Planejamento e Gestão de Vigilância em Saúde, relativas ao período aquisitivo, 2022/2023, previstas para o período de 24.07.2023 a 28.07.2023, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e o servidor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEIDE IDAINE BARROS DA SILVA

Diretora de Gestão Profissional, respondendo, Superintendente de Gestão Profissional e Educação na Saúde

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PRECOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: AMPLA COMERCIAL LTDA CNPJ: 05.891.838/0001-36

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	20	UNIDADE	Caixa para kit de primeiros socorros em poliestireno com 02 compartimentos, duplo fecho (Dispositivo de fechamento), Dimensões aproximadas: 35 cm de comprimento; 25 cm largura; 20 cm altura. Com alqas para transporte manual. Cor (Vermelha ou Branca).	NITRONPLAST	R\$ 88,55	R\$ 1.771,00

			Calçado de Segurança, cor branca, tamanhos variados conforme quantidades específicadas abaixo, cor branca, com sólado antiderrapante e certificado pelo Ministério do Trabalho.				
			Nº do Calçado/ Tamanho	Quantidade			
			34	40			
			35	60			
			36	60			
4	4 330	PAR	37	30	KADES CA 28.629	R\$ 65,00	R\$ 21.450,00
			38	30			
			39	20			
			40	30			
			41	30			
			42	20			
			43	05			
			44	05			
			TOTAL	330			
			VAL	OR TOTAL			R\$ 23.221,00

# 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1 Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

## 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

AMPLA COMERCIAL LTDA CNPJ: 05.891.838/0001-36

### ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS № 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: LANCELETTE BIOMEDICAL LTDA CNPJ: 10.795.950/0001-03

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	
26	5.000	UNIDADE	Propé, sapatilha descartável, cor branca; confeccionado em TNT; com elástico fixador 100% polipropileno.	MS CLEAN	R\$ 0,10	R\$ 500,00	
	VALOR TOTAL						

### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

LANCELETTE BIOMEDICAL LTDA CNPJ: 10.795.950/0001-03

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: PROTEGGERE INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI S LTDA CNPJ: 12.670.981/0001-63

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
7	200	PAR	Luva de látex natural tamanho "M", luva confeccionada em látex natural, formato anatômico, flexibilidade, resistente e duráveis, sensibilidade tácil adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, embalada em envelope grau cirúrgico contendo 1 par	LALAN	R\$ 3,58	R\$ 716,00
VALOR TOTAL						R\$ 716,00

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

# 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

PROTEGGERE INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI S LTDA CNPJ: 12.670.981/0001-63

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: GOEDERT LTDA CNPJ: 79.846.465/0001-18

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	
8	6.750	CAIXA	Luva de procedimento não cirúrgico - Tamanho "PP", caixa com 100 unidades em látex com textura uniforme, ambidestra, sem falhas, anatômico e antiderrapante, pulverizada com pó bioabsorvível, com punho acabado longo com bainha, não estéril, embaldo em material que garante a integridade do produto.	NOBRE	R\$ 12.33	R\$ 83.227,50	
10	6.750	CAIXA	Luva de Procedimento não cirúrgico - Tamanho "P" caixa com 100 unidades em látex com textura uniforme, ambidestra, sem falhas e anatômico e antiderrapante, pulverizada com pó bioabsorvível, com punho acabado longo com bainha, não estéril, embaldo em material que garante a integridade do produto.	NOBRE	R\$ 12,33	R\$ 83.227,50	
12	6.000	CAIXA	Luva de Procedimento não cirúrgico - Tamanho "M" caixa com 100 unidades em látex com textura uniforme, ambidestra, sem falhas e anatômico e antiderrapante, pulverizada com pó bicabsorvível, com punho acabado longo com bainha, não estéril, embaldo em material que garante a integridade do produto	NOBRE	R\$ 13,05	R\$ 78.300,00	
14	3.000	CAIXA	Luva de procedimento não cirúrgico - Tamanho "G", caixa com 100 unidades em látex com textura uniforem, ambidestra, sem falhas e anatômico antiderrapante, pulverizada com pó bicabsorvível, com punho acabado longo com bainha, não estéril, embaldo em material que garante a integridade do produlo	NOBRE	R\$ 13,05	R\$ 39.150,00	
	VALOR TOTAL						

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

## 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

GOEDERT LTDA CNPJ: 79.846.465/0001-18

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: INTERJET COMERCIAL LTDA CNPJ: 59.403.410/0001-26

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
6	200	FRASCO	Lava olhos de emergência (ducha oflálmica) com válvida para gerar jato de água aerado. Material do frasco em polietileno, da tampa em polipropileno ed mangueira em PVC cristal. Aplicação (Finalidade): Sistema fácil e seguro na lavagem dos olhos em acidentes com produtos químicos efou biológios. Tamanho/Capacidade: 500 m.L. Cor. Transparente. Forma de Apresentação: Frasco.	NALGON	R\$ 39,45	R\$ 7.890,00
VALOR TOTAL VALOR TOTAL						R\$ 7.890,00

# 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

# 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

# 1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL. b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

INTERJET COMERCIAL LTDA CNPJ: 59.403.410/0001-26

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 43.219.256/0001-05

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	200	UNIDADE	Avental impermeável cor branca; confeccionado em tela TNT (não tecido) revestida de PVC em ambas as faces na seguinte dimensão: comprimento total de 1200 mm e largura total de 695 mm; avental possui duas correias de algodão para ajuste ao usuário.	PREMAX	R\$ 8,88	R\$ 1.776,00
5	6.000	UNIDADE	Jaleco Descartável em polipropileno, descartáveis para uso em laboratório, com manga longa punho em látex, Largura 1,4m por 1,2m comprimento, Gramatura 40 gramas.	NADONA	R\$ 1,93	R\$ 11.580,00
23	15.000	CAIXA	Máscara descartável c/ elástico para fixação na orelha, clip nasal, Atóxica, Hipoalérgica, 100% Polipropileno, não estéril, não inflamável, Isenta de fibras de vidro, sem látex, com tripla camada. Caixa com 50 unidades.	PREMAX	R\$ 3,88	R\$ 58.200,00
24	5.000	CAIXA	Máscara descartável c/ elástico para fixação na orelha, clip nasal, Atóxica, Hipoalérgica, 100% Polipropileno, não estéril, não inflamável, Isenta de fibras de vidro, sem látex, com tripla camada. Caixa com 50 unidades.	PREMAX	R\$ 3,88	R\$ 19.400,00
28	5.000	PACOTE	Toucas Sanfonadas. Pacote com 100 unidades, gorro cirúrgico descartável, confeccionado com material de fibras sintética, cor branca, formato anatômico, com elástico especial em todo o perímetro da touca	PREMAX	R\$ 6,00	R\$ 30.000,00
			VALOR TOTAL			R\$ 120.956,00

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

# 1.3. Condições para contratação:

 a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

LIVE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 43.219.256/0001-05

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: MACRO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 23.384.022/0001-06

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2	55	PAR	Bota de borracha em PVC injetado em uma só peça, cano longo, impermeável de uso profissional, solado antiderrapante, cor Branca. 5 pares de cada tamanho a seguir: 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44.	KADESH	R\$ 46,00	R\$ 2.530,00
19	300	PAR	Luva 6.5 estéril. Lubrificada com pó bioabsorvível. Superfície lisa. Formato anatômico. Dedos curvos. Esterilizada por raio gama.	INJEX	R\$ 1,62	R\$ 486,00
20	300	PAR	Luva 7.0 estéril. Lubrificada com pó bioabsorvível. Superfície lisa. Formato anatômico. Dedos curvos. Esterilizada por raio gama.	INJEX	R\$ 1,58	R\$ 474,00
21	300	PAR	Luva 7.5 estéril. Lubrificada com pó bioabsorvível. Superfície lisa. Formato anatômico. Dedos curvos. Esterilizada por raio gama.	INJEX	R\$ 1,58	R\$ 474,00
22	100	PAR	Luva 8.0 estéril. Lubrificada com pó bioabsorvível. Superfície lisa. Formato anatômico. Dedos curvos. Esterilizada por raio gama.	INJEX	R\$ 1,58	R\$ 158,00
VALOR TOTAL						R\$ 4.122,00

### 01. CONDIÇÕES GERAIS

### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

MACRO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 23.384.022/0001-06

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: MC CIRURGICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 12.812.677/0001-03

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
13	2.000	CAIXA	Luva de Procedimento não cirúrgico - Tamanho "M" caixa com 100 unidades em látex com textura uniforme, ambidestra, sem falhas e anatômico e antiderrapante, pulverizada com pó bioabsoríviel, com punho acabado longo com bainha, não estéril, embalado em material que garante a integridade do produto	MEDIX	R\$ 14,94	R\$ 29.880,00
VALOR TOTAL						R\$ 29.880,00

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

MC CIRURGICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 12.812.677/0001-03

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 28.387.424/0001-70

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	
9	2.250	CAIXA	Luva de procedimento não cirúrgico - Tamanho "PP", caixa com 100 unidades em látex com textura uniforme, ambidestra, sem falhas, anatômico e antiderrapante, pulverizada com pó bioabsorvível, com punho acabado longo com bainha, não estiní, embada o em material que garante a integridade do produto.	DESCARPACK	R\$ 14,43	R\$ 32.467,50	
11	2.250	CAIXA	Luva de Procedimento não cirúrgico - Tamanho "P" caixa com 100 unidades em látex com textura uniforme, ambidestra, sem falhas e anatômico e antiderrapante, pulverizada com pó bioabsorvível, com punho acabado longo com bainha, não estéril, embalado cem material que garante a integridade do produto.	DESCARPACK	R\$ 14,43	R\$ 32.467,50	
15	1.000	CAIXA	Luva de procedimento não cirúrgico - Tamanho "6", caixa com 100 unidades em látex com textura uniforme, ambidestra, sem falhas e anatômico e antiderrapante, pulvefrzada com pó bioabsorvível, com punho acabado longo com bainha, não estéril, embalado em material que garante a integridade do produto	DESCARPACK	R\$ 14,49	R\$ 14.490,00	
	VALOR TOTAL						

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o  $\S1^{\circ}$  do art. 65 da Lei nº 8.666/93

## 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 28.387.424/0001-70

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 373/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010371

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 373/2022 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESSA: W S CARMINO LTDA CNPJ: 36.106.802/0001-28

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
16	2.000	CAIXA	Luva de Procedimentos não cirúrgico - Tamanho "P" antialérgica, caixa com 100 unidades. Confeccionada em resina vinílica, sem pulverização interna com pó bioabsorvível (sem talco), ambidestra.	MEDIX	R\$ 11,70	R\$ 23.400,00
17	2.000	CAIXA	Luva de Procedimentos não cirúrgico - Tamanho "M" antialérgica caixa com 100 unidades. Confeccionada em resina vinílica, sem pulverização interna com pó bioabsorvível (sem talco), ambidestra.	MEDIX	R\$ 11,67	R\$ 23.340,00
18	800	CAIXA	Luva de Procedimentos não cirúrgico - Tamanho "C" antialérgica caixa com 100 unidades. Confeccionada em resina vinílica, sem pulverização interna com pó bioabsorvível (sem talco), ambidestra.	MEIDX	R\$ 11,67	R\$ 9.336,00
25	600	UNIDADE	Oculos de Segurança para Proteção, constituído de armação evisor, confeccionados de uma única peça de policarbonato com ángulo de visão de 180º, dotado de proteção lateral com ventilação e ponte nasal nas extemidades das hastes, orificios para fixação de cordões, podendo também ser utilizados sobrepostos aos óculos corretivos.	PREVEN	R\$ 6,51	R\$ 3.906,00
29	200	UNIDADE	Viseira de Proteção para o rosto em Policarbonato Incolor Aplicação: Contra projeção de partículas.	PREVEN	R\$ 12,10	R\$ 2.420,00
	VALOR TOTAL					

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

# 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

# 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 18 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

W S CARMINO LTDA CNPJ: 36.106.802/0001-28

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/008558

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 108/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESSA: APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI - CNPJ: 34.558.660/0001-04

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
7	9.360	COMPRIMIDO	LAMOTRIGINA 50 MG	UNICHEM	R\$ 0,34	R\$ 3.182,40
8	9.360	COMPRIMIDO	LAMOTRIGINA 25 MG	UNICHEM	R\$ 0,20	R\$ 1.872,00
	VALOR TOTAL VALOR TOTAL					

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

# 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

# 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 19 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 34.558.660/0001-04

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/008558

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 108/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME CNPJ: 20.918.668/0001-20

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
27	468	FRASCO	TIMOLOL 5 MG/ML SOL OFT 5 ML	TEUTO / GENERICO	R\$ 4,90	R\$ 2.293,20
	VALOR TOTAL					

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

# 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

# 1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL. b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 19 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME CNPJ: 20.918.668/0001-20

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/008558

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 108/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESSA: MEDCOM COMERCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 25.211.499/0003-79

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
5	44.460	COMPRIMIDO	LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM FARMACEUTICA	R\$ 0,22	R\$ 9.781,20
	VALOR TOTAL					R\$ 9.781,20

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 19 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

MEDCOM COMERCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 25.211.499/0003-79

#### ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/008558

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 108/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 16.699.864/0001-83

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	58.500	CAPSULA	ISOTRETINOÍNA 20 MG	RANBAXY	R\$ 1,18	R\$ 69.030,00
4	19.500	CAPSULA	ISOTRETINOÍNA 20 MG	RANBAXY	R\$ 1,18	R\$ 23.010,00
	VALOR TOTAL VALOR TOTAL					

## 01. CONDIÇÕES GERAIS

### 1.1. Prazo de validade:

- a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.
  - 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

# 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5 Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 19 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 16.699.864/0001-83

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/008558

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 108/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 23.864.942/0001-13

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
6	14.820	COMPRIMIDO	LAMOTRIGINA 100 MG	EUROFARMA/ GENÉRICO	R\$ 0,30	R\$ 4.446,00
			VALOR TOTAL			R\$ 4.446,00

### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

# 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

# 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 19 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 23.864.942/0001-13

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/010281

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 184/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: T&T PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 13.032.053/0001-36

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	16	UNIDADE	TRANSDUTOR P7-3Q TIPO: PHASED ARRAY FOOTPRINT: 15mm ELEMENTOS: 96 LARGURA DE BANDA (-20dB): 2-8MHz LARGURA DE BANDA (-6dB): 3-7MHz FOV: 90° COMPATÍVEL COM O ULTRASSOM PORTATIL EDAN, MODELO: ACCLARIX AX8	EDAN	R\$ 36.000,00	R\$ 576.000,00
	VALOR TOTAL					

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

# 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 21 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

T&T PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 13.032.053/0001-36

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/30550/009630

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 188/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI - CNPJ: 34.558.660/0001-04

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2	1.716	BISNAGA	CETOCONAZOL 20MG/G + BETAMETASONA 0,5MG/G CREME 30G BISNAGA	GEOLAB	R\$ 10,00	R\$ 17.160,00
			VALOR TOTAL			R\$ 17.160,00

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 1.3. Condições para contratação:

- a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 20 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 34.558.660/0001-04

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/006733

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 192/2023 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

# EMPRESA: MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 09.034.672/0001-92

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	10.296	AMPOLA	METILERGOMETRINA 0,2MG/ ML SOLUCAO INJETAVEL 1ML AMPOLA	UNIÃO QUIMICA	R\$ 2,01	R\$ 20.694,96
4	1.248	BISNAGA	TIABENDAZOL 50MG/G POMADA 45 G BISNAGA	UNIÃO QUIMICA	R\$ 29,67	R\$ 37.028,16
	VALOR TOTAL					

# 01. CONDIÇÕES GERAIS

# 1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

# 1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

- b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

#### 1.4. Condições de gerais:

- a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

#### 1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 24 de julho de 2023.

AFONSO PIVA DE SANTANA Secretário de Estado da Saúde

MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 09.034.672/0001-92

# AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 373/2022

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 373/2022 - Processo Administrativo Nº 2022/30550/010371, conforme segue:

#### AMPLA COMERCIAL LTDA

CNPJ: 05.891.838/0001-36, o valor adjudicado R\$ 23.221,00.

### LANCELETTE BIOMEDICAL LTDA

CNPJ: 10.795.950/0001-03, o valor adjudicado R\$ 500,00.

PROTEGGERE INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI S LTDA CNPJ: 12.670.981/0001-63, o valor adjudicado R\$ 716,00.

MC CIRURGICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 12.812.677/0001-03, o valor adjudicado R\$ 29.880,00.

#### MACRO PRODUTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 23.384.022/0001-06, o valor adjudicado R\$ 4.122,00.

# M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 28.387.424/0001-70, o valor adjudicado R\$ 79.425,00.

#### W S CARMINO LTDA

CNPJ: 36.106.802/0001-28, o valor adjudicado R\$ 62.402,00.

# LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 43.219.256/0001-05, o valor adjudicado R\$ 120.956,00.

INTERJET COMERCIAL LTDA

CNPJ: 59.403.410/0001-26, o valor adjudicado R\$ 7.890,00.

**GOEDERT LTDA** 

CNPJ: 79.846.465/0001-18, o valor adjudicado R\$ 283.905,00.

ITENS SEM SUCESSO

FRACASSADO ITEM: 27

O valor total adjudicado R\$ 613.017,00. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Palmas/TO, 18 de julho de 2023.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA Superintendente da Central de Licitação

# AVISO DE RESULTADO PARCIAL DO PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO № 108/2023

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 108/2023 - Processo Administrativo Nº 2022/30550/008558, conforme seque:

SANTE MEDICA HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 16.699.864/0001-83, o valor adjudicado R\$ 92.040,00.

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI ME CNPJ: 20.918.668/0001-20, o valor adjudicado R\$ 2.293,20.

UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 23.864.942/0001-13, o valor adjudicado R\$ 4.446,00.

MEDCOM COMERCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 25.211.499/0003-79, o valor adjudicado R\$ 9.781,20.

APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 34.558.660/0001-04, o valor adjudicado R\$ 5.054,40.

O valor total adjudicado R\$ 113.614,80 . O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 19 de julho de 2023.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA Superintendente da Central de Licitação

# AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 184/2023

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 184/2023 - Processo Administrativo Nº 2022/30550/010281, conforme segue:

T&T PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 13.032.053/0001-36, o valor adjudicado R\$ 576.000,00.

O valor total adjudicado R\$ 576.000,00. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 21 de julho de 2023.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA Superintendente da Central de Licitação

# AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 188/2023

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 188/2023 - Processo Administrativo Nº 2022/30550/009630, conforme segue:

APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR FIRELI

CNPJ: 34.558.660/0001-04, o valor adjudicado R\$ 17.160,00.

ITENS SEM SUCESSO

DESERTOS / FRACASSADOS

ITENS: 1, 3 e 4

O valor total adjudicado R\$ 17.160,00. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 20 de julho de 2023.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA Superintendente da Central de Licitação

# AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 192/2023

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 192/2023 - Processo Administrativo Nº 2021/30550/006733, conforme segue:

MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 09.034.672/0001-92, o valor adjudicado R\$ 57.723,12.

ITENS SEM SUCESSO

DESERTOS / FRACASSADOS

ITENS: 1 e 2

O valor total adjudicado R\$ 57.723,12. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 24 de julho de 2023.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA Superintendente da Central de Licitação

# SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### PORTARIA - SETAS Nº 61, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor RÉGIS ANTÔNIO MARQUES, Cargo: motorista, matricula: 11233770- 1, CPF: 019.xxx.xxx-92, para o encargo de Fiscal do Contrato (titular), abaixo relacionado:

I. Contrato nº 06/2022, Processo nº 2021 41000 000367, firmado com a empresa, REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO - RENAPSI, inscrita no CNPJ sob o nº 37.381.902/0001-25;

Art. 2º Designar o servidor VANDERLY FAGUNDES DE SOUZA JÚNIOR, cargo: Assistente Especializado I, matrícula: 11689862, CPF: 975.xxx.xxx-15; como suplente de fiscal, para o acompanhamento e fiscalização do referido contrato, nos impedimentos e afastamentos legais do titular RÉGIS ANTÔNIO MARQUES.

Art.  $3^{\rm o}$  São atribuições do fiscal de contrato e nos impedimentos do titular também do (a) suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

II - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou fornecimento de equipamentos, manifestando-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual tempestivamente, das irregularidades encontradas quando for o caso, das providências que determinam os incidentes verificados e do resultado dessas medidas, bem como, informar por escrito à Diretoria de Administração e Finanças sobre tais eventos para ciência e apreciação das providências;

III - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinado;

IV - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

V - manifestar quanto à oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 (sessenta) dias do final da vigência, logo após encaminhar para Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências.

Art. 4º Desenvolver suas atribuições conforme as orientações do Manual Interno de Fiscalização de Contrato - SETAS, aprovado pela Portaria-SETAS nº 177/2012.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, a partir de 1º de dezembro de 2020.

Art. 6º Revoga-se a PORTARIA - SETAS Nº 115, de 08 de julho de 2022, e quaisquer outras(s) que tenha(m) sido publicada(s) para a fiscalização do contrato em comento.

GABINETE DO SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Palmas, Capital do Estado do tocantins, aos 21 (vinte e um) dias de julho de 2023.

> JONISKLEY CALAÇA CAPITULINO RODRIGUES Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social

# **SECRETARIA DO TURISMO**

# EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000104 Convênio nº: 87010.000041/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEQUIZEIRO

CNPJ: 25.086.604/0001-23

Objeto: APOIO PARA AS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO NO

MUNICÍPIO DE PEQUIZEIRO - TO Valor Concedido: R\$ 300.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 25.000,00

Valor Total: R\$ 325.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500

Data da Assinatura: 01/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

JOCÉLIO NOBRE DA SILVA - Prefeito

## EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000115 Convênio nº: 87010.000042/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO TOCANTINS

CNPJ: 24.851.503/0001-39

Objeto: APOIO PARA AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA

ROSA - TO

Valor Concedido: R\$ 148.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 2.000,00 Valor Total: R\$ 150.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41

Fonte de Recurso: 500

Data da Assinatura: 01/06/2023 Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário LEVI TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Prefeito

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000107 Convênio nº: 87010.000043/2023 Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO

**TOCANTINS** 

CNPJ: 24.851.461/0001-36

Objeto: APOIO PARA REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE DE ANIVERSÁRIO NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS -TO

Valor Concedido: R\$ 100.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 100,00 Valor Total: R\$ 100.100,00 Natureza da despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 02/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

FLAVIO RODRIGUES SILVA - Prefeito

## EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000114 Convênio nº: 87010.000044/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO RIO NEGRO

CNPJ: 25.086.638/0001-18

Objeto: REALIZAÇÃO DO 34º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO

MÚNICÍPIO DE APARECIDA DO RIO NEGRO/TO

Valor Concedido: R\$ 260.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 1.000,00 Valor Total: R\$ 261.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 01/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

SUZANO LINO MARQUES - Prefeito

# EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000116 Convênio nº: 87010.000045/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: MUNICÍPIO DE PINDORAMA DO TOCANTINS

CNPJ: 02.155.331/0001-26

Objeto: REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE DO FESTEJO DE NOSSA SENHORA APARECIDA E DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE

**PINDORAMA** 

Valor Concedido: R\$ 450.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 1.000.00 Valor Total: R\$ 451.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 01/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

THIAGO TAPAJOS ALVES DE OLIVEIRA - Prefeito

# EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000111 Convênio nº: 87010.000046/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS

CNPJ: 00.003.848/0001-74

Objeto: APOIO PARA REALIZAÇÃO DO 43º ANIVERSÁRIO DE

FIGUEIRÓPOLIS -TO

Valor Concedido: R\$ 100.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 40.000,00 Valor Total: R\$ 140.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 07/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

JAKELINE PEREIRA DOS SANTOS - Prefeito

## EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000092 Convênio nº: 87010.000047/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

CNPJ: 01.237.403/0001-11

Objeto: APOIO PARA REALIZAÇÃO DE ANIVERSÁRIO NO MUNICÍPIO

DE ARAGUATINS-TO

Valor Concedido: R\$ 200.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 114.000,00

Valor Total: R\$ 314.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 06/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

AQUILES PEREIRA DE SOUSA - Prefeito

# EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000102 Convênio nº: 87010.000048/2023 Concedente: SECRETARIA DO TURISMO Convenente: INSTITUTO PIZADA DA BUTINA

CNPJ: 11.350.864/0001-50

Objeto: FESTIVIDADES DO 43º ANIVERSARIO DA CIDADE DE

FIĞUEIRÓPOLIS

Valor Concedido: R\$ 250.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 00,00 Valor Total: R\$ 250.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.50.41 Fonte de Recurso: 500/104 Parlamentar CLEITON CARDOSO Data da Assinatura: 06/06/2023

Vigência: 31/12/2023 Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário WHALLAS FURTADO DA SILVA - Representante do Instituto

#### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000073 Convênio nº: 87010.000049/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO Convenente: INSTITUTO CIDADANIA AMAZÔNIA

CNPJ: 10.273.789/0001-08

Objeto: APOIO PARA REALIZAÇÃO DE ESTRUTURA DA 32ª

**EXPOGUARAÍ** 

Valor Concedido: R\$ 50.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 00,00 Valor Total: R\$ 50.000,00 Natureza da Despesa: 33.50.41 Fonte de Recurso: 500/104 Parlamentar LEO BARBOSA Data da Assinatura: 07/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

PAULO AUGUSTUS DE OLIVEIRA AMARAL - Representante do Instituto

#### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000119 Convênio nº: 87010.000050/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: ICAM INSTITUTO CULTURAL AMIGOS DA MUSICA

CNPJ: 03.110.297/0001-36

Objeto: APOIO AO FESTEJO DE SÃO JOÃO BATISTA NO MUNICIPIO

DE DOIS IRMÃOS

Valor Concedido: R\$ 75.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 00,00 Valor Total: R\$ 75.000,00 Natureza da Despesa: 33.50.41 Fonte de Recurso: 500/104 Parlamentar CLÁUDIA LELIS Data da Assinatura: 14/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

JOMAR CASTELUCI - Representante do Instituto

#### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000055 Convênio nº: 87010.000051/2023 Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: VEROS AMBIENTAL SOCIEDADE AMBIENTAL CULTURAL

E EDUCACIONAL CNPJ: 06.341.285/0001-00

Objeto: TEMPORADA DE PRAIA EM PEIXE - TO 2023

Valor Concedido: R\$ 349.980,00 Valor da Contrapartida: R\$ 00,00 Valor Total: R\$ 349.980,00 Natureza da Despesa: 33.50.41 Fonte de Recurso: 500/104

Parlamentar ISSAM SAADO / ANTÔNIO ANDRADE

Data da Assinatura: 07/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário JOSE ROGÉRIO BARRERA SCHALCH - Representante do Instituto

#### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000081 Convênio nº: 87010.000052/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO

**TOCANTINS** 

CNPJ: 37.421.039/0001-92

Objeto: REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE DO ANIVERSÁRIO NO

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS -TO

Valor Concedido: R\$ 99.900,00 Valor da Contrapartida: R\$ 100,00 Valor Total: R\$ 100.000,00 Natureza da Despesa: 33.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 07/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

ITAMAR BARRACHINI - Prefeito

### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000110 Convênio nº: 87010.000053/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: MUNICÍPIO DE ALIANÇA DO TOCANTINS

CNPJ: 25.042.219/0001-84

Objeto: APOIO PARA REALIZAÇÃO DA CAVALGADA EM ALIANÇA DO

**TOCANTINS** Valor Concedido: R\$ 170.000,00

Valor da Contrapartida: R\$ 1.000,00 Valor Total: R\$ 171.000,00 Natureza da Despesa: 33.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 07/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

**ELVES MOREIRA GUIMARAES - Prefeito** 

## EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000120 Convênio nº: 87010.000054/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA

CNPJ: 02.306.900/0001-97

Objeto: APOIO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE

ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE TAGUATINGA - TO

Valor Concedido: R\$ 199.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 1.000,00 Valor Total: R\$ 200.000,00 Natureza da Despesa: 33.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 07/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

PAULO ROBERTO RIBEIRO - Prefeito

#### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000122 Convênio nº: 87010.000055/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO JARDIM

CNPJ: 33.265.943/0001-03

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) SHOW ARTÍSTICO PARA COMEMORAÇÃO DO FESTEJO DE SANTO ANTÔNIO 2023 DE NOVO

JARDIM - TO

Valor Concedido: R\$ 149.850,00 Valor da Contrapartida: R\$ 150,00 Valor Total: R\$ 150.000,00 Natureza da Despesa: 33.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 07/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO-Secretário

JOSÉ VIEIRA NEVES - Prefeito

# EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo no. 2023/87011/000053 Convênio nº: 87010.000056/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: INSTITUTO CULTURAL SABER E ARTE

CNPJ: 18.311.315/0001-15

Objeto: APOIO PARA REALIZAÇÃO DA 1ª FESTA COMUNITÁRIA DE

GÚRUPI

Valor Concedido: R\$ 70.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 00,00 Valor Total: R\$ 70.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.50.41 Fonte de Recurso: 500/104 Parlamentar LEO BARBOSA Data da Assinatura: 14/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário GUILHERME ALEXSANDRO LUCAS BARBOSA - Representante do

Instituto

#### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000165 Convênio nº: 87010.000057/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO Convenente: MUNICÍPIO DE PEIXE

CNPJ: 02.396.166/0001-02

Objeto: APOIO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE

ANÍVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE PÉIXE - TO

Valor Concedido: R\$ 100.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 500,00 Valor Total: R\$ 100.500,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 15/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário AUGUSTO CEZAR PEREIRA DOS SANTOS - Prefeito

## EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000137 Convênio nº: 87010.000058/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO Convenente: MUNICÍPIO DE ARAGOMINAS

CNPJ: 25.063.884/0001-54

Objeto: APOIO PARA A REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE DE

ANIVERSÁRIO NO MUNICÍPIO DE ARAGOMINAS

Valor Concedido: R\$ 159.500,00 Valor da Contrapartida: R\$ 500,00 Valor Total: R\$ 160.000,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 15/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

FRANCISCO RODRIGUES - Prefeito

## EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000129 Convênio nº: 87010.000059/2023

Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO TOCANTINS

CNPJ: 37.420.916/0001-00

Objeto: APOIO PARA A REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE DE VAQUEJADA

DÉ LAGOA DO TOCANTINS Valor Concedido: R\$ 150.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 200,00 Valor Total: R\$ 150.200,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 15/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO-Secretário

LEANDRO FERNANDES SOARES

### EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO/COLABORAÇÃO

Processo nº: 2023/87011/000169 Convênio nº: 87010.000060/2023 Concedente: SECRETARIA DO TURISMO

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO

CNPJ: 33.262.536/0001-34

Objeto: APOIAR A REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA DO MUNICÍPIO DE

RIÓ DA CONCEIÇÃO-TO/2023 Valor Concedido: R\$ 100.000,00 Valor da Contrapartida: R\$ 960,00 Valor Total: R\$ 100.960,00 Natureza da Despesa: 3.3.40.41 Fonte de Recurso: 500 Data da Assinatura: 15/06/2023

Vigência: 31/12/2023

Signatários: HERCY AYRES RODRIGUES FILHO - Secretário

EDINALVA OLIVEIRA FERREIRA RAMOS - Prefeito

#### **AGETO**

# EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022

PROCESSO: 2022/38960/000214.

CONTRATO: 001/2022.

CONTRATANTE: Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO

CONTRATADO: Consórcio Araguaia

CNPJ: 42.011.556/0001-23

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA BEM COMO ALTERAÇÃO NO VALOR DO CONTRATO Nº 001/2022.

VALOR: R\$ 25.529.175,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e

nove mil, cento e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O contrato terá a sua vigência 18 (dezoito) meses, contados a partir da assinatura do termo de aditamento. Sendo assim, ficará sem efeito o 1º termo de apostilamento/aditamento de prazo, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 6.109.

DATA DE ASSINATURA: 02/05/2023

SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues pela Contratante e Theodoro

Américo Verloet pela Contratada.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO 2022.38960.001130

A Pregoeira da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, com base no Decreto nº 6.081/2020 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2023 da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, do tipo MENOR PREÇO, objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, realizada por intermédio do site: www. gov.br/compras, para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresa: 36.840.767/0001-76 - IRMAOS CHAVES LTDA

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL	
01	und	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 1,50m x 1,00m Marca: DURAX	75	R\$ 1.110,00	R\$ 83.250,00	
11	und.	Aduelas de concreto armado com seção retangular de 2,50m x 2,50m. Marca: DURAX	75	R\$ 6.090,00	R\$ 456.750,00	
	VALOR GERAL					

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega

Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA.

#### 1.3. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.
- b) O contrato celebrado terá prazo de vigência adstrita aos respectivos créditos orçamentários, conforme art. 57 da Lei 8.666/93.
- c) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- d) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- e) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 22 do Decreto 6.081/2021.
- f) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

#### 1.4. Condições de Pagamentos:

Os pagamentos serão efetuados, nos casos de baixa da Ata de Registro de Preços, após o atesto da nota fiscal pelo (s) servidor (es) indicado (s), cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente executados pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

Nos casos de contratos firmados, os pagamentos serão efetuados por meio de medições mensais, cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente entregues pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

As medições serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período, o último dia de cada mês. Todavia, a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço, no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão do serviço de fornecimento, independente do período mensal.

Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

As medições mensais serão efetivadas por engenheiro (s) fiscal (is) designados (s) pela a AGETO, após atendidos os critérios de aceitabilidade contidos neste TDR.

As medições constarão de folhas-resumo, com a relação dos produtos entregues, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais

As notas fiscais deverão fornecer a identificação do contratante, da contratada, local de entrega e descrição, quantidade, preço unitário e preço total do objeto, de acordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada.

O prazo previsto para pagamento será em conformidade com a alínea "a", do inciso XIV, do art. nº 40, da Lei 8.8666/93, a partir do atesto da nota fiscal.

#### 1.5. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, através de seu representante credenciado no certame e o Gestor da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO.

Palmas - TO, 21 de julho de 2023.

MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES
Presidente da AGETO

IRMAOS CHAVES LTDA 36.840.767/0001-76

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO 2022.38960.001130

A Pregoeira da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, com base no Decreto nº 6.081/2020 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2023 da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, do tipo MENOR PREÇO, objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, realizada por intermédio do site: www.gov.br/compras, para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresa: 40.572.920/0001-07 - PALMAS LED LTDA

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
07	und.	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 0,80m x 1,00m Marca: CONCRETINS	375	R\$ 305,00	R\$ 114.375,00
12	und.	Aduelas de concreto armado com seção retangular de 2,50m x 2,50m. Marca: CONCRETINS	25	R\$ 6.300,00	R\$ 157.500,00
	VALOR GERAL				

#### 01. CONDIÇÕES GERAIS

### 1.1 Prazo de validade

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

## 1.2. Do local e prazo de entrega

Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.3 Condições para Contratação:

- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.
- b) O contrato celebrado terá prazo de vigência adstrita aos respectivos créditos orçamentários, conforme art. 57 da Lei 8.666/93.
- c) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- d) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- e) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 22 do Decreto 6.081/2021.
- f) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

#### 1.4. Condições de Pagamentos:

Os pagamentos serão efetuados, nos casos de baixa da Ata de Registro de Preços, após o atesto da nota fiscal pelo (s) servidor (es) indicado (s), cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente executados pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

Nos casos de contratos firmados, os pagamentos serão efetuados por meio de medições mensais, cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente entregues pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

As medições serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período, o último dia de cada mês. Todavia, a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço, no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão do serviço de fornecimento, independente do período mensal.

Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

As medições mensais serão efetivadas por engenheiro (s) fiscal (is) designados (s) pela a AGETO, após atendidos os critérios de aceitabilidade contidos neste TDR.

As medições constarão de folhas-resumo, com a relação dos produtos entregues, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

As notas fiscais deverão fornecer a identificação do contratante, da contratada, local de entrega e descrição, quantidade, preço unitário e preço total do objeto, de acordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada.

O prazo previsto para pagamento será em conformidade com a alínea "a", do inciso XIV, do art. nº 40, da Lei 8.8666/93, a partir do atesto da nota fiscal.

## 1.5. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, através de seu representante credenciado no certame e o Gestor da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO.

Palmas - TO, 21 de julho de 2023.

MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES Presidente da AGETO

> PALMAS LED LTDA 40.572.920/0001-07

# ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO 2022.38960.001130

A Pregoeira da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, com base no Decreto nº 6.081/2020 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2023 da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA, do tipo MENOR PREÇO, objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, realizada por intermédio do site: www.gov.br/compras, para as empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame, em conformidade com as descrições constantes em suas Propostas de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresa: 07.227.314/0001-70 REAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL		
02	und	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 1,50m x 1,00m Marca: PROPRIA	25	R\$ 939,00	R\$ 23.475,00		
03	und.	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 1,20m x 1,00m Marca: PROPRIA	150	R\$ 758,00	R\$ 113.700,00		
04	und.	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 1,20m x 1,00m Marca: PROPRIA	50	R\$ 758,00	R\$ 37.900,00		
06	und.	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 1,00m x 1,00m Marca: PROPRIA	500	R\$ 560,00	R\$ 280.000,00		
08	und.	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 0,80m x 1,00m Marca: PROPRIA	125	R\$ 283,00	R\$ 35.375,00		
09	und.	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 0,60m x 1,00m Marca: PROPRIA	375	R\$ 231,00	R\$ 86.625,00		
10	und.	Tubo de concreto armado, tipo macho e fêmea, classe PA1, de seção circular para água pluvial, com dimensão de 0,60m x 1,00m Marca: PROPRIA	125	R\$ 231,00	R\$ 28.875,00		
	VALOR GERAL						

### 01. CONDIÇÕES GERAIS

#### 1.1. Prazo de validade

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei Federal 8.666/1993.

#### 1.2. Do local e prazo de entrega

Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA.

#### 1.3. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.
- b) O contrato celebrado terá prazo de vigência adstrita aos respectivos créditos orçamentários, conforme art. 57 da Lei 8.666/93.
- c) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- d) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

- e) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme art. 22 do Decreto 6.081/2021.
- f) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela  $\mbox{Ata}$  de Registro de Preços.

#### 1.4. Condições de Pagamentos:

Os pagamentos serão efetuados, nos casos de baixa da Ata de Registro de Preços, após o atesto da nota fiscal pelo (s) servidor (es) indicado (s), cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente executados pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

Nos casos de contratos firmados, os pagamentos serão efetuados por meio de medições mensais, cujos valores serão obtidos com o produto dos quantitativos efetivamente entregues pelos respectivos preços unitários propostos no processo licitatório.

As medições serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período, o último dia de cada mês. Todavia, a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço, no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão do serviço de fornecimento, independente do período mensal.

Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

As medições mensais serão efetivadas por engenheiro (s) fiscal (is) designados (s) pela a AGETO, após atendidos os critérios de aceitabilidade contidos neste TDR.

As medições constarão de folhas-resumo, com a relação dos produtos entregues, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais

As notas fiscais deverão fornecer a identificação do contratante, da contratada, local de entrega e descrição, quantidade, preço unitário e preço total do objeto, de acordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada.

O prazo previsto para pagamento será em conformidade com a alínea "a", do inciso XIV, do art. nº 40, da Lei 8.8666/93, a partir do atesto da nota fiscal.

#### 1.5. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo descrita, através de seu representante credenciado no certame e o Gestor da AGÊNCIA DE TRANSPORTES, OBRAS E INFRAESTRUTURA - AGETO.

Palmas - TO, 21 de julho de 2023.

MÁRCIO PINHEIRO RODRIGUES Presidente da AGETO

REAL MATERIAIS PARA COSNTRUÇÃO LTDA 07.227.314/0001-70

#### **RESULTADO DE HABILITAÇÃO**

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela PORTARIA AGETO Nº 08 DE 23 DE JANEIRO DE 2023, torna público o resultado da análise e julgamento da documentação de habilitação, referente ao Processo Administrativo nº 2023/38960/000178, modalidade Tomada de Preços nº 008/2023, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução das obras de adequação da usina de pré-misturado a frio (PMF) da residência rodoviária de Araguaína - TO, informa:

Habilitar as empresas:

- MARTIN CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA CIVIL EIRELI;
- TARUMÃ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Inabilitar a empresa:

• A.C.M.C CONSTRUÇÕES LTDA.

Fica franqueado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8666/93, contados da data de envio da documentação de habilitação via e-mail. Caso interposto recurso, este será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Palmas - TO, 21 de julho de 2023.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA Presidente da Comissão Permanente de Licitação

#### **RESULTADO DE JULGAMENTO**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura, designada pela PORTARIA AGETO Nº 08, DE 23 DE JANEIRO DE 2023, torna público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços referente ao Processo Administrativo nº 2022/20321/001508 modalidade Concorrência nº 04/2023, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução da obra do Campus de Dianópolis - TO, no endereço Gleba 03, do Loteamento Parque Agropecuário, Setor Industrial em Dianópolis - TO, declara vencedora a empresa COCENO CONSTRUTORA CENTRO NORTE LTDA, no valor de R\$ 21.637.038,39 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e sete mil, trinta e oito reais e trinta e nove centavos).

Palmas-TO, 21 de julho de 2023.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA Presidente da Comissão Permanente de Licitação

# AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura, designada pela PORTARIA AGETO Nº 08, DE 23 DE JANEIRO DE 2023, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 012/2023, referente ao processo Administrativo nº 2022/38960/001130, que tem por objeto a aquisição de tubos de concreto, visando atender as necessidades da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura - AGETO.

36.840.767/0001-76 - IRMAOS CHAVES LTDA

O valor total adjudicado: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais);

40.572.920/0001-07 - PALMAS LED LTDA

O valor total adjudicado: R\$ 271.875,00 (duzentos e setenta e um mil e oitocentos e setenta e cinco reais);

07.227.314/0001-70 - REAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

O valor total adjudicado: R\$ 605.950,00 (seiscentos e cinco mil e novecentos e cinquenta reais).

Valor Global Adjudicado: R\$ 1.417.825,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

O resultado completo encontra-se disponível no site: www.gov. br/compras.

Palmas-TO, 21 de julho de 2023.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA Presidente da Comissão Permanente de Licitação ATI

#### PORTARIA ATI Nº 71/2023/GABPRES/ATI.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, §1°, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, com fulcro no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, e no art. 13, IX da Instrução Normativa TCE - TO nº 02/2008, de 7.5.2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores a seguir relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato, Titular e respectivo Substituto, dos instrumentos contratuais elencados a seguir:

GESTOR/FISCAIS	Nº CONTRATO/ PROCESSO	CONTRATADO (A)	OBJETO DO CONTRATO
Gestor do Contrato: HIRAM MELCHAIDES TORRES GOMES SOBRINHO N° Funcionai: 75362-2 CPF: XXX.XXX.201-56 Fiscal do Contrato: ELENILSON DA SILVA AMORIM N° Funcionai: 1258974-5 CPF-° XXX.XXX.181-40 Substituto do Fiscal: PERIANO CATANI CARDOSO ARANTES N° Funcionai: 1234625-2 CPF: XXX.XXXX.261-49	14/2023	VS DATA COMÉRCIO &	Contratação de Solução
	2023/26810/000033	DISTRIBUIÇÃO LTDA	de Hiperconvergência

#### Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato:

- I controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, opinando sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do seu vencimento, encaminhando para o Setor competente a solicitação de prorrogação/aditamento com a respectiva Justificativa;
- II verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços foi cumprida integral ou parceladamente;
- III determinar a regularização das ocorrências relacionadas pelo fiscal;
- IV atestar as notas fiscais e encaminhar à unidade competente para pagamento;
- V comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada:
- VI solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- VII acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- VIII estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros;
- IX encaminhar à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada.
- X notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias.
- X exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º São atribuições do Fiscal:

- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas na execução contratual, bem como informar por escrito o Gestor do Contrato sobre tais eventos;
- III observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IV verificar se as faturas obedecem às regras Contratuais, quanto a data de pagamento, vencimento da fatura, juros e multas.
- V relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- VI responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais do referido Contrato;
- VIII validar as Certidões emitidas pela Contratada, inserindo-as no Processo, para fins de pagamentos;
- IX atestar a realização dos serviços efetivamente prestados / Notas Fiscais (Atesto Digital) para pagamento em conjunto com o Gestor.
- Art. 4º O Fiscal Substituto atuará como Fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular, devendo este estar ciente de todo o Processo.
  - Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Presidente da Agência de Tecnologia da Informação, em Palmas, aos 21/07/2023.

ALÍRIO FÉLIX MARTINS BARROS Presidente da Agência de Tecnologia da Informação

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2023**

Processo nº: 2023/26810/000033

Contrato nº: 14/2023

Número automático do Siafe/TO: 23001090

Contratante: Agência de Tecnologia da Informação - ATI/TO. Contratado: VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA.

CNPJ: 07.268.152/0004-61

Objeto do Contrato: Contratação de Solução de Hiperconvergência, para atender as necessidades da Agência de Tecnologia da Informação -

Valor do Contrato: R\$ 17.300.000,00 (dezessete milhões e trezentos mil reais).

Classificação Orçamentária: 26810.04.126.1166.4365

Natureza da Despesa: 44.90.52 e 33.90.40 Fonte de Recursos: 500.0000000.888888 Data da Assinatura: 17 de julho de 2023.

Vigência: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no Inciso IV do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, após a verificação da real necessidade e com vantagens para a CONTRATANTE na continuidade do Contrato.

Signatários: Alírio Félix Martins Barros (Presidente da Agência de Tecnologia da Informação) - Júlio Eduardo Costa Santos (Representante Legal da Contratada).

## **TOCANTINS PARCERIAS**

#### PORTARIA TOCANTINS PARCERIAS Nº 205/2023.

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS, representada pelo seu Diretor-Presidente Aleandro Lacerda Gonçalves, conforme ata da Quinquagésima Quarta Reunião do Conselho de Administração desta Companhia, ocorrida no dia 23 dias do mês de janeiro de 2023, de acordo como art. 61, inciso VI, do Estatuto Social que rege a Sociedade.

Considerando a contratação de serviços de lavagem de veículos desta Companhia, visando à manutenção da higiene e limpeza dos mesmos, sendo imprescindíveis para garantir a higienização, assim como preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, bem como o bem estar dos colaboradores que o utilizam.

Considerando, que a despesa não se refere à parcela de uma mesma compra ou serviço de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Considerando que os preços praticados se encontram de acordo com os de mercado e foram devidamente justificados através de propostas comerciais todas constantes do processo administrativo nº 2023/99910/000068.

Considerando o Parecer Jurídico nº 208/2023 exarado pela Assessoria Jurídica desta Companhia arguindo a possibilidade da dispensa;

#### RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a realização de licitação, com base no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, para a contratação da empresa IAGO DOS SANTOS MELO ME (PODIUM LAVAJATO), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.054.215/0001-06, sediada na Quadra 103 Sul, Rua SO 07, Lote 17, Palmas - TO, visando a contratação de serviços de lavagem de veículos desta Companhia, visando à manutenção da higiene e limpeza dos mesmos, sendo imprescindíveis para garantir a higienização, assim como preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, bem como o bem estar dos colaboradores que o utilizam, no valor total de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme exarado nos autos do Processo nº 2023/99910/000068.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TOCANTINS PARCERIAS, Palmas/TO, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

Aleandro Lacerda Gonçalves Diretor - Presidente

#### PORTARIA TOCANTINS PARCERIAS Nº 206/2023.

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS, representada pelo seu Diretor-Presidente Aleandro Lacerda Gonçalves, conforme ata da Quinquagésima Quarta Reunião do Conselho de Administração desta Companhia, ocorrida no dia 23 dias do mês de janeiro de 2023, de acordo como art. 61, inciso VI, do Estatuto Social que rege a Sociedade.

Considerando a necessidade de acompanhamento de fiscal para todos os contratos públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os agentes públicos Juarez Ribeiro de Morais Junior, matrícula funcional nº 164 e Neusimar Sousa Silva, matrícula funcional nº 224 respectivamente como titular e suplente para exercer a função de fiscal do Contrato nº 71/2023 do processo nº 2023/99910/000068, firmado com IAGO DOS SANTOS MELO ME (PODIUM LAVAJATO) CNPJ: 43.054.215/0001-06.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato;
- II anotar em registro próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou e o resultado das medidas;
- III opinar sobre a oportunidade e conveniência de aditamento contratual.
  - Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor-Presidente, em Palmas, Capital do Estado, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

Aleandro Lacerda Gonçalves
Diretor-Presidente

#### PORTARIA TOCANTINS PARCERIAS Nº 207/2023.

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS, representada pelo seu Diretor-Presidente Aleandro Lacerda Gonçalves, conforme ata da Quinquagésima Quarta Reunião do Conselho de Administração desta Companhia, ocorrida no dia 23 dias do mês de janeiro de 2023, de acordo como art. 61, inciso VI, do Estatuto Social que rege a Sociedade.

Considerando a necessidade de acompanhamento de fiscal para todos os contratos públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os agentes públicos Lanna Jéssica Lima Araújo Figueiredo, matrícula funcional nº 169 e Rayssa de Moura Guimarães, matrícula funcional nº 130 respectivamente como titular e suplente para exercer a função de fiscal do Contrato 72/2023, vinculado ao processo nº 2023/99910/000081, firmado com S C ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.934.604/0001-78.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato;
- II anotar em registro próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou e o resultado das medidas;
- III opinar sobre a oportunidade e conveniência de aditamento contratual.
  - Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor-Presidente, em Palmas, Capital do Estado, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

Aleandro Lacerda Gonçalves
Diretor-Presidente

#### PORTARIA TOCANTINS PARCERIAS Nº 208/2023.

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS, representada pelo seu Diretor-Presidente Aleandro Lacerda Gonçalves, conforme ata da Quinquagésima Quarta Reunião do Conselho de Administração desta Companhia, ocorrida no dia 23 dias do mês de janeiro de 2023, de acordo como art. 61, inciso VI, do Estatuto Social que rege a Sociedade.

Considerando Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia para revisão e atualização dos projetos executivos de infraestrutura.

Considerando que a despesa não se refere à parcela de uma mesma compra ou serviço de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Considerando que os preços praticados se encontram de acordo com os preços de mercado e foram devidamente justificados através de propostas orçamentárias todas constantes do processo administrativo nº 2023/99910/000081.

Considerando o Parecer Jurídico nº 206/2023 exarado pela Assessoria Jurídica desta Companhia arguindo a possibilidade da dispensa;

#### RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a realização de licitação, com base no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, para a contratação da empresa S C ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no CNPJ sob o nº 01.934.604/0001-78, com sede na Quadra 103 Norte, Avenida JK, Lote 34, sala 02, nº 147, Palmas - TO, CEP: 77.001-014, a contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia para revisão e atualização dos projetos executivos de infraestrutura necessários para a implantação do PARQUE TECNOLÓGICO, no valor total de: R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais), conforme a proposta da Contratada, nos autos do Processo nº 2023/99910/000081.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TOCANTINS PARCERIAS, Palmas/TO, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

Aleandro Lacerda Gonçalves Diretor-Presidente

### **EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO Nº: 2023/99910/000068

CONTRATO Nº: 71/2023

CONTRATANTE: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TOCANTINS PARCERIAS.

CONTRATADA: IAGO DOS SANTOS MELO ME (PODIUM LAVAJATO)

CNPJ: 43.054.215/0001-06

OBJETO: A contratação de serviços de lavagem de veículos desta Companhia, visando à manutenção da higiene e limpeza dos mesmos, sendo imprescindíveis para garantir a higienização, assim como preservar a vida útil dos mesmos, deixando-os em perfeito estado de conservação, bem como o bem estar dos colaboradores que o utilizam.

VALOR ESTIMADO: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 06/07/2023

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: Aleandro Lacerda Gonçalves - Contratante; Sr. lago dos Santos Melo - Representante Legal da Contratada.

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO Nº: 2023/99910/000081

CONTRATO Nº: 72/2023

CONTRATANTE: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS -

TOCANTINS PARCERIAS.

CONTRATADA: S C ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ: 01.934.604/0001-78

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia para elaboração dos projetos executivos de rede de distribuição de água e rede de coleta de esgoto, necessários para a implantação do PARQUE TECNOLÓGICO nesta Capital, localizada na ALC-NO 13.

VALOR ESTIMADO: R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos

reais)

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2023 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

SIGNATÁRIOS: Aleandro Lacerda Gonçalves - Contratante; Silenio

Martins Camargo - Representante Legal da Contratada.

# **NATURATINS**

# PORTARIA Nº 106/2023/NATURATINS/GABIN, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O VICE PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS NATURATINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Ato nº 941 - NM, de 25 de abril de 2023, publicado no D.O.E Nº 6315

#### RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a servidora relacionada abaixo, lotada na Gerência de Controle e Uso dos Recursos Florestais, quando necessário, sem prejuízo de suas funções, conduzir veículos oficiais do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS.

ORD	Nº FUNCIONAL	NOME
01	1253956 - 2	MARIELLE PERES EVANGELISTA LUDKE

JOSE ANIBAL RODRIGUES ALVES LAMATTINA Vice-Presidente

# **ITERTINS**

#### PORTARIA Nº 52/2023/GP.

O Presidente do Instituto de Terras do Estado do Tocantins-ITERTINS, no uso de suas atribuições legais, na conformidade do art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

SUSPENDER, por necessidade dos serviços, 30 (trinta) dias de férias, a partir de 24/07/2023 a 22/08/2023 do(a) servidor(a) VALDEMIR JOSÉ DA SILVA, Secretário-Geral, número funcional 11458720-2 e CPF nº XXX.XXX.X71-00, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020, previstas para 24/07/2023 a 22/08/2023, assegurando-lhe o direito de usufruí-la do referido benefício em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

Robson Moura Figueiredo Lima Presidente

# **JUCETINS**

#### PORTARIA JUCETINS Nº 42/2023, DE 13 DE JULHO DE 2023.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS - JUCETINS, no uso de suas atribuições legais, pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato nº 685 - NM, de 31 de março de 2023, publicado no D.O.E nº 6302, de 31 de março de 2023;

#### RESOLVE,

Art. 1º DESIGNAR a servidora RAQUEL PEREIRA DA SILVA SOUSA FREIRES, cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 11233630-1, CPF nº xxx.xxx.x81-72, para sem prejuízo de suas funções, responder pelo expediente da Gerência Geral de Administração, por motivo de férias da sua titular GHEYSA COSTA MARTINS, Gerente Geral de Administração, matrícula nº 1070860-5, CPF: xxx.xxxx.xx13-34, nos períodos de 01/08/2023 a 20/08/2023, e de 21/08/2023 a 30/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 13 de julho de 2023.

ISSAM SAADO Presidente

## **UNITINS**

## PORTARIA/UNITINS/N° 341/2023/GABREITOR, DE 21 DE JULHO DE 2023.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, e na conformidade da Lei nº 3.124, pelo Ato Nº 820 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.667 em 18/08/2020, e pelo Decreto nº 5.759/2017, art. 10, inciso XVI, com base no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor CLAUDEMIR FERNANDES DOS SANTOS, matrícula: 900010, para exercer a atribuição de Fiscal do Contrato, para acompanhamento e fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços de Registro de Diplomas nº 01/2022, vinculado ao Processo Administrativo nº 2022/20321/000546, firmado entre esta Instituição e a FACULDADE GUARAÍ - FAG, mantida pelo Instituto Educacional de Santa Catarina LTDA, CNPJ sob o nº 05.682.453/0001-69.

Art. 2º Designar como suplente, no âmbito de sua competência, a servidora AMANDA SOARES LINO DE SOUZA, matrícula nº 830356, para, no acompanhamento e fiscalização do contrato acima citado, substituir o titular em seus impedimentos legais e eventuais.

Art. 3º São atribuições do Fiscal Titular e Suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no instrumento contratual;

- II relatar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- III relatar o resultado das medidas saneadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- IV zelar pela fiel execução dos serviços, sobretudo no que concerne à qualidade dos serviços prestados, e acompanhar o cumprimento, pela contratada no prazo de execução;
- V atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimentos dos bens adquiridos e/ou serviços prestados;
- VI manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- VII manter sob sua guarda e responsabilidade autos que lhe forem designados, zelando pela integridade física, manutenção e atualização dos dados e documentos, sob pena de eventual responsabilização administrativa, sujeita ao devido processo legal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS-UNITINS, em Palmas - TO, aos 21 dias do mês de julho de 2023.

# AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS Reitor

### CONSELHO UNIVERSITÁRIO

#### RESOLUÇÃO/CONSUNI/Nº 039, DE 24 DE JULHO DE 2023.

Aprova, *ad referendum*, a extinção do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, *Câmpus* Dianópolis/TO, conforme especifica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, usando das atribuições que lhe confere o art. 10, incisos XXI, do Decreto Estadual nº 5.759/2017, que aprova o Estatuto da Unitins, considerando o disposto no art. 51, inciso XII do Estatuto da Universidade e o princípio da eficiência e da continuidade do serviço público.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, a extinção do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, ofertado pela Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, no *Câmpus* de Dianópolis/TO consubstanciado no processo administrativo 2023/20320/00027.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

SALA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI da Universidade Estadual do Tocantins, em Palmas/TO, aos 24 dias do mês de julho de 2023.

# AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS Presidente

# **PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS**

#### **PALMAS**

# AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 062/2023 AMPLA CONCORRÊNCIA

A Superintendência de Compras e Licitações torna pública a realização às 14h00min (horário de Brasília-DF) do dia 10 de agosto de 2023, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, o PE Nº 062/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da zona rural, do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, regularmente matriculados na Rede de Ensino do Município de Palmas-TO e entidades conveniadas, e ainda, para transporte dos servidores modulados nas Unidades Escolares do perímetro rural. A prestação de serviços será por quilômetros rodados, instruído no processo nº 2023007440.

O Edital poderá ser retirado no site: www.portaldecompraspublicas. com.br ou examinado no endereço eletrônico: http://prodata.palmas.to.gov.br:8080/sig/app.html#/transparencia/licitacoes-transparencia/. Para mais informações, poderão ser obtidas na Superintendência de Compras e Licitações, em horário das 13h às 19h, pelos telefones: (63) 3212-7243/7244 ou e-mail compraselicitacoes@palmas.to.gov.br, em dias úteis.

Palmas/TO, 24 de julho de 2023.

Eneas Ribeiro Neto Pregoeiro

#### **ALVORADA**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

# EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2022/FMS - ALVORADA/TO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2022/FMS. CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ODONTÓLOGOS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA), PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALVORADA/TO, CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto aditivar a vigência do contrato (item 4.1 da cláusula Sétima do original Contrato) - (Contrato nº 014/2022/FMS - firmado no dia 06 de Junho de 2022 entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO e ANA CAROLINE BOTELHO CAVALCANTE - Fica aditivado o prazo de 06 (seis) Meses e 25(vinte e cinco) dias, sendo do dia 27/07/2023 ao dia 21/02/2024. CLÁSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 014/2022/FMS - firmado no dia 06 de Junho de 2022.

Alvorada/TO, aos 24 dias do mês de Julho de 2023.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO THAYNARA DE MELO MOURA Secretária Municipal de Saúde de Alvorada/TO

#### **CARIRI DO TOCANTINS**

### EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2023

ORIUNDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023. Firmado em 17/07/2023, entre o MUNICÍPIO DE CARIRI DO TOCANTINS e a empresa CONSTRUTORA E LOCADORA DE MAQUINAS DE CONSTRUÇÃO E INDUSTRIAIS TERRAFER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 45.376.349/0001-60, com sede na Avenida Oswaldo Cruz, s/nº - Centro - Alvorada/TO, CEP: 77.480-000. Valor global de: R\$ 1.300.277,65 (um milhão e trezentos mil e duzentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM PLANILHAS, PROJETOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação da obra objeto desta Tomada de Preços correrão por conta dos recursos orçamentários oriundos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Meio Ambiente de Cariri do Tocantins, conforme a seguir: 03.0017.27.695.0150.1050 - Construção do Portal Turístico da Cidade. Elemento de despesa: 4.4.90.51 Obras e instalações. 4.4.51.91 - Obras em andamento. Fonte de Recurso: 17063110000000 - Transferência Especial da União - Emenda Individual. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Processo Administrativo Nº 291/2023. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias corridos a partir da sua assinatura. Cariri do Tocantins/TO, 17 de julho de 2023. Ordenador. Sr. Vanderlei Antônio de Carvalho Júnior. Prefeito Municipal.

## AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins, tornou público a todos os interessados que a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 002/2023, Processo Administrativo nº 291/2023, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM PLANILHAS, PROJETOS E ANEXO I DESTE EDITAL. Que teve como vencedora a empresa CONSTRUTORA E LOCADORA DE MAQUINAS DE CONSTRUÇÃO E INDUSTRIAIS TERRAFER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.376.349/0001-60, com sede na Avenida Oswaldo Cruz, s/nº - Centro - Alvorada/TO, CEP: 77.480-000. Valor global de: R\$ 1.300.277,65 (um milhão e trezentos mil e duzentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.

Cariri do Tocantins - TO, 10 de julho de 2023.

Vanderlei Antônio de Carvalho Júnior Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Cariri do Tocantins - TO, torna público o resultado da Adjudicação e Homologação da Tomada de Preços nº 002/2023, tendo como vencedora a empresa CONSTRUTORA E LOCADORA DE MAQUINAS DE CONSTRUÇÃO E INDUSTRIAIS TERRAFER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.376.349/0001-60, com sede na Avenida Oswaldo Cruz, s/nº - Centro - Alvorada/TO, CEP: 77.480-000. Valor global de: R\$ 1.300.277,65 (um milhão e trezentos mil e duzentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM PLANILHAS, PROJETOS E ANEXO I DESTE EDITAL. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93; Processo Administrativo Nº 291/2023; Cariri do Tocantins - TO, 13 de julho de 2023. Vanderlei Antônio de Carvalho Júnior. Prefeito Municipal

### **GOIATINS**

# EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 007/2023 PROCESSO ADM 052/2023

O Prefeito Municipal de Goiatins. Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a Lei 8.666/93 e alterações, torna publica a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 007/2023, o qual tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de serviço de Perfuração de Poço tubular profundo (poço semiartesiano) no Povoado Alto Lindo, zona Rural do Município de Goiatins/TO, de acordo os termos e condições definidas nos Memoriais descritivos, Planilhas Orçamentárias, Memoriais de Cálculos, Cronogramas Físico-Financeiros, Planilha de Composição do BDI. PLE. Eventos. Planta da Obra e demais Planilhas da Obra. Termo de Referência e demais anexos, como assim foi defino no Edital da Tomada de Preço nº 007/2023, atendendo sempre as normas técnicas da ABNT, a qual teve como vencedora a empresa: CONSTRUTORA RIBEIRO LTDA inscrita no CNPJ: 06.748.970/0001-56, pela proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal de Goiatins Tocantins no valor de R\$ 57.596,38 (Cinquenta e Sete Mil, Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Trinta e Oito Centavos). Adjudicado dia 17 de julho de 2.023 e Homologada dia 21 de julho de 2.023.

#### EXTRATO DO CONTRATO N° 029/2023 TP - 07/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 052/2023 BASE LEGAL ART. 61 DA LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS TOCANTINS, inscrito no CNPJ nº 01.832.476/0001-51, com sede, na PRAÇA MONTANO NUNES, Nº 01, Centro, Goiatins - TO.

CONTRATADA: CONSTRUTORA RIBEIRO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.748.970/0001-56, com sede na Av. GOIAS, 0, CENTRO, CEP: 77.770-000 na cidade de Goiatins, Estado de Tocantins.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de serviço de Perfuração de Poço tubular profundo (poço semiartesiano) no Povoado Alto Lindo, zona Rural do Município de Goiatins/TO.

VALOR TOTAL: R\$ 57.596,38 (Cinquenta e Sete Mil Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Trinta e Oito Centavos). Unidade orçamentaria: 16 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento. Manutenção de bombas d'agua dos povoados - 10.16.17.512.1351.2.114; Ficha: 00308 - elemento de despesa: 4.4.90.51.00.00 obras e instalações. Fonte de recurso: 1.500.000.000 - Contrato assinado dia 24/07/2023. Vigência do dia 24/07/2023 à 31/12/2023.

Goiatins/TO, 24 de julho de 2023.

Manoel Natalino Pereira Soares Prefeito

# EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 008/2023 PROCESSO ADM 054/2.023

O Prefeito Municipal de Goiatins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a Lei 8.666/93 e alterações, torna publica a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 008/2023, o qual tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para execução da obra de "Reforma da Quadra de Esporte no Setor Belmiro na cidade de Goiatins/TO", de acordo os termos e condições definidas nos Memoriais descritivos, Planilhas Orçamentárias, Memoriais de Cálculos, Cronogramas Físico-Financeiros, Planilha de Composição do BDI, PLE, Eventos, Planta da Obra e demais Planilhas da Obra, Termo de Referência e demais anexos, como assim foi defino no Edital da Tomada de Preço nº 008/2023, atendendo sempre as normas técnicas da ABNT, a qual teve como vencedora a empresa: PRADO ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ: 28.529.102/0001-18, pela proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal de Goiatins Tocantins no valor de R\$ 164.456,92 (Cento e Sessenta e Quatro Mil Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais e Noventa e Dois Centavos). Adjudicado dia 18 de julho de 2.023 e Homologada dia 21 de julho de 2.023.

### EXTRATO DO CONTRATO N° 030/2023 TP - 08/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2023 BASE LEGAL ART. 61 DA LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS TOCANTINS, inscrito no CNPJ nº 01.832.476/0001-51, com sede, na PRAÇA MONTANO NUNES Nº 01. Centro. Goiatins -TO.

CONTRATADA: PRADO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.529.102/0001-18, com sede na Rua 03, Centro, Palmeirópolis/TO, CEP: 77.365-000, Estado de Tocantins.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de "Reforma da Quadra de Esporte no Setor Belmiro na cidade de Goiatins/TO".

VALOR Total: R\$ 164.456,92 (Cento e Sessenta e Quatro Mil Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais e Noventa e Dois Centavos). Dotação Orçamentária: Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Ação Urbana 10.12.15.122.1344.2.101; projeto/atividade: 10.12.15.451.1344.1.055 construção, ampliação e reforma de prédios públicos sede e povoados; 10.12.15.451.1344.1.057 - construção e ampliação de praças, parques, e jardins sede e povoados - elemento de despesa: 4.4.90.51.00.00 obras e instalações. Fonte de recurso: (recurso estadual). Contrato assinado dia 24/07/2023. Vigência do dia 24/07/2023 à 31/12/2023.

Goiatins/TO, 24 de julho de 2023.

Manoel Natalino Pereira Soares Prefeito

#### **NOVO ACORDO**

#### **EXTRATO DO CONTRATO 28/2023**

PROCESSO 310/2023 - INEXIGIBILIDADE 14/2023 ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO ACORDO/TO. CONTRATADA: E&A PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.025.526/0001-69, representante exclusiva da dupla "PH E MICHEL". OBJETO: Contratação de show artístico do "PH E MICHEL", a fim de promover animação através de show artístico para Temporada Cultural e Praia 2023 a ser realizado na Praia dos Borges no dia 29 de julho de 2023. VALOR: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). BASE LEGAL: Processo nº 310/2023, nos termos da Lei da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. SIGNATÁRIOS: pela contratante: Deusany Batista de Castro, inscrito no CPF 231.271.391-87 portador da Carteira de Identidade nº 296411 SSP/TO e, pela contratada: Aline Cristina de Sousa, portador do CPF: 806.177.941-20 e RG nº 3452267 SSP/GO. DATA DE ASSINATURA: 30/06/2023. VIGÊNCIA: Vigência formal restrita a execução dos serviços, limitando-se ao prazo dos seus créditos orçamentários.

Novo Acordo - TO, de 30/06/2023.

Deusany Batista de Castro Prefeita Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO 27/2023**

PROCESSO 344/2023 - INEXIGIBILIDADE 13/2022

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ACORDO. CONTRATADA: MARIANA FAGUNDES PRODUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 28.037.230/0001-44. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de show artístico da cantora MARIANA FAGUNDES, a fim de promover animação através de show artístico em comemoração as festividades culturais dos tradicionais festejos do mês de julho, a ser realizado em Praia dos Borges no dia 28/07/2023.

VALOR: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

BASE LEGAL: Processo nº 344/2023, nos termos da Lei nº 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pela contratante Deusany Batista de Castro, inscrito(a) no CPF 231.271.391-87 portador(a) da Carteira de Identidade nº 296411 SSP/TO e pela contratada: Mariana Marcela Dias Fagundes, portador do CPF nº 032.452.591-58 e RG nº 58.765.128-3 SSP -SP.

REPRESENTANTE EXCLUSIVO DO CANTORA MARIANA FAGUNDES. DATA DE ASSINATURA: 30/06/2023.

VIGÊNCIA: 29/06/2023.

NOVO ACORDO - TO, 30 de junho de 2023.

Deusany Batista de Castro PREFEITA MUNICIPAL

#### **PORTO NACIONAL**

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA GENEROSA PINTO DE CASTRO

# AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA GENEROSA PINTO DE CASTRO, MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar no portal de compras públicas:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, dia 07 de agosto de 2023 às 14:30 horas (horário de Brasília), tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVADE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, visando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIMENTO DE DEMANDA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL FAUSTINO DIAS DOS SANTOS, DE ACORDO COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, QUALIDADES E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

O Edital encontra-se disponível Junto aos sites: www. portaldecompraspublicas.com.br ou www.portonacional.to.gov.br, e informação através do fone: (63) 3363-6000, ramal 214.

Porto Nacional - TO, 25 de julho de 2023.

EVANICE DAS GRAÇAS FERNANDES PROSPERO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR DA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA GENEROSA PINTO DE CASTRO

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA MUNICIPAL DELZA DE PAIXÃO PEREIRA

# AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA MUNICIPAL DELZA DE PAIXÃO PEREIRA, MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar no portal de compras públicas:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023, dia 07 de agosto de 2023 às 09:30 horas (horário de Brasília), tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, visando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIMENTO DE DEMANDA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DELZA DE PAIXÃO PEREIRA, DE ACORDO COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, QUALIDADES E DEMAIS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

O Edital encontra-se disponível Junto aos sites: www. portaldecompraspublicas.com.br ou www.portonacional.to.gov.br, e informação através do fone: (63) 3363-6000, ramal 214.

Porto Nacional - TO, 25 de julho de 2023.

LUCILENE NUMES LIMA DOS SANTOS PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA MUNICIPAL DELZA DE PAIXÃO PEREIRA

#### **RETIFICAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 FMS PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2022012276

Objeto: Aquisição de equipamentos/material permanente para a atenção básica em saúde, em atendimento as necessidades dos serviços do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrição, especificação e quantidades constantes no Termo de Referencia.

No Edital do Pregão Eletrônico № 003/2023 FMS, No Item 14: Critérios de aceitação e entrega dos produtos, e na Minuta da Ata de Registro de Preço, Cláusula Quinta.

ONDE SE LÊ:

O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato e entrega da nota de empenho, em remessa única. A entrega dos produtos deverá ser realizada no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde no endereço Av. Pres. Kenedy, 188-268 - St. Aeroporto, Porto Nacional - TO, 77.500-000.

I FIA-SF

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato e entrega da nota de empenho, em remessa única. A entrega dos produtos deverá ser realizada no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde no endereço Av. Pres. Kenedy, 188-268 - St. Aeroporto, Porto Nacional - TO, CEP: 77.500-000.

Informamos que esta alteração não afetará a formulação das propostas, tornando-se desnecessário a alteração da data de abertura prevista para o dia 25/07/2023 às 09:30 horas (horário de Brasília), conforme prevê o edital, devidamente publicado.

Porto Nacional - TO, 24 de julho de 2023.

MEDSON DEWICTOR RAPHAEL T. A. SILVA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO

# **PUBLICAÇÕES PARTICULARES**

# **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

Adão Kreuscher Neto, CPF nº XXX.XXX.009-72, torna público que irá requerer junto a Secretaria de Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia de Porto Nacional, a emissão das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, para a atividade de Agricultura, na Fazenda Sambaiba, Município de Porto Nacional/TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

# **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

AGILBERTON RIBEIRO, CPF: 430.XXX.XXX-15, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO, para a atividade de Bovinocultura e Agricultura, localizada na FAZENDA BIBIANO, Zona Rural do Município de Paranã - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/97, e COEMA nº 07/05, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

Daniel Alves Costa, inscrito no CPF: XXX.XXX.121-91, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a renovação da Licença de Operação (LO), para exercer a atividade de Pecuária, na Fazenda Uberlândia, no município de Cariri do Tocantins-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa ECO BRASIL FLORESTAS S.A., CNPJ nº 08.787.150/0001-07, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI), para as atividades de Pecuária Semi-Intensiva e Agricultura de Sequeiro, com endereço na Fazenda Mangabal, Gleba Palmeirante, Loteamento Cana Brava, Zona rural de Palmeirante/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 01/86 e 237/97 e COEMA/TO nº 07/2005 e 08/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental da atividade.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa ECO BRASIL FLORESTAS S.A., CNPJ nº 08.787.150/0001-07, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI), para as atividades de Pecuária Semi-Intensiva e Agricultura de Sequeiro, com endereço na Fazenda Cibrac, Gleba Conceição 1ª Etapa/Guajará, Zona rural de Nova Olinda/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 01/86 e 237/97 e COEMA/TO nº 07/2005 e 08/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental da atividade.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A empresa ECO BRASIL FLORESTAS S.A., CNPJ nº 08.787.150/0001-07, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) para as atividades de Pecuária Semi-Intensiva e Agricultura de Sequeiro, com endereço na Fazenda Riachinho, Gleba Palmeirante, Loteamento Limoeiro, Zona rural de Palmeirante/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 01/86 e 237/97 e COEMA/TO nº 07/2005 e 08/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental da atividade.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

Geraldo Moreira da Costa, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.751-15, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins, Outorgas e a emissão das Licenças Prévia, Instalação e Operação, para barramentos de pequeno porte na Faz. São Geraldo no município de Sandolândia-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/1997 e COEMA 07/2005, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A INNOVAR COMERCIO DE DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA, localizada na Avenida Tocantins, Quadra 03, Lotes 14 e 15. CEP: 77.500-000. Porto Nacional, estado do Tocantins, CNPJ nº 07.572.510/0001-82, torna público que requereu junto a Secretaria de Planejamento Regulação Habitação e Meio Ambiente, do município de Porto Nacional, estado do Tocantins, a Renovação da Licença Ambiental de Operação (LO), para a atividade de Comércio e Depósito de Defensivos Agrícolas, Sementes, Fertilizantes e outros Produtos Agropecuários, localizado no Anel viário, S/N, Quadra 10, Lote 03, Parque do Trevo - CEP: 77.500-000, Porto Nacional, estado do Tocantins. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA n° 001/86 e 237/97 e COEMA 007/2005, referentes ao Licenciamento Ambiental desta atividade.

### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

OSr. João Flauzino da Fonseca Barbosa, CPF: nº 1X1.XX7.406-0X, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins, as Licenças (Prévia, Instalação e Operação), para a atividade de Agricultura, na Fazenda Santana I e II, Município de Marianópolis do Tocantins/TO. O empreendimento de pequeno porte se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

## **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

LAVA JATO BEIRA RIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, portador do CNPJ nº 51.\*\*\*.3\*0/0001-62, torna público que REQUEREU ao Instituto Natureza do Tocantins NATURATINS, a LP - Licença Prévia, LI - Licença de Instalação, e LO - Licença de Operação, com fins da regularização para à atividade de LAVA JATO. Localizado na Avenida Sousa Porto, número 236, Centro da Zona Urbana, no município de Goiatins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97 e COEMA 007/2005, referentes ao Licenciamento Ambiental destes tipos de atividades.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

Luiz Augusto Sprea, CPF nº XXX.XXX.899-72, torna público que irá requerer junto a Secretaria de Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia de Porto Nacional, a emissão das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, para a atividade de Agricultura, na Fazenda Sambaiba, Município de Porto Nacional/TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

O Sr. Octavio Salim Moreira, inscrito no CPF: 048.521.XXX-23, torna público que requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI), e de Operação (LO) para exercer a atividade de Bovinocultura, na Fazenda Vale do Tucum II, no município de Dueré - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

RODOLFO MIRANDA DE FREITAS, CPF: XXX.XXX.136-68, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, Licença Previa, Instalação e Operação da Atividade agropecuária, localizada na Fazenda Alivio, constituída pelo Lote 01 da Gleba Barreiro Atoleiro, zona rural do município de São Bento - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental.

# **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Srª Sandra Regina Chapla, portadores dos CPF nº 003.893.869-36, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins, as Licenças (Prévia, Instalação e Operação), para a atividade de Bovinocultura, no imóvel Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Município de Novo Acordo-TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

# **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

SIMÃO FERRAMENTAS LTDA, nome fantasia SIMÃO FERRAMENTAS, CNPJ nº 11.944.835/0001-16, em atendimento à Resolução CONAMA nº 06/86, torna público que RECEBEU ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a emissão de ATCP - Autorização de Transporte de Cargas Perigosas para a atividade de transporte de produtos Classe III e outros, sito na Rua das Gaivotas, nº 163, Loteamento Pedro Borges, Município de Araguaína/TO.

#### **EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

O Sr. Vanderlei Dejair Guth, inscrito no CPF nº 027.XXX.XXX-83, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, autorização de exploração florestal (AEF), autorização de corte de árvores isoladas (ACAIO) e o Licenciamento para a atividade de agricultura, na Fazenda Olho D'Água localizada na Zona rural de Santa Rita do Tocantins - TO. O empreendimento se enquadra na Resoluções do CONAMA - 01/86, 237/97 e COEMA 07/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental da Atividade e Impacto Ambiental.